



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Francisco de Moura Cândido

**BR 364: ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DAS MEDIDAS
MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS NA TI COLÔNIA 27**

Brasília-DF
Dezembro de 2012

Cândido, F. M.

BR 364: Análise da Sustentabilidade das Medidas Mitigadoras e Compensatórias na TI Colônia 27. / Francisco de Moura Cândido.

Brasília-DF, 2012.

[141] p.: il.

Orientadora: Melissa Volpato Curi

Dissertação de Mestrado. Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília, Brasília.

1. Terra Indígena Colônia 27 2. Povo Indígena Huni Kui; 3. Medidas Mitigadoras e Compensatórias 4. BR-364. I Universidade de Brasília. CDS. II Título.

É concedida à Universidade de Brasília permissão para reproduzir cópias desta dissertação e emprestar ou vender tais cópias somente para propósitos acadêmicos e científicos. O autor reserva a si outros direitos de publicação e nenhuma parte desta dissertação pode ser reproduzida sem a autorização por escrito do autor.

Francisco de Moura Cândido



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Francisco de Moura Cândido

**BR 364: ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DAS MEDIDAS
MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS NA TI COLÔNIA 27**

Dissertação apresentada ao Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração: Sustentabilidade junto a Povos e Terras Indígenas.

Orientadora: Profa. Dra. Melissa Volpato Curi

Brasília-DF
Dezembro de 2012



CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável

Área de Concentração: Sustentabilidade junto a Povos e Terras Indígenas

Francisco de Moura Cândido

**BR 364: ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DAS MEDIDAS
MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS NA TI COLÔNIA 27**

Aprovado por:

Profa. Dra. Melissa Curi (CDS-UnB)
(Presidente)

Prof. Dr. Hênyo Barreto (CDS-UnB)

Profa. Dra. Maria de Fátima Ramos Brandão (UnB)

Brasília-DF
Dezembro de 2012

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a *Tsora* (Deus), por me proporcionar uma vida tão bela, permitindo-me conhecer pessoas especiais, como Lilia Vignoli, a responsável por me apresentar o edital desse curso de mestrado.

Ao meu pai, Raimundo Cândido (*Katãwry*), por ser minha referência em todos os aspectos e pelo o apoio prestado na produção de trabalhos acadêmicos. À minha mãe, Francisca, pelo carinho e por me incluir em suas longas orações.

À minha esposa, Leuza, que além de ter me presenteado com duas jóias raras: Paulo e Kasyry, foi também a maior incentivadora nessa trajetória. Ao meu filho mais velho, Felipe, por ter ajudado a cuidar de seus irmãos durante minha ausência.

Às minhas irmãs e seus esposos, bem como seus respectivos filhos, em especial à minha sobrinha Luzia, por ser sinônimo de superação e conquista.

À minha tia, Izabel e sua família, em especial ao Eudes, pela gentileza de me levar e buscar no aeroporto e aos outros amigos: Denilson, Gilvan, Fernando, Dilson, Ítalo, Elvis Delândio e sua esposa Sandra por terem também assumido esse papel, sem demonstrar nenhum tipo de insatisfação.

À dona Tereza, por ter me acolhido com bastante carisma e simplicidade em sua pousada “Canaã”, e à amiga Lucimar, que tive o privilégio de reencontrar em Brasília.

Aos intelectuais indígenas: Marcos Terena, Joaquim Maná, Edilson Baniwa, Álvaro Tucano, Davi Kopenawa, Ailton Krenak, dentre outros, por me fazerem acreditar, por meio de suas palestras, que os indígenas têm condições de se apropriar dos conhecimentos científicos, sem perder sua essência originária.

Aos parentes indígenas das etnias Yanomame, Tukano e Dessano do município de São Gabriel da Cachoeira/AM, por terem recebidos os alunos do mestrado com grande entusiasmo em suas respectivas aldeias.

Aos companheiros: Adriano Dias, Eucilene, Neiva, Sandra, Márcio Barbosa, Marina Pessoa, Jerry, Augusto Albuquerque, Rosângela Cezino, e aos consultores José Pimenta, Ney Maciel, Cloude e Alexandre, por me deixarem fazer parte de suas equipes, sobretudo, as de campo.

Aos Txai: Terri, Macedo e Marcelo Iglesias pela paciência que tiveram comigo ao me apresentar o verdadeiro indigenismo.

À Coordenação Regional da Funai do Alto Purus, em especial à Coordenadora Maria Evanizia, Juan, Waldir, Luana, Ivanise, Julio, Antonio Apurinã, José Áureo e aos demais servidores, pela flexibilidade e incentivo ao longo do curso.

Agradeço, especialmente, aos companheiros: Edson Alexandre, Francisco Pinhanta, Luiz Rocha e Zé de Lima (Yube), por estenderem as mãos quando precisei e pela confiança que depositaram em meu trabalho.

Aos amigos de sempre: Marcos Ripino, Francivaldo Tinga, Silvinho Mão de Ouro, Clodoaldo, Zacarias, Araponga, Alex, Butina, Nen e Pedrinho.

E aos companheiros do mestrado, por terem me ensinado que mesmo as pessoas tendo modos de vidas, costumes étnicos e formações peculiares podem conviver em harmonia e de maneira entusiástica dentro de metas e objetivos similares.

Aos coordenadores e professores do curso, pela diplomacia, sutileza e domínio na abordagem dos assuntos, permitindo que os alunos absorvessem novos conhecimentos para serem adicionados em suas experiências práticas.

À minha orientadora, Melissa Curi, por ter aceitado o desafio de me orientar e por ter acreditado em mim.

À CAPES pelo fornecimento da bolsa, que custeou minha hospedagem, alimentação e deslocamento RBR/BS/RBR, uma vez por mês.

E, aos povos indígenas do Acre, em especial aos Huni Kui da TI Colônia 27, por terem me recebido em sua aldeia, possibilitando a efetivação desta pesquisa. Em especial aos amigos Alfredo Sabino, Afonsinho, Assis Gomes e Manoel Gomes.



Nós povos indígenas estivemos na terra desde começo do mundo, como conta nossos ancestrais. Tsora nosso Deus criou todos os indígenas, desde então temos vivido e cuidado da terra desde o primeiro dia, assim como ele nos ensinou, por isso tudo que vai contra os nossos princípios tradicionais, também irá contra a lei de Tsora.

Katãwry Apurinã

RESUMO

O objetivo principal dessa pesquisa é fazer uma reflexão com os indígenas a respeito da sustentabilidade das ações propostas pelo Governo do Acre para a Terra Indígena Colônia 27, do povo Huni Kui, implementadas como medidas mitigadoras e compensatórias por conta dos impactos gerados pela construção da BR-364. A partir da perspectiva da comunidade indígena afetada pelo empreendimento, serão levantados os impactos positivos e negativos gerados pelos projetos governamentais, considerando os aspectos sociais, ambientais e econômicos. A análise da sustentabilidade, nesse sentido, estará relacionada, dentre outros, à compreensão plena da comunidade indígena a respeito dos impactos causados pela rodovia, à participação dos indígenas nos processos decisórios referentes à implementação dessas ações e programas de compensação e mitigação, à compatibilidade dos projetos com a cultura Huni Kui e à manutenção, por parte do Governo, das atividades implementadas dentro da Terra Indígena Colônia 27. Tem-se ainda como proposta apresentar a ideia de futuro que permeia o imaginário indígena em relação à sustentabilidade comunitária. Dentre as conclusões apresentadas, pode-se dizer que existiram erros e acertos nas medidas mitigatórias. Apesar do esforço do “Governo da Floresta” em dialogar com os povos indígenas e tentar delinear medidas sustentáveis para minimizar e compensar os impactos gerados pela construção da BR-364, não se garantiu, dentre outros aspectos, o consentimento livre, prévio e informado das comunidades indígenas impactadas.

Palavras-chave: Terra Indígena Colônia 27; povo indígena Huni Kui; medidas mitigadoras e compensatórias da BR-364.

ABSTRACT

The main objective of this research is to think about the sustainability of actions implemented by the government of the State of Acre in the “Kaxinawa da Colônia 27” Indigenous Land, inhabited by the Kaxinawa people, as measures to mitigate compensate impacts brought by the paving of the BR-364, a federal road. Positive and negative impacts generated by government projects will be seen from the perspective of the indigenous people affected by these enterprises, considering social, economic and environmental aspects. The analysis of sustainability is thus related, amongst other aspects, to the full comprehension by the community about impacts caused by the road; the indigenous participation in decision making about these acts and the mitigation and compensatory programs; the compatibility of the projects with Kaxinawa culture; and the maintenance, by the government, of the activities implemented in the Colônia 27 Indigenous Land. It is also an aim of the research to discuss the idea of future that permeates the indigenous views about communitary sustainability. Among the conclusions, it can be said that were rights and wrongs. Even with the efforts of the self-called “Forest Government” to dialogue with the indigenous peoples and to delineate sustainable measures to minimize and compensate impacts brought by the construction and paving of the BR-364 road, the right to a free, prior and informed consent was not guaranteed to the impacted communities.

Key words: Kaxinawa da Colônia 27 Indigenous Land; Huni Kui indigenous land people; BR-364 road; mitigation and compensatory measures; sustainability.

EWAPAMA

Mabu kuxipa witã, shane ibu Acre, haratu daya, me pinuyanu, hunikuibu, dabewaki, huniyusinabu aibeibu, dauyabu, xinabenawaki xiriki mestewãtã, hiwe bena pewaki, hanushu hunikuibu dayaki bakebu, meniwiki hunikuibu benimawaki, itxapatã xinabewaki.

Hãtxa: Me huni kui, Pinuya, Hunikuibu, xiriki

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01 - Mapa das Terras Indígenas do Acre	45
Figura 02 - Mapa das TIs impactadas pelas BR's 364 e 317	68
Figura 03 - Mapa da Terra Indígena Colônia 27	86
Figura 04 - Imagem do Sistema Agroflorestal	110
Figura 05 - Imagens dos artesanatos Huni Kui (indumentárias e tecelagem)	112
Figura 06 - Imagens dos artesanatos Huni Kui (brincos e colares)	112

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 - Organizações indígenas do Acre	39
Tabela 02 - Terras Indígenas do Estado do Acre	47
Tabela 03 - Ações de Mitigação para a TI Colônia 27	121

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AAFI	Agente Agroflorestral Indígena
AEPI	Assessoria Especial dos Povos Indígenas
AEAI	Assessoria Especial de Assuntos Indígenas
AIS	Agente Indígena de Saúde
AISAN	Agente Indígena de Saneamento
AMAAI-AC	Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestrais Indígenas do Acre
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CF	Constituição Federal
CIMI	Conselho Indigenista Missionário - Amazônia Ocidental
COMIM	Conselho Indigenista Missionário
CONAMA	O Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPI-AC	Comissão Pró-Indígena do Acre
CRAP	Coordenação Regional Alto Purus (FUNAI)
DERACRE	Departamento de Estradas de Rodagem, Infra-Estrutura Hidroviária e Aeroportuária do Estado do Acre
DNER	Departamento Nacional de Estradas de Rodagem
DNIT	Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte Terrestre
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FEM	Fundação de Cultura Elias Mansour
FLONA	Floresta Nacional
FPEE	Frente de Proteção Etno-ambiental Envira
FUNAI	Fundação Nacional do Indígena
FUNTAC	Fundação de Tecnologia do Estado do Acre
GEEI	Gerência de Educação Escolar Indígena
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis
IDM	Instituto Estadual de Desenvolvimento de Educação Profissional Dom Moacyr
IMAC	Instituto de Meio Ambiente do Acre
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
ISA	Instituto Socioambiental
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPE	Ministério Público Estadual
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização Não-Governamental
OPIAC	Organização dos Professores Indígenas do Acre
OPIN	Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia
OAKATI 27	Associação dos Agricultores Kaxinawa da Terra Indígena 27
OPITAR	Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá
PGTI	Plano de Gestão em Terras Indígenas
PDPI	Projetos Demonstrativos para Povos Indígenas
PIDS/ACRE	Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Acre
PMACI	Plano de Proteção do Meio Ambiente e das Comunidades Indígenas
ProAcre	Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SEAPROF	Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestral e Produção Familiar

SEE	Secretaria Estadual de Educação
SEATER	Secretaria de Estado de Assistência Técnica e Extensão Rural do Acre
SEPRO	Secretaria Estadual de Produção
SECTMA	Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente
SEDSS	Secretaria de Estado de Desenvolvimento para a Segurança Social
SEMA	Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
SEPI	Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas
SEPLANDS	Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Sustentável
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
SETUL	Secretária de Estado de Esporte, Turismo e Lazer
TI	Terra Indígena
TAC	Termos de Ajustamento de Conduta
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
UNI	União das Nações Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia
WWF	World Wildlife Fund
ZAP	Zonas de Atendimento Prioritário
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico
ZEE/AC	Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	14
CAPÍTULO I - APRESENTAÇÃO DO AUTOR	18
1.1 TRAJETÓRIA PESSOAL	18
1.2 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL	23
CAPÍTULO II - OS POVOS INDÍGENAS DO ACRE	28
2.1 PROCESSO HISTÓRICO	28
2.1.1 Tempo das Malocas	28
2.1.2 Tempo das Correrias	30
2.1.3 Tempo do Cativoiro	31
2.1.4 Tempo dos Direitos	32
2.1.5 Tempo da História Presente	37
2.2 ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO ACRE	39
2.3 TERRAS INDÍGENAS DO ESTADO DO ACRE	45
CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DA BR-364, SEUS IMPACTOS E ESTUDOS AMBIENTAIS NAS TERRAS INDÍGENAS DO ACRE	49
3.1 HISTÓRICO DA RODOVIA	49
3.2 OS IMPACTOS E ESTUDOS AMBIENTAIS NAS TERRAS INDÍGENAS	52
3.3 EIA/RIMA	60
3.4 LICENCIAMENTO AMBIENTAL	63
3.5 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E MITIGAÇÃO	66
3.5.1 Plano de mitigação e compensação das Terras Indígenas na área de influência das BR's 317 e 364	68
3.6 PROGRAMAS E PROJETOS CRIADOS A PARTIR DAS MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS	71
3.6.1 Principais Programas e Projetos	71
3.6.2 Principais ações desenvolvidas	74
3.7 DEFININDO SUSTENTABILIDADE	76
3.7.1 Sustentabilidade científica	78
3.7.2 Sustentabilidade indígena	79
CAPÍTULO IV - TERRA INDÍGENA COLÔNIA 27	86
4.1 O POVO HUNI KUI	86

4.2 LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA	90
4.3 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA TERRA INDÍGENA	91
4.4 TRAJETÓRIAS E CENÁRIOS DAS TRANSFORMAÇÕES INTERNAS	102
4.4.1 Cenário do passado e os problemas	102
4.4.2 Cenário do presente	105
4.4.3 Cenário do futuro	116
4.5 IMPACTOS GERADOS PELA PAVIMENTAÇÃO DA BR-364	117
4.5.1 Medidas de mitigação e compensação decorrentes dos impactos negativos	119
4.5.2 Diversos conceitos sob o olhar Huni Kui	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	130
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa almeja fazer uma reflexão com os moradores da Terra Indígena (TI) Kaxinawa da Colônia 27 acerca da sustentabilidade das medidas de mitigação e compensação executadas pelo Governo do Estado do Acre, uma vez que a referida terra encontra-se na área de influência da rodovia federal BR-364.

Além de buscar analisar os aspectos positivos e negativos das ações pensadas e implementadas pelas instituições governamentais no âmbito do Plano de Mitigação, o presente trabalho ainda possui a perspectiva de contribuir com uma série de reflexões, em especial as dos indígenas, vislumbrando a consistência das ações atuais e futuras.

As medidas mitigadoras e compensatórias emergiram das audiências públicas realizadas durante o processo de análise e discussão do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental - EIA/RIMA da referida rodovia federal. Naquele momento, o governo acreano apresentou suas propostas e projetos às lideranças indígenas das áreas afetadas, aos representantes de entidades de apoio aos indígenas, às autarquias federais e à sociedade civil que se fez presente. Posteriormente, tais ações foram inseridas ao Plano de Mitigação que, por sua vez, estava imbricado ao “Programa de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Acre”, que se apresentou como guarda-chuva de outros programas e projetos.

As ações foram efetivamente implementadas no ano de 2001, prevendo atividades nas áreas de atendimento básico à saúde, melhoramento da produção como garantia da segurança alimentar, vigilância e fiscalização de territórios, educação diferenciada, fortalecimento institucional, preservação e conservação ambiental e fortalecimento cultural, buscando obedecer a temporalidade a curto, médio e longo prazo.

Foram consideradas como áreas diretamente impactadas pela construção das BR's 317 e 364 dez terras indígenas do Estado do Acre. São elas: TI Rio Caeté, TI Cabeceira do Rio Acre e TI Mamoodate, que estavam sob a influência da primeira rodovia, enquanto que a TI Katukina/Kaxinawa, TI Praia do Carapanã, TI Rio Gregório, TI Kaxinawa da Colônia 27, TI Campinas/Katukina, TI Igarapé do Caucho e TI Poyanawa estavam sob a influência da segunda rodovia.

A execução e coordenação das ações ficaram sob a responsabilidade da Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente (SECTMA),

especificamente da Gerência de Assuntos Indígenas (GAI), criada, sobretudo, para cuidar dessas questões.

No ano de 2002, com a criação da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI), as ações passaram a ser coordenadas por ela e executadas pelo Departamento de Estradas de Rodagem, Infra-Estrutura Hidroviária e Aeroportuária do Estado do Acre (DERACRE), que criou uma espécie de ramificação, denominada de Divisão de Meio Ambiente (DMA), para auxiliar na execução dessas ações.

Os diálogos e pactuações realizados durante as audiências públicas e demais reuniões entre lideranças indígenas e representantes interinstitucionais envolvidos, priorizaram, nas várias etapas do Programa de Mitigação, a gestão ambiental dessas terras, o apoio à diversificação das atividades produtivas, a formação de recursos humanos, o fortalecimento institucional das organizações de representação e a valorização cultural nas comunidades.

Vale enfatizar que o Plano de Mitigação teve como desdobramento a criação de outros projetos amplos e relevantes, também destinados às comunidades impactadas pela pavimentação das BRs, tais como: Etnozoneamento e Etnomapeamento, Plano de Gestão das Terras Indígenas (PGTIs), Zonas de Atendimento Prioritário (ZAPs), Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (ProAcre), bem como assinatura do Termo de Cooperação Técnica no âmbito do “Programa de Promoção e Proteção dos Povos Indígenas (PPA 2008-2011)” entre o Governo do Estado do Acre e a Presidência da Fundação Nacional do Indígena - FUNAI.

A Terra Indígena Kaxinawa da Colônia 27 está localizada no Estado do Acre, município de Tarauacá. A distância da aldeia até a sede do município é de oito quilômetros e a trafegabilidade se dá por meio do ramal Epitácio Pessoa. Foi declarada como terra indígena em 1985, sendo fisicamente demarcada e homologada em 1991. Possui uma extensão territorial de 305 hectares, fato que a torna a menor área indígena do estado.

Localizada na área de influência direta da rodovia federal BR-364, dos 305 hectares, 200 foram adquiridos pelo governo acreano e anexados à antiga área (105 hectares) como compensação ambiental pelos impactos ambientais decorrentes da referida rodovia, no trecho Rodrigues Alves/Tarauacá. A população de 143 pessoas é constituída de 33 famílias, distribuídas numa única aldeia denominada tradicionalmente de *Pinuyá*, ou mesmo Colônia 27.

A TI Colônia 27, além de ser a menor do estado, também é a que mais sofreu com a degradação ambiental, o que provocou uma grande escassez dos seus recursos naturais. De sua extensão territorial, apenas 20% possui cobertura vegetal, as demais áreas são compostas por áreas de pastagem e seu entorno é cercado por fazendas de criação de gado.

Considerando que esta pesquisa visa fazer uma reflexão com os indígenas da TI Colônia 27 a respeito das referidas medidas mitigadoras e compensatórias, tem-se como referência as seguintes questões: Quais foram os efeitos das ações? As atividades contemplaram todas as famílias e como estas estavam organizadas para acessar os benefícios? Houve participação dos indígenas na construção das propostas? Os moradores da aldeia assimilaram bem os assuntos que foram abordados pelos consultores e técnicos? Tais medidas estão contribuindo de fato para o desenvolvimento sustentável da TI? A sustentabilidade na comunidade de fato existe ou é meramente uma utopia?

Em relação à metodologia utilizada, baseou-se em pesquisas teóricas e empíricas. A pesquisa teórica foi realizada em livros, relatórios, documentos oficiais e não oficiais de caráter regional e nacional relacionados ao tema principal, bem como em *sites* especializados. Vale ressaltar que considerei também na pesquisa os registros que fiz dos povos indígenas do Acre ao longo dos 12 anos de serviços prestados para os governos estadual e federal.

A pesquisa empírica realizada entre os dias 09 e 19 de agosto de 2012, constituiu-se na coleta de dados no âmbito da TI Colônia 27. A metodologia da pesquisa utilizada em campo foi baseada na observação direta e nas entrevistas informais. Respeitando a dinâmica cultural, procurei encontrar o tempo e o lugar certo para estabelecer diálogos com os moradores e obter as informações desejadas.

Para alcançar os objetivos propostos, a dissertação está estruturada em quatro capítulos. O primeiro capítulo discorre sobre minha trajetória pessoal e profissional. Em relação à trajetória pessoal, enfatizo as dificuldades que atravessei na minha relação com os não indígenas e seus valores ambíguos.

No que diz respeito à minha trajetória profissional, faço uma sucinta abordagem dos primeiros aos últimos trabalhos realizados dentro do cenário indígena, destacando minha atuação nas instituições que trabalhei, bem como as atividades que julgo terem sido as mais importantes.

O segundo capítulo faz um breve relato dos momentos que marcaram a trajetória dos povos indígenas do Acre com ênfase para professores e organizações indígenas enquanto instrumentos e agentes articuladores da política indigenista e demais entidades de representação indígena. Informações atualizadas são apresentadas sobre as terras indígenas acreanas (situação jurídica, número de aldeias e dados populacionais), incluindo as áreas dos indígenas isolados.

O terceiro capítulo aborda a pavimentação da BR-364 no contexto do crescimento econômico do estado Acre, assim como sua ligação com o restante do país. O licenciamento ambiental, os estudos ambientais, as audiências públicas, os programas, projetos e a definição de sustentabilidade sob diferentes óticas também são assuntos desse capítulo.

O quarto e último capítulo analisa a Terra Indígena Colônia 27 na perspectiva de sua configuração atual e dos subsídios coletados em campo para avaliar as medidas de mitigação e compensação na perspectiva da sustentabilidade.

Nessa oportunidade, foram consideradas as percepções, opiniões e sugestões dos indígenas sobre os aspectos positivos e negativos decorrentes da execução das ações, adicionando-se ao assunto às análises do território e da comunidade sob as luzes do passado, presente e perspectivas futuras.

CAPÍTULO I - APRESENTAÇÃO DO AUTOR

Nesse primeiro capítulo farei uma apresentação pessoal e um relato de minha trajetória profissional. Pelo fato de ser indígena, considere relevante ressaltar alguns casos que vivenciei, principalmente em minha infância, para registrar a tensão que marcou a minha relação com os não indígenas e que tem sido repetida na relação de outros indígenas com a sociedade envolvente.

O fato de ter sido vítima de preconceito gerou sentimentos antagônicos: ao mesmo tempo em que eu queria estar com meus familiares na aldeia, passei a sentir vergonha de ser indígena. Outro fato interessante é que a medida que dominava os códigos da sociedade envolvente, passei a ter mais interesse em manter internamente minha cultura viva. Esses sentimentos foram decisivos para escolha de minha profissão, a qual abordarei mais adiante.

Em relação à trajetória profissional, farei um breve histórico de meus cargos e ocupações, que resultaram na elaboração desse trabalho. Será dado destaque às atividades que desempenhei no meio indigenista, bem como aquelas que julgo terem sido as mais relevantes para meu desenvolvimento pessoal e profissional.

1.1 TRAJETÓRIA PESSOAL

Eu me chamo *Ywmonyry Mywtymanety* do povo Apurinã, nascido na Terra Indígena Camicuã. Meu nome possui o significado de “Vento Forte” e foi herdado do meu avô por fazer parte da linhagem clânica *Mywtymanety*, considerado tradicionalmente o povo do porquinho e também os guerreiros. Todavia, fui registrado pelos brancos no cartório do município de Boca do Acre-AM como Francisco de Moura Cândido.

Sou filho de *Katãwyry Mywtymanety* (Raimundo Pinheiro Cândido) e *Putsaky Shuapunery* (Francisca Ferreira de Moura), aos quais sou muito grato pela minha existência, e também pela educação que deram a mim e às minhas três irmãs.

Meus pais contam, que após o nascimento das minhas três irmãs (Raimunda - *Tycaru*, Antonia - *Yrykamaru* e Francisca - *Muyaty*), minha mãe ficou oito anos sem engravidar. Naquela época, para afirmação cultural de uma liderança, neste caso o meu

pai, era questão de honra ter um filho homem para ser o seu sucessor e dar continuidade a sua história.

Após inúmeras tentativas sem sucesso, meu pai resolveu procurar *Yakama*, meu bisavô e também *Kusanaty*¹, pajé da aldeia, sendo esta última a pessoa mais conceituada no cenário da medicina tradicional e no universo místico do meu povo. O velho e já falecido pajé orientou meu pai a adotar a seguinte providência: coletar uma fruta chamada *Ymenyky* (fruta de cobra), que nasce em ramas e se localiza próxima aos buritizais, local destinados aos espíritos, e dar para minha mãe comer sem que ela soubesse o verdadeiro propósito.

Seguindo corretamente o comando do pajé, nove meses depois, eu finalmente nasci, para alegria de muitas pessoas, especialmente da minha família.

A minha primeira educação foi feita dentro dos princípios da minha cultura. Acompanhava meu pai no seu trabalho cotidiano e, assim, paulatinamente, ele foi me repassando o conhecimento que tinha adquirido com as gerações que o antecederam. Uma educação que meu pai considerava necessária para viver harmonicamente na floresta e para se tornar um grande homem apto a enfrentar os obstáculos que a vida se encarrega de nos apresentar.

Na floresta aprendemos que cada ser vivo componente da biodiversidade vive de forma sustentável no meio ambiente, por isso, seja ele grande ou pequeno, merece e deve ser respeitado pelo homem.

Nós, Apurinã, quando retornamos das nossas caçadas ou pescarias, dividimos com nossos parentes aquilo que conseguimos capturar. Matamos somente o suficiente para comer. Não temos permissão para desperdiçar. Caso isso aconteça, somos terrivelmente castigados pelos espíritos que protegem os animais, que geralmente são nossos ancestrais já falecidos. Até mesmo as frutas não podem ser coletadas das árvores ao mesmo tempo, já que devemos pensar nas diversas espécies de animais que também se alimentam delas (KATÁWYRY, Rio Branco, depoimento em: 09 de agosto de 2012).

Aos dez anos de idade fui convidado pela minha irmã Francisca (*Muyaty*) para estudar na escola do homem branco. Nessa época, ela já estudava e morava numa vila chamada Platô do Piquiá, sendo esta uma unidade do município de Boca do Acre.

¹ O *Kusanaty* é a figura mais importante. Nele está a responsabilidade de curar os doentes, adivinhar coisas que ainda não aconteceram e protegem as pessoas, sobretudo, as crianças por serem as mais frágeis. Eles defendem a sua aldeia contra feitiço (pedras de inimigos), sendo estes vivos ou mortos, e protegem e remediam os ataques de seres da mata. Contam os mais velhos que existiam no passado *Kusanaty* com poderes que cegavam, mutilavam ou matavam pessoas apenas com um olhar.

Inicialmente, a proposta foi desconsiderada pelos meus pais, mas após os argumentos apresentados pela minha irmã de que eu precisava me alfabetizar, eles decidiram acatar a insistência dela.

Essa brusca ruptura com a minha cultura gerou inúmeros desdobramentos na minha vida pessoal e, posteriormente, profissional. O contato com novos valores e com uma sociedade, de modo geral, etnocêntrica e preconceituosa, levou-me a questionar minha autoimagem e as minhas responsabilidades culturais.

Meu primeiro contato com o mundo das letras se deu aos 11 anos de idade, quando fui matriculado na escola pública municipal de 1º grau Coronel José Assunção, no ano de 1984, onde concluí o antigo ensino fundamental (de 1ª a 5ª série).

Os três primeiros anos foram os mais difíceis, pois precisei encarar a visão estereotipada dos brancos sobre os indígenas e o preconceito explícito sobre a minha pessoa em sala de aula. Os professores fundamentavam suas aulas naqueles livros que diziam que Cristovão Colombo e Pedro Álvares Cabral tinham sido os grandes heróis do descobrimento do Brasil e que os indígenas eram sinônimos de inferioridade e de empecilho para o desenvolvimento do país.

Isso instigava os meus colegas de classe a me chamar de “caboco fedorento” e a deferirem várias perguntas direcionadas a mim, como: “caboco, vocês tomam banho?” “É verdade que vocês comem gente?” Ainda faziam algumas afirmações do tipo: “os indígenas são preguiçosos”. A minha resposta sempre era o silêncio.

Por muitas vezes cheguei chorando em casa e pedindo para não me deixarem retornar à escola. Naturalmente surge um contracenso - na verdade, eu não entendia porque meu pai havia permitido acontecer tudo àquilo comigo e eu acabava me perguntado: Foi pra isso que meus pais queriam tanto que eu nascesse? Isso infelizmente me levava a seguinte conclusão: meus pais não gostam de mim.

Nessa época, era difícil compreender o paradoxo que se apresentava: por um lado eu aprendia na escola que os indígenas eram inferiores as demais pessoas o que automaticamente lhes classificava como sendo uma classe desvinculada da sociedade branca. Por tanto, para confrontar essa visão preconcebida e errônea a respeito dos povos indígenas - eu via meus pais sempre tomados banho, produzindo bastante alimento e orgulhoso de nossa cultura e dos nossos costumes étnicos.

Os anos se passam e juntamente com eles eu cheguei à adolescência, fase que eu considero a pior de todas, pois foi exatamente nessa época que eu passei a ter vergonha de ser indígena e da minha própria origem. Como na cidade em que eu morava ser

indígena era sinônimo de imprestável, de selvagem, isso me levou a negar minha identidade cultural para ser aceito socialmente.

O dia 19 de abril, essa data inventada pelo branco como dia do indígena, só contribuiu para o aumento do preconceito nas escolas, o que tornava meu processo identitário ainda mais traumatizante. Na semana que antecedia essa data eu passava a sentar no fundo da sala, na intenção que ninguém me visse, mas era pior, todos viravam para mim e me faziam rapidamente o alvo das boas risadas e das gozações.

Mesmo assim, em meio a muitas dificuldades e sofrimento imposta por uma sociedade etnocêntrica, consegui concluir o ensino fundamental. Nessa época, meu pai trabalhava cortando seringa e foi por meio de alguns de seus amigos que ele conseguiu me mandar estudar numa escola adventista fora do estado.

Assim, no início de 1990, passei a ser aluno do Educandário Espírito-Santense Adventista - EDESSA, localizado no município de Colatina - ES, onde cursei as 6º e 7º séries.

Em 1992, fui transferido para o Educandário Nordestino Adventista - ENA, escola situada na pequena cidade de Belém de Maria - PE. Nessa unidade terminei a 8º série e finalmente o antigo 1º grau. Vale ressaltar que ambas eram internatos.

Em 1993, passei a residir e a estudar na escola Agrotécnica (também internato) no município de Boa Vista-RR. A instituição era integrada à Universidade Federal de Roraima - UFRR, tendo como propósito a formação de alunos no curso de Técnico Agrícola. Aqui concluí o ensino médio.

Posteriormente, retornei para Boca do Acre e, logo em seguida, passei a morar em Rio Branco-AC para iniciar a minha carreira profissional.

A partir do momento que comecei a trabalhar eu mesmo criei um obstáculo que inviabilizou continuar estudando, pois alegava na época que era impossível conciliar a vida profissional com os estudos, resultando num período de mais de 10 anos sem frequentar a sala de aula.

Nesse intervalo, ocorreu algo inusitado na minha vida, que considero o mais relevante de todos os acontecimentos - senti a necessidade de retornar às minhas origens e de fato conhecer as minhas histórias vivenciadas pela ancestralidade do meu povo e contadas pelos mais velhos. Passei a querer falar novamente a minha língua materna e, sobretudo, conhecer alguns dos segredos guardados na floresta.

Diante desse anseio, retornei para a aldeia Camicuã e, a partir daí, dei início a um processo de reintegração cultural. Permaneci nesse lugar um período suficiente para alcançar meu propósito.

Apesar de muito tempo longe daquele cenário, eu percebi que a minha memória cultural ainda estava viva e que o principal desafio seria reintroduzir o que eu já havia aprendido e dar continuidade aos conhecimentos que eu deveria ter recebido nos anos que passei fora da aldeia.

Com isso, passei a conviver intensamente com os pajés e a ter acesso aos conhecimentos mais restritos e míticos desse universo, tais como: processo de iniciação, dieta, aquisição das pedras, o poder de jogar doença e de curar.

Foi quando percebi que novamente eu estava numa sala de aula. A diferença agora era que os ensinamentos não seriam apreendidos de fora para dentro, como ocorre com o conhecimento científico, mas de dentro para fora. Os meus professores tinham como missão fazer com que eu acessasse minha natureza mais essencial, que buscasse a partir do conhecimento de meu povo a minha sabedoria tradicional.

O caminho percorrido para se tornar de fato um *Kasunaty* é muito longo e cheio de restrições, por isso que não pode ser qualquer pessoa; quem indica é o pajé mais velho da aldeia e é ele quem ensina e fornece poderes aos outros. A cada etapa superada pelo pajé em formação, ele absorve pedras (*Arabany*), que são inseridas no seu corpo. Com elas estão os conhecimentos do bem e do mal. O *Kusanaty*, em uma de suas provas, deve controlar o medo do iniciante, permitindo que a onça ou a cobra jibóia durma ao seu lado e o lamba. Ao final, um desses animais se transforma em gente e o convida para tomar *Awyry* (rapé) e lhe dá a sua pedra. Essas pedras também podem ser dadas por outro *Kusanaty* (KATÁWYRY, Rio Branco, depoimento em: 23 de outubro de 2012).

Ainda aproveitei a oportunidade para caminhar nas veias da mitologia e da cosmologia em conversas com os mais velhos, tentando entender a cosmovisão dos Apurinã, numa percepção dialética do passado, presente e futuro, fazendo, inclusive relatos etnográficos que relatam a origem do mundo, saída da “terra sagrada”, permanência na terra morredoura e perspectiva de retorno para a terra sem mal, com destaque para a bela e longa história de *Tsora*², nosso Criador.

² Tsora foi é o criador de todas as coisas que tem na terra, por isso é chamado pelos Apurinã de Deus. A história de Tsora, que nos conta o começo do mundo, o início de tudo.

Sem dúvida, essa experiência me trouxe de volta para o meu verdadeiro mundo, permitindo, ao longo dos anos minha autoafirmação como indígena Apurinã e reforçando meu propósito de trabalhar profissionalmente com a questão indígena.

No final de 2006, prestei vestibular na Universidade do Paraná - UNOPAR, sendo aprovado no curso de Gestor de Recursos Humanos. Em 2010, tive conhecimento do edital deste Mestrado e me inscrevi como candidato indígena. Desde então, tenho me enveredado pelos caminhos do diálogo de saberes e da sustentabilidade, tentando manter a relação entre o científico e cultural.

1.2 TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

Logo que me formei técnico agrícola na cidade de Boa Vista (Universidade Federal de Roraima), retornei para Boca do Acre e passei a morar em Rio Branco-AC, onde estou até hoje. Aqui tentei de todas as formas conseguir um trabalho relacionado à minha área de formação, mas não tive sorte nessa minha empreitada. Diante das circunstâncias, meu primeiro emprego foi numa loja de tecido e o segundo numa loja de móveis e eletrodomésticos.

Em 2001, resolvi tentar a sorte em Manaus-AM, mas também não obtive bons resultados. Recebi então um convite para trabalhar em Rio Branco como elaborador de projetos indígenas na União das Nações Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia - UNI.

Aqui obtive minha primeira experiência profissional com os povos indígenas do Estado do Acre, destacando o senso populacional indígena da capital acreana como uma das principais atividades que coordenei no período que estive nesta instituição.

No início do ano seguinte, fui contratado pela atual Secretaria de Estado de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais (SEMA) para trabalhar como técnico em indigenismo no projeto de etnolevante de Recursos Naturais nas Terras Indígenas Campinas/Katukina e Cabeceira do Rio Acre, no Estado do Acre.

O principal objetivo desse projeto era observar e descrever as formas, conceitos e práticas tradicionais de utilização dos recursos florestais entre os moradores. Com base neste “retrato socioecológico”, os moradores participantes da oficina e os consultores apontavam recomendações e indicativos para ações e políticas públicas.

Referida pesquisa foi parte integrante do chamado "Plano de Mitigação de Impactos" das estradas federais BR's 364 e 317, proposto pelo Governo do Estado do

Acre, com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES.

De acordo com MARTINI (2002), o “Plano de Mitigação” teve, dentre seus objetivos, diminuir o impacto das grandes construções sobre as populações indígenas do estado. Por meio deste estudo, procurou-se aproximar as políticas públicas do estado à realidade indígena, para que as ações programadas pudessem trazer melhorias concretas.

Vale lembrar que o etnolevanteamento³ foi uma demanda dos povos indígenas, que emergiu durante a implementação das ações de mitigação e compensação das terras indígenas sob a influência direta das já mencionadas rodovias, como forma dos indígenas conhecerem e monitorarem melhor seus territórios.

Com o término desses dois primeiros levantamentos e com a continuidade da execução das ações de mitigação, logo surgiu a demanda de realizar novos etnolevanteamentos nas demais terras indígenas também sob a influência da estrada (Rio Gregório, Kaxinawa do Igarapé do Caucho, Kaxinawa da Colônia 27, Katukina/Kaxinawa, Jaminawa do Rio Caeté e Mamoadate).

Entretanto, a efetivação de novas pesquisas só foi possível em 2004, após a criação da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas - SEPI. Naquele novo cenário, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTMA passou a ser chamada de SEMA, ficando responsável pela realização dos futuros etnolevanteamento que também foram substituídos por etnozoneamento. Esse último trazia como novidade a produção de oito mapas temáticos e a proposição de indicativos para elaboração do plano de gestão das terras indígenas.

No início de 2003, fui convidado pela SECTMA, especialmente pelo setor denominado de Gerência Indígena para fazer parte da equipe responsável pela execução das ações de mitigação destinadas às terras indígenas impactadas, por meio do projeto BNDES I “Apoio às Populações Indígenas”.

Tais ações eram inerente à temática “sustentabilidade produtiva” das comunidades indígenas afetadas pela pavimentação asfáltica das estradas BR-364 e BR-317 e tinha como objetivo a execução de inúmeras atividades na área de produção, entre elas, a construção de viveiros e sementeiras para produção de mudas; entrega de mudas

³ O etnolevanteamento foi um instrumento utilizado pelo Governo do Acre para mapear os diversos recursos naturais existentes nas terras indígenas impactadas diretamente pelas estradas. Com o êxito da ação, o governo passou a denominar tal instrumento de etnozoneamento, sendo que nessa nova roupagem as atividades estavam pautadas na produção de oito mapas temáticos e na criação de indicativos para a elaboração dos planos de gestão.

e sementes; fomento a implantação de Sistemas Agroflorestais (SAF's), bem como demonstrações técnicas de manejo. Concomitantemente, foram entregues motor de rabeta para barco e roçadeira, assim como seus respectivos treinamentos para o uso e manutenção dos mesmos.

No segundo mandato (2002) do ex-governador Jorge Viana, foi criada a Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas - SEPI. Fui convidado pelo secretário Francisco da Silva Pinhanta para compor sua equipe gestora, ocupando o cargo de Gerente de Desenvolvimento Comunitário.

Pode-se afirmar que trabalhos importantes foram desenvolvidos pela SEPI, dentre eles, destaco dois: 1) integração dos atores parceiros por meio de reuniões interinstitucionais que desencadearam planejamentos operacionais organizados, evitando a duplicidade de ações que eram implementadas de maneira dispersa; e 2) servir como interlocutora entre indígenas e Governo do Estado, procurando apresentar as demandas indígenas que realmente eram prioritárias e necessárias.

Naquele período, ajudei no acompanhamento, execução e monitoramento das políticas públicas e indigenistas, além disso, tive oportunidade de apoiar a elaboração de diversos programas e projetos governamentais que previam ações nas áreas de gestão territorial e ambiental, produção e/ou segurança alimentar, fortalecimento cultural, vigilância e fiscalização de territórios.

E ainda ajudei na elaboração de planejamentos estratégicos de organizações indígenas como forma de empoderamento institucional e, sobretudo, na captação de recurso para instrumentalização física e também intelectual dessas representações indígenas.

Acredito que em qualquer trajetória profissional sempre terão aqueles trabalhos que exigem maior dedicação, não apenas pela demanda apresentada, mas também pelo grau de envolvimento e dedicação que passamos a ter.

Nesse caso, destaco três deles: 1) participação efetiva na realização do etnozoneamento em cinco terras indígenas e depois na elaboração de seus respectivos planos de gestão; 2) elaborar, juntamente com os indígenas seus projetos comunitários e específicos; e, por fim 3) acompanhar as ações de mitigação e compensação no âmbito das terras indígenas diretamente afetadas pelas obras das BR's 364 e 317.

Em 2007 a secretaria indígena transformou-se na Assessoria Especial dos Povos Indígenas - AEPI. Continuei fazendo parte da equipe (bem mais reduzida), até o início de 2010 quando fui remanejado para o Departamento de Estradas de Rodagem,

Infraestrutura Hidroviária e Aeroportuária do Estado - DERACRE, especificamente ao setor do Componente Indígena (CI).

O DERACRE é o órgão responsável pela construção das rodovias no Acre e nessa época a execução das ações de mitigação em terras indígenas também era de sua responsabilidade, porém sob a coordenação AEPI. Desde então, canalizou esforços para dar continuidade à implementação das medidas mitigadoras, bem como a realização de novos estudos de “Revisão do Componente Indígena”, desta vez em nove terras indígenas na influência indireta da BR-364, trecho Sena Madureira/Manuel Urbano/Feijó.

Para isso, consultoria especializada foi contratada pelo DERACRE com objetivo de realizar os estudos do referido trecho, mas por motivos desconhecidos, os consultores tiveram dificuldades de entregar o produto final. Por tanto, em decorrência da morosidade e pela a urgência de obter o documento que legitimasse a efetivação legal do asfaltamento, o órgão empreendedor logo requisitou outra equipe técnica para realização de novas pesquisas.

Como previsto, os estudos foram realmente realizados por uma nova equipe de profissionais composta por técnicos de diversas áreas de formação, da qual eu fiz parte. As novas pesquisas se iniciaram pela elaboração de um novo Plano de Trabalho.

O plano sinalizava para a realização de novas oficinas comunitárias e produção de novos diagnósticos, por entender que deveria haver maior participação dos indígenas, mais informações nos relatórios e, sobretudo, propor metodologia diferenciada que se adequasse a realidade de cada povo, levando-se em conta suas peculiaridades sociais e culturais.

Dessas atividades foram produzidos dois relatórios: 1) Relatório de Construção e Conclusão Parcial do Programa de Mitigação das Terras Indígenas da Região do Rio Alto Purus Contempladas à Revisão do Componente Indígena sob a Influência da BR-364, Trecho Sena Madureira/Manuel Urbano/Feijó e 2) Relatório de Construção e Conclusão Parcial do Programa de Mitigação das Terras Indígenas da Região do Rio Envira Contempladas à Revisão do Componente Indígena sob a Influência da BR-364, Trecho Sena Madureira/Manuel Urbano/Feijó.

Ambos, posteriormente, juntaram-se a outros documentos já existentes sobre as terras indígenas em estudo e, finalmente, foram consubstanciados num único produto denominado de “Relatório Final da Revisão do Plano de Ações Mitigadoras/Componente Indígena da BR-364, trecho Sena Madureira/Manuel

Urbano/Feijó”, que seria apresentado nas audiências públicas. Estas estavam previstas para acontecer nos municípios acreanos de Feijó e Manuel Urbano, mas até o presente momento não ocorreram.

Desde agosto de 2011, faço parte do quadro de servidores da Coordenação Regional Alto Purus/FUNAI, ocupando o cargo de chefe da Divisão Técnica (DIT). Nesses quase dois anos tenho atuado principalmente em reuniões locais e regionais, fiscalização em terras indígenas, elaboração e acompanhamentos de projetos, produção de relatórios de campo e diagnósticos, com destaque para as entregas de cestas básicas às famílias Apurinã e Jamamadi do município de Boca do Acre-AM atingidas pela enchente ocasionada no início do ano de 2012.

Tais ações têm sido executadas simultaneamente com os trabalhos do mestrado e, diga-se de passagem, não tem sido nada fácil conciliar as duas responsabilidades.

CAPITULO II - OS POVOS INDÍGENAS DO ACRE

Este capítulo faz um breve relato dos cinco momentos marcante dos povos indígenas do Acre, considerando os tempos da maloca, do cativoiro, das correrias, dos direitos, os tempos atuais e uma rápida abordagem sobre a trajetória dos povos indígenas vista como sinônimo de luta e conquista. Também são apresentadas informações recentes, quantitativas e qualitativas, das terras indígenas acreanas, sua situação jurídica, número de aldeias e dados populacionais, incluindo uma sucinta abordagem sobre as áreas dos indígenas isolados.

Ainda nesse capítulo, será abordada a relevância das organizações indígenas enquanto representantes dos interesses das comunidades indígenas e da Assessoria Indígena, que, como instituição de governo, cumpre um papel de interlocutora dos povos indígenas nas ações de implementação das políticas públicas relacionadas à temática indígena.

2.1 PROCESSO HISTÓRICO

Para conhecer melhor o processo histórico dos povos indígenas do Acre, faz-se necessário uma reflexão sobre as diferentes modalidades de organização social, política e cultural, bem como as transformações pelas quais estes povos passaram. Sendo assim, torna-se relevante ressaltar cinco momentos distintos: 1) o tempo das malocas; 2) o tempo das correrias; 3) o tempo do cativoiro; 4) o tempo dos direitos e, por fim, 5) o tempo da história presente.

A partir dessas perspectivas é possível fazer uma análise mais ampla das características culturais dos povos indígenas em questão, considerando as dinâmicas sociais próprias, bem como as modificações de valores impostas pela sociedade envolvente.

2.1.1 Tempo das Malocas

Maloca é como costumeiramente é chamada a moradia tradicional dos povos indígenas localizados no sudoeste Amazônico. O nome maloca também é tradicionalmente utilizado pelos Macuxi do estado de Roraima e pelos povos indígenas

da região do rio Negro. A maioria desses povos, e especialmente os falantes da família lingüística Pano, viviam em grandes moradias coletivas também conhecidas por Shubuã, ou Kupixawa (Revista Povos indígenas do Acre, 2009).

O tempo das malocas é o tempo mais antigo para os indígenas do Acre. É relativamente um tempo longo, desde a origem dos povos indígenas, explicada por cada um em narrativas milenares. Nesse tempo não havia contato com o cariú, o nawá, ou seja, com o “branco”, mas alianças políticas, relações de troca e guerras aconteciam entre povos diferentes. Rituais eram praticados, línguas maternas eram faladas, pinturas corporais, danças, festas seguiam os costumes de cada povo. Cada povo tinha sua economia, seu território, sua própria organização social. De modo geral, praticavam a agricultura, a pesca, a caça e a coleta. Viviam do que lhes dava a floresta, num sutil equilíbrio econômico, ecológico e social (Revista povos indígenas do Acre, 2009).

A figura do pajé era sempre muito forte e respeitada, especialmente em eventos culturais, na coleta e no preparo dos remédios com ervas medicinais e nos trabalhos espirituais que realizava para curar pessoas doentes.

Para alguns pajés os males contraídos pelas pessoas, que as deixam doentes, não são aleatórios, mas gerados pela intenção de um indivíduo, denominado de feiticeiro. Nesses casos, as doenças são chamadas de feitiços e a cura depende de um tratamento que só os pajés podem promover, pois estes transitam no universo dos espíritos, considerados os atores principais no processo de desfazer a feitiçaria.

Pouco antes da chegada de caucheiros⁴ e seringueiros, segundo a referida Revista, havia cerca de 50 povos indígenas habitando o que, pouco depois, viria a ser o Território Federal do Acre. Pertenciam as famílias lingüísticas Pano, Aruak e Arawá. A liberdade era a marca desse tempo. Desde os grupos mais fortes e numerosos até os menores grupos familiares, todos possuíam liberdade de manter seus próprios modos de vida.

⁴ O caucho é uma árvore semelhante à seringueira. Seu leite serve para ajudar a qualhar (endurecer) o leite da seringueira, dando mais consistência e peso ao produto final, podendo inclusive ser comercializado separadamente. Além disso, a fruta do caucho serve para alimentar diversas espécies de animais, como cutia, paca, veado, porco e outros. A função do caucheiro, portanto, é similar e complementar a do seringueiro.

2.1.2 Tempo das Correrias

Essa época, talvez a mais dolorosa, continua fortemente marcada na memória dos povos indígenas. Período em que se inicia na região acreana o funcionamento dos seringais, o que logo promoveu diversas invasões aos territórios indígenas, ocasionadas, principalmente, por brasileiros e peruanos que procuravam incessantemente explorar as riquezas naturais, sobretudo, o látex da seringueira e do caucho.

Os migrantes brasileiros, a maior parte da região nordeste, utilizavam os grandes rios da região, em especial o Purus e o Juruá, para chegar às áreas de exploração e para intimidar os indígenas com sua presença. A intenção era fazer com que os indígenas se sentissem ameaçados e abandonassem suas terras, que estavam repletas de recursos naturais como a seringueira.

Os peruanos, que adentravam as fronteiras brasileiras em busca do caucho, também utilizavam técnicas de intimidação e de ameaça os povos indígenas que encontravam pelo caminho.

Considerando o tratamento desrespeitoso dado aos povos indígenas, esse período foi marcado por muitos conflitos territoriais, provocando não apenas o deslocamento de comunidades, mas também o extermínio de muitas delas. Os indígenas eram vistos como barreiras ao dito desenvolvimento, perspectiva que ainda hoje prevalece.

As instalações das sedes dos seringais nas beiras dos rios e das colocações de seringa no centro da mata provocavam invasões aos territórios dos indígenas que, sentindo-se acuados, naturalmente, reagiam. Mas os invasores chegavam com armamento muito superior aos dos indígenas, promovendo a guerra do arco e flecha contra o rifle Winchester 44, o famoso “papo-amarelo”. Muitos indígenas foram mortos e alguns povos desapareceram sem que se soubesse quem eram ou que línguas falavam. E quanto mais a empresa seringalista ia subindo os rios, mais indígenas iam sendo mortos para “limpar os seringais” (MEIRELLES, 2009).

Muitos povos indígenas entraram em contato com a sociedade envolvente nesta época - os Kaxinawá, Kulina, Jamamadi, Yawanawá, Manchineri, além de outros povos de línguas Pano e Aruak – e foram trabalhar nos seringais. Bens como rifles e munição eram objetos de desejo de homens e mulheres indígenas. Para consegui-los trabalhavam muito mais que o necessário, num sistema assemelhado à escravidão.

As correrias, como passaram a ser denominadas essas amplas expedições eram então compostas por seringueiros e caucheiros sempre bem armados, que adotavam

como estratégia cercar as malocas e dizimar as famílias que ali se encontravam. Os indígenas que conseguiam fugir eram caçados como bichos e mais tarde baleados com tiros. As mulheres e crianças que sobreviviam aos ataques eram levadas para trabalhar nas casas dos patrões e, não raras vezes, eram abusadas sexualmente pelos seus empregados.

Para essas etnias, as correrias resultaram na invasão de seus territórios tradicionais, na chegada de doenças desconhecidas, em violentos massacres e na perda da identidade cultural, como, por exemplo: deixar de praticar seus ritos tradicionais e de falar língua materna (MEIRELLES, 2009).

Inúmeras etnias deixaram de existir em decorrência das correrias e aqueles que conseguiram de alguma maneira sobreviver aos inúmeros conflitos foram paulatinamente se transformando em “peões” dos donos dos seringais, passando a trabalhar em diversas atividades, principalmente as produtivas.

2.1.3 Tempo do Cativo

O tempo do cativo, em sua essência, foi a continuidade do tempo das correrias, período em que os indígenas passaram definitivamente a trabalhar para os patrões nos seus seringais. Para os patrões foi estratégico contar com mão-de-obra local dos indígenas e evitar trazer mercadorias e novos seringueiros do nordeste. Isso naturalmente lhes garantiam maior lucratividade, levando em conta os gastos que teriam com o deslocamento de materiais e pessoas.

Enquanto isso, para os indígenas que sobreviveram aos massacres, trabalhar nos barracões evitaria novos conflitos violentos que outrora tinham destruído grande parte de sua cultura e provocado a morte de muitos parentes.

As atividades desenvolvidas pelos indígenas eram focadas na produção de borracha. Recebiam os piores tratamentos nas colocações em que residiam e ainda eram enganados no preço de seus produtos e nas mercadorias (mantimentos) que adquiriam como forma de suprir suas necessidades. Além disso, tinham que se submeter ao sistema de aviamento imposto pelos barracões, que os obrigavam a pagar aluguel das estradas de seringa que cortavam.

A exploração do aviamento⁵ (sistema econômico, político e moral) era uma espécie de compra fiada que seria paga posteriormente com a produção da borracha. Nesse cenário, os seringueiros indígenas nunca conseguiam quitar suas dívidas, os patrões sempre usavam argumentos de que eles estavam devendo, sendo esta uma forma de os manterem como escravos por muitos anos. Vale ainda ressaltar que os indígenas também trabalharam como diaristas em vários serviços para o patrão.

De acordo com Correia (2001), os indígenas passaram, além de cortar seringa, a desempenhar uma série de atividades necessárias ao funcionamento do seringal, a saber: fazer transporte de borracha e mercadorias nas costas, varejar balsas abarrotadas de borracha até as cidades, abrir e zelar estradas de seringa, campos e pastagem, construir ubás, edificar casas e currais, levantar cercas, extrair madeira-de-lei, fazer farinha, movimentar os engenhos de cana-de-açúcar para o fabrico de mel, rapadura e gramixó (açúcar mascavo), colocar roçados, caçar e pescar para o abastecimento do barracão do patrão.

Nessa época, hábitos e costumes étnicos foram lentamente deixados de lado. A língua materna era proibida de ser falada sob o argumento de que eles poderiam tramar contra os brancos. As pinturas corporais, em suas diversas formas e significados, que expressavam a liberdade e a alegria num contexto da cultura imaterial, foram aos poucos sendo substituídas por outras práticas, assim como os rituais e vestimentas que, por serem ridicularizados pelos não indígenas, foram sendo abandonados por muitos indígenas.

2.1.4 Tempo dos Direitos

O tempo dos direitos é um período recente na história indígena, visto que muitos desses direitos foram conquistados apenas após a promulgação da Constituição Federal de 1988. Dentre estes, vale citar: o direito à demarcação das terras indígenas, à

⁵ Aviamento era o nome que se dava às compras feitas pelos seringueiros e também à forma utilizada pelos proprietários de seringais (patrões) e de comércios para manter presas as pessoas que para eles trabalhavam. A lógica era fazer com que os indígenas, que estavam na condição de empregados dos seringalistas, não conseguissem pagar pelos mantimentos que precisavam adquirir para sua sobrevivência e de suas famílias, visto que cobravam preços muito mais altos que o de mercado. Essa estratégia utilizada pelos donos dos seringais e pelos comerciantes deixavam os indígenas “eternamente” em dívida, pois não recebiam o suficiente para pagar pelos produtos adquiridos. E essa dívida era uma espécie de prisão, pois os impediam de desfazer a relação de trabalho, até porque estavam sempre ameaçados de morte caso parassem de trabalhar.

segurança alimentar, à uma educação básica diferenciada e à assistência de saúde que considere os costumes tradicionais.

Na década 1970, com chegada da FUNAI na região e com a sensibilização de outras entidades, como: Conselho Indigenista Missionário (CIMI), Comissão Pró-Índígena do Acre (CPI) e Conselho de Missão entre Índigenas (COMIM), os direitos dos indígenas ganharam impulso do ponto de vista de suas reivindicações. Isso de fato provocou relevantes discussões nas esferas municipais, estaduais e federais, sendo a principal reivindicação a demarcação das terras indígenas e a retirada dos ocupantes não indígenas dessas terras.

Vale ressaltar que tais entidades, sobretudo as não governamentais, comoveram-se com os diversos conflitos de morte envolvendo indígenas, fazendeiros e posseiros, o que serviu para que estas se aliassem aos indígenas e passassem a lutar por melhores condições de vida para essas comunidades e pela garantia da preservação da diversidade cultural.

Nesse contexto, a demarcação da terra havia se tornado a principal reivindicação dos povos indígenas, visto que a garantia do território para os indígenas está intimamente ligada a preservação dos seus usos, costumes e tradições.

Sobre isso Magalhães (2005) faz a seguinte consideração: “para os indígenas a terra é o lugar de viver, de ser gente, é o espaço onde se reencontra a força dos ancestrais e onde se realizam os rituais e o contato com Deus, que para eles está manifesto em toda criação”.

As organizações e lideranças indígenas, em parcerias com entidades de apoio, tiveram um papel extremamente relevante no avanço desse período e na promoção e fortalecimento do que passou a se chamar movimento indígena. Nesse sentido, passaram a se articular politicamente para retirar os invasores de suas terras e para que o Estado promovesse a sua demarcação.

Buscavam criar estratégias para fazer com que a voz dos povos indígenas fosse ouvida pelas autoridades públicas e para que isso motivasse a implementação de políticas públicas eficazes para preservação física e cultural desses povos, bem como para garantir a posse permanente dos indígenas sobre suas terras.

Naquela época, o salto dado pelo movimento indígena ficou explícito e estava diretamente relacionado às conquistas de direitos, que tendiam a se intensificar. Isso de fato teve mais consistência a partir da gestão do ex-governador Jorge Viana, que

instituiu uma forma de governo denominada de “Governo⁶ da Floresta”, no final da década de 1990.

A visibilidade dada ao movimento indígena com o seu fortalecimento provocou, por outro lado, conflitos institucionais internos e nas relações das organizações indígenas com seus parceiros e apoiadores. A formalização institucional das organizações indígenas, que exigiu gestão de pessoas e recursos, gerou problemas a muitas dessas instituições, tanto pela falta de experiência política, como pelo desconhecimento das práticas legais e burocráticas do sistema não indígena.

Nesse contexto, o movimento indígena articulou a criação da União das Nações Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia - UNI.

Organização que atuou durante quase 15 anos representando politicamente os povos indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia na luta pelos seus direitos. Nesse período, as mesmas lideranças indígenas, com apoio de instituições parceiras, articularam a criação de organizações em âmbito local e regional.

A UNI, assim como outras organizações indígenas, não ficou ileso de problemas e conflitos institucionais, levando-a, em 2004, a uma crise anunciada, que provocou a “queda” de seus coordenadores. A organização passa então a ser administrada por uma coordenação provisória, que deu início a um processo de reorganização do movimento indígena, contando com ampla participação das organizações indígenas.

Nesse período, passa a ter proeminência o discurso articulado e politizado das lideranças indígenas, dos professores indígenas, Agente Indígena de Saúde (AIS) e Agente Agroflorestal Indígena (AAFIS) e dos representantes de organizações indígenas regionais e associações locais.

Todavia, apesar dessa “nova” roupagem, a coordenação substituta não conseguiu reverter o cenário de crise gerado pelos sérios problemas administrativos e financeiros, envolvendo gestores indígenas e não indígenas. Essa realidade motivou a criação de uma outra organização que pudesse manter a mesma representatividade. Assim, em meados de 2005, fundou-se a Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia - OPIN.

Considerando que a OPIN foi criada para ocupar o mesmo papel de sua antecessora, foram realizadas diversas articulações políticas para garantir sua afirmação

⁶ As pactuações entre o governo acreano e as comunidades indígenas, assim como a implementação de ações, com vistas à promoção da autonomia e protagonismo dos povos indígenas no âmbito do desenvolvimento sustentável, serão vistas mais detalhadamente nos próximos capítulos dessa pesquisa.

e aceitação no meio indigenista e governamental. Para tanto, contou com apoio de lideranças e organizações indígenas locais e de representação regional, bem como de instituições parceiras.

Diante de uma nova conjuntura política indigenista, a OPIN com apoio da Secretaria Indígena, articulou na seara dos atores parceiros, em especial dos organismos públicos, mecanismo para retornar ao cenário de representante dos povos indígenas do Acre. Conseguiu assinar um convênio com o Governo do Estado, visando a instrumentalização de sua sede e a implementação de suas ações.

Apesar dos esforços dispensados, a OPIN, como sucessora da UNI, ainda não tinha ganhado a confiança dos órgãos parceiros, levando-a a uma atuação tímida e, nesse momento, com pouca credibilidade.

De qualquer forma, vale lembrar que a crise de representatividade institucional dos povos indígenas do Acre promoveu, nesse cenário, o destaque de novas vozes, como a dos professores indígenas, que passaram a ter um papel de grande relevância na luta por direitos e no fortalecimento do movimento indígena.

Professores Indígenas

Como ensina Oliveira (2012), no ano de 1980, quando lideranças indígenas passaram a reivindicar uma educação nas aldeias que valorizasse a cultura de cada povo, como a língua materna, os conhecimentos tradicionais, tem início o processo de organização de professores indígenas no estado Acre.

A partir dessas reivindicações, três anos depois, foram nomeados os primeiros professores indígenas que, mesmo sem ajuda salarial, começaram suas atividades escolares, produzindo materiais didáticos sobre sua cultura e seus conhecimentos, com a valorização de suas línguas maternas.

A Comissão Pró-Indígena do Acre - CPI/AC, com intuito de contribuir com a qualificação desses professores, passou a oferecer a esses educadores cursos específicos e diferenciados, promovendo uma conscientização a respeito da importância da valorização dos registros culturais materiais e imateriais como forma de fortalecimento cultural e social.

A partir de 1988, com a promulgação da Carta Magna, o movimento indígena e indigenista no Brasil alcançou novas conquistas. Em 1996, teve a promulgação da Lei

de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, nº 9.394/96, que traz um novo horizonte para os povos indígenas nos aspectos culturais e educacionais.

Os professores indígenas, como parte do movimento indígena, atuaram de maneira ativa para a efetivação e qualificação não apenas da temática relacionada à educação, mas de todas as políticas públicas de interesse indígena.

Em 1997, esses professores criaram uma comissão para representar seus interesses junto às entidades de apoio governamentais e não governamentais, que resultou mais tarde, na criação da Organização de Professores Indígenas no Acre - OPIAC. Como principal objetivo da nova organização estava o de as ideias de educação diferenciada e de valorização cultural como forma de fortalecer as comunidades indígenas e promover a de seus territórios.

Desde sua criação, a OPIAC faz o acompanhamento (assessorias) dos cursos de formação realizados pela Secretaria de Estado de Educação - SEE, Universidade Federal do Acre - UFAC, entre outros órgãos formadores, nos quais os professores indígenas se capacitam para atuarem em suas respectivas comunidades como agentes transformadores. Ao mesmo tempo em que trazem elementos da sociedade envolvente para que as comunidades possam dominar os códigos externos, valorizam a cultura local e mostram que a manutenção da cultura é uma forma de fortalecer os povos indígenas.

Além disso, a OPIAC produz registro e documentação desse trabalho, organizado em livros e cartilhas em seu dialeto e na língua portuguesa, no qual os professores são os próprios autores e condutores do delineamento dessas e de outras atividades.

Segundo Oliveira (2012), em 2000, já durante a gestão do ex-governador Jorge Viana, finalmente o governo, através da SEE, assumiu de fato a educação escolar indígena no Acre, pois até então, como já mencionado, quem fazia a formação desses professores era a CPI-AC, que é uma organização não governamental.

Vale mencionar que a diretoria da OPIAC e seus associados são compostos por professores indígenas representantes de várias terras do Acre, localizadas em nove municípios acreanos: Rio Branco, Sena Madureira, Assis Brasil, Tarauacá, Jordão, Cruzeiro do Sul, Marechal Taumaturgo, Porto Walter e Santa Rosa do Purus.

Atualmente, a organização possui 443 professores indígenas associados, mas pretende ampliar esse número, inclusive incluindo parceiros como os AAFIs e os AIS.

Para Oliveira (2012), após significativas conquistas no âmbito da educação indígena, é lamentável ver hoje um retrocesso nesse cenário: “depois que a educação

indígena passou a ser de responsabilidade da SEE, tudo está andando para trás. Hoje a nossa educação se reassume em prédios, salários, ou mesmo em cabides de emprego. A beleza dos valores de entender o que é mesmo um espaço escolar como já mencionado ficou vulnerável e, aos poucos, tudo pode se perder”. Ela ainda acentua:

Estamos com problema sério pra dar continuidade à formação dos professores indígenas. Há uma deficiência muito grande por parte do MEC, SEE e UFAC. Hoje, no Acre, vamos entrar no quarto ano sem recurso financeiro para custear os cursos de formação. Nossa participação nas definições das políticas dentro da SEE é muito apagada, além disso, não tem nada institucionalizado, o dialogo até acontece, mas nada parece ser levado a sério, fato que nos deixa diante de um futuro incerto (OLIVEIRA, 2012).

2.1.5 Tempo da História Presente

O período da história presente foi marcado, sobretudo, pela abertura de diálogo entre as comunidades indígenas e as esferas governamentais, federais e municipais. No entanto, mesmo diante de um novo cenário de perspectivas positivas, os povos indígenas continuam enfrentando resistência na busca por uma política adequada e que atenda de fato suas diferentes necessidades.

Política essa, que leve em consideração suas diferenças étnicas, suas realidades específicas e iniciativas internas, afinal de contas cada povo ou cada aldeia se encontra dentro de um contexto social, econômico e cultural particular, tendo seus próprios mecanismos tradicionais de viver e de desenvolver suas atividades cotidianas.

Para que todos esses aspectos sejam considerados, ressalta-se a importância da consulta aos povos indígenas antes de realizar qualquer tipo de trabalho ou de inserir uma nova prática dentro das aldeias, conforme rege a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Nessa perspectiva, o movimento indígena tem buscado conduzir sua relação com as instituições parceiras, sobretudo, com o Governo do Estado, que se fortaleceu após criação da Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas - SEPI, no segundo mandato do ex-governador Jorge Viana.

SEPI⁷, vinculada à Secretária de Desenvolvimento Humano e Inclusão Social, foi a primeira Secretaria Indígena do Brasil e teve como primeiro Secretário Estadual o indígena Ashaninka Francisco da Silva Pinhanta⁸.

Para Iglesias (2007), a referida instituição tratava-se de um instrumento articulador e político, que surgiu a partir de inúmeras reivindicações do movimento indígena, que via suas ações dispersas nas várias secretarias sem nenhuma coordenação, e também pelo reconhecimento por parte do Governo do Estado da necessidade de se ter dentro de sua estrutura uma ferramenta que orientasse a implementação de ações provenientes de projetos e programas governamentais destinados aos povos indígenas.

Desde o início, pessoas e entidades envolvidas nas questões indígenas sabiam que a SEPI não seria uma panaceia, mas a sua existência poderia ações concretas de defesa e garantia da autonomia e do protagonismo dos povos indígenas.

Após quatro anos de existência, a SEPI foi extinta, dando lugar à Assessoria Especial dos Povos Indígenas - AEPI. Muitos, principalmente os indígenas, entenderam essa mudança como retrocesso para o movimento indígena.

Já na atual gestão do Governador Tião Viana, a estrutura foi intitulada de Assessoria Especial de Assuntos Indígenas - AEAI e tem José de Lima Kaxinawa (*Yube*) como Assessor Indígena.

A história do tempo presente é o resultado de muitas conquistas para os povos indígenas do Acre, fruto e reflexo de luta incessante pelos direitos garantidos na Constituição Federal, mas também construída pela responsabilidade assumida por cada liderança indígena que efetivamente participou de toda essa história.

Nessa nova configuração, as populações indígenas passaram a se articular e a ser representadas politicamente pelas suas organizações locais e regionais, consideradas instrumentos essenciais na consolidação de parcerias e na captação de recursos financeiros para a execução de seus projetos específicos e comunitários.

⁷ Sobre a criação da SEPI, missão, desafios e ações executadas ver: AQUINO & IGLESIAS. Caderno do ZEE, fase II, 2006: 36-41.

⁸ Francisco da Silva Pinhanta pertence ao povo indígena Ashaninka e sua aldeia denominada Apywtxa fica localizada na TI Kampa do Rio Amônea, município de Marechal Thaumaturgo. Durante oito anos ele prestou serviço para o Governo do Acre, sendo quatro deles como Secretário dos Povos Indígenas e outros quatro como Assessor Especial dos Povos Indígenas.

2.2 ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DO ESTADO DO ACRE

Tabela 01: Organizações Indígenas (FUNAI, 2012)

Associação Local (Base)	Sigla	Fundação	Terra Indígena	Município
Associação dos Produtores Extrativista Yawanawa do Rio Gregório.	OAEYRG	1993	Rio Gregório	Tarauacá
Associação dos Produtores e Agro-Extrativistas Huni Kui do Caucho.	APAHC	2000	Igarapé do Caucho	
Organização dos Agricultores Kaxinawa da Terra Indígena Colônia 27.	OAKATI 27	2000	Kaxinawa da Colônia 27	
Associação dos Povos Indígenas Kaxinawá do Rio Humaitá.	ASPIH	1999	Kaxinawa do Rio Humaitá	
Associação dos Katukina do Sete Estrela-Rio Gregório.	ASKERG	2000	Rio Gregório	
Associação das Produtoras de Artesanato das Mulheres indígenas Kaxinawá de Tarauacá e Jordão.	APAMIKTARJ			
Associação dos Produtores e Criadores Kaxinawa da Praia do Carapanã.	ASKPA	2000	Kaxinawa da Praia do Carapanã	
Associação de Culturas Indígenas do Rio Humaitá.	ACIRH	2004	Kaxinawa do Rio Humaitá	
Associação dos Kaxinawa do Rio Breu.	AKARIB	1995	Kaxinawa-Ashaninka do Rio Breu	Marechal Thaumaturgo
Associação Ashaninka do Rio Amônia.	APIWTXA	1992	Kampa do Rio Amônia	
Associação do Povo Jaminawa Arara.	APJA	2002	Jaminawa-Arara do Rio Bajé	
Associação dos Seringueiros Kaxinawa do Rio Jordão.	ASKARJ	1988	Seringal Independência, Baixo e Alto Rio Jordão	Jordão
Associação Comunitária Shanenawa de Morada Nova.	ACOSMO	1988	Katukina/Kaxinawa	
Associação dos Produtores de Nova Vida.	APROINV		Katukina/Kaxinawa	

Associação dos Produtores Kaxinawa da Aldeia Paroá.	APROKAP	1999	Katukina/Kaxinawa	Feijó
Associação Kaxinawa da Aldeia Formoso.	AKAF	2010	Nova Olinda	
Associação de Seringueiros Produtores e Artesãos Kaxinawa de Nova Olinda.	ASPAKNO	2009	Nova Olinda	
Associação Jaminawa e Jaminawa Arara do Igarapé Preto.	AJJAIP	2004	Jaminawa do Igarapé Preto	Rodrigues Alves
Associação do Povo Arara do Igarapé Humaitá.	APAIH	1998	Arara do Igarapé Humaitá	Porto Walter
Associação Indígena Nukini.	AIN	1999	Nukini	Mâncio Lima
Associação Agroextrativista Poyanawa do Barão e Ipiranga.	AAPBI	1988	Poyanawa	
Associação Katukina da Aldeia Campina.	AKAC	1999	Campinas/Katukina	Cruzeiro do Sul
(Manxineryne Ptohi Kaipa Hajene) Organização do Povo Indígena Manchineri.	MAPKAHA	2004	Mamoadate	Assis Brasil
Associação da Comunidade Yaminawa do Alto Acre	ASKOYAC	2006	Cabeceira do Acre	
Associação Agroextrativista Manchineri da Ladeira Jatobá - Rio Iaco.	AAENRI	2004	Mamoadate	
Associação das Comunidades Agroextrativista Jaminawa.	OCAEJ	2001	Jaminawa do Rio Caeté	Sena Madureira
Associação do Povo Hunikui do Alto Purus	APHAP	2004	Alto Purus	Santa Rosa
Organização dos Kaxinawa do Alto Rio Purus.	OPIHARP			
Associação Agroextrativista dos Kaxinawa - Novo Lugar.		2004	Alto Purus	
Organização Regional e Estadual	Sigla	Fundação	Terra Indígena	Município
União das Nações Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia.	UNI	1986		Rio Branco
Organização dos Povos Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia	OPIN	2005		

Organização das Mulheres Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia.	SITOKORE	2005		
Organização dos professores Indígenas do Acre.	OPIAC	2000		
Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre.	AMAAIAC	2002		
Federação Huni Kui.		2009		
Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira.	OPIRE	1988		Feijó
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá.	OPITAR	2000		Tarauacá
Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão	OPITARJ	1994		
Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá.	OPIRJ	1999		Cruzeiro do Sul
Movimento dos Povos Indígenas do Vale do Juruá	MPIVJ	1990		

As primeiras associações indígenas⁹ surgiram no Acre a partir de 1988, numa conjuntura em que a Constituição Federal, em seu artigo 232, reconheceu o direito dessas organizações representarem suas comunidades. No mesmo período, as agências financiadoras começavam a priorizar a alocação de fundos para projetos de organizações e comunidades locais. Por outro lado, a crise da economia da borracha culminou na interrupção dos programas governamentais para esse setor (ZEE-fase II, 2006).

Segundo Aquino e Iglesias (2006), por meio dessas novas modalidades de representação política, lideranças indígenas, nos anos 1990, saíram de suas aldeias para negociar diretamente com órgãos governamentais, ONGs, agências humanitárias, instituições de pesquisa e empresas privadas, abrindo alternativas para a continuidade das cooperativas, para a captação de recursos humanos e para a execução de projetos econômicos, de vigilância territorial, educação bilíngüe e fortalecimento cultural.

A consolidação da UNI como instância centralizada de representação dos povos indígenas do Acre, sul do Amazonas e noroeste de Rondônia motivou a gradual criação de várias organizações de âmbito regional. A primeira, que veio a articular diferentes povos indígenas de uma mesma bacia hidrográfica, foi a Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (OPIRE), surgida de mobilizações promovidas principalmente por lideranças Shanenawa e Kaxinawa.

Desde início dos anos 1990, a UNI tentou estabelecer representações nas sedes dos municípios de Tarauacá e Cruzeiro do Sul. Neste último, surgiram reações das lideranças, que, em 1991, optaram por fundar o Movimento dos Povos Indígenas do Vale do Juruá - MPVIJ. Com sua extinção em 1994, o movimento se rearticulou criando, em 2000, a Organização dos Povos Indígenas do Rio Juruá - OPIRJ (AQUINO e IGLESIAS, 2006).

Mobilizações das lideranças Kaxinawa do Vale do rio Tarauacá, iniciadas em 1990, resultaram, quatro anos depois, na criação da Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá e Jordão - OPITARJ. Em 2000, após longo período de divergências com a coordenação dessa entidade, lideranças Kaxinawa dos rios Tarauacá, Murú e Humaitá, com apoio da UNI, criaram a Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá - OPITAR.

⁹ ASKARJ, AAPBI, ACOSMO, APYWTXA, OAYERG e AKARIB. Para melhor visualização de suas trajetórias ver: AQUINO & IGLESIAS. Caderno do ZEE, fase III, 2006.

Ainda no campo das organizações de representatividade regional, foi criada no Vale do Acre por um grupo de famílias Jaminawa do rio Caeté a Organização das Comunidades Agroextrativista Jaminawa - OCAEJ. Ações da SEATER e da FEM, no Projeto do BNDES, apoiaram sua criação e a realização da primeira assembleia, que foi destinada ao fortalecimento institucional.

Em 2004, após inúmeras reivindicações, foi criada a Organização do Povo Indígena Manchineri do Rio Iaco - MAPKAHA e, assim como a OCAEJ, sua criação se deu, principalmente, em virtude da revisão do componente indígena do EIA/RIMA da BR-317 e da implementação das medidas mitigadoras.

Apesar da maioria dessas organizações estarem registradas e legalizadas, enfrentam constantes dificuldades para estruturar suas sedes, contar com quadros permanentes de pessoal e canalizar recursos para sua manutenção e articulação de projetos.

Mesmo diante de muitas dificuldades, seus representantes deram vida a essas organizações, como mediadores das discussões com a UNI em Rio Branco, participando de assembleias, políticas e ações governamentais. Assim foi no convênio UNI/Saúde Sem Limites, no Programa Emergencial de Desenvolvimento do governo estadual, nos conselhos distritais e locais do DSEI Alto Juruá, bem como nas consultas e audiências para a revisão dos EIA/RIMAs das BR's 364 e 317 e na implementação dos "planos de sustentação"(ZEE, fase II, 2006: 36-41).

Tais organizações realizaram gestões junto às secretarias municipais de educação, saúde e produção, na busca de recursos e ações para as comunidades indígenas. Procuram desenvolver suas atividades em consonância com a Coordenação Regional Alto Purus/FUNAI e suas Coordenações Técnicas Locais (CTLs) e Conselho Indigenista Missionário - Amazônia Ocidental - CIMI. Participaram dos debates e ações promovidas pela OPIAC e AMAAIAC.

Em 1997, os professores se articularam para apresentar suas demandas às entidades de apoio. O resultado de diversas conversas resultou, em 2000, na criação da Organização de Professores Indígenas do Acre - OPIAC, cujo objetivo principal é disseminar entre os povos indígenas a ideia de educação diferenciada, que valorize a cultura tradicional, e sua relação com uso de seus territórios, com vista na gestão e preservação ambiental.

Dois anos depois, foi criada a Associação do Movimento dos Agentes Agrofloretais Indígenas do Acre - MAAIAC, que passou a assumir relevante papel no

âmbito da educação ambiental. As atividades desenvolvidas pelos Agentes Agroflorestais Indígenas, dentre outras, estão relacionadas à vigilância e à fiscalização dos limites de suas terras, para evitar invasões de caçadores, pescadores e madeireiros (AQUINO e IGLESIAS, 2006).

Os Agentes Agroflorestais Indígenas buscam ainda respaldar suas ações junto aos órgãos de governo, participando de oficinas de capacitação oferecidas pelo IBAMA, que os legitimam como agentes ambientais colaboradores, com a possibilidade de lavrar autos de infração e comunicar ao órgão ambiental os ilícitos constatados.

No período de 1998 a 2005, novas associações indígenas no âmbito local foram criadas no Acre, inspiradas nas associações mais antigas e pela troca de experiências em fóruns do movimento indígena e nos cursos de formação. Por conta própria ou assessorados pelo movimento indígena, acessam recursos para implementar projetos, sendo a maioria deles de gestão territorial com a perspectiva de garantir a sustentabilidade por meio do uso sustentável dos recursos naturais.

Apesar da experiência das organizações indígenas mais antigas, as associações mais recentes tiveram que enfrentar ou ainda enfrentam os problemas institucionais relacionados à gestão de pessoas e recursos. O que se sabe é que muitas dessas associações tiveram dificuldades de gerir os recursos advindos de projetos, principalmente no que se refere à parte administrativa e financeira, assim como na prestação de contas, por isso, atualmente, algumas delas se encontram inadimplentes ou foram extintas.

Ações Governamentais

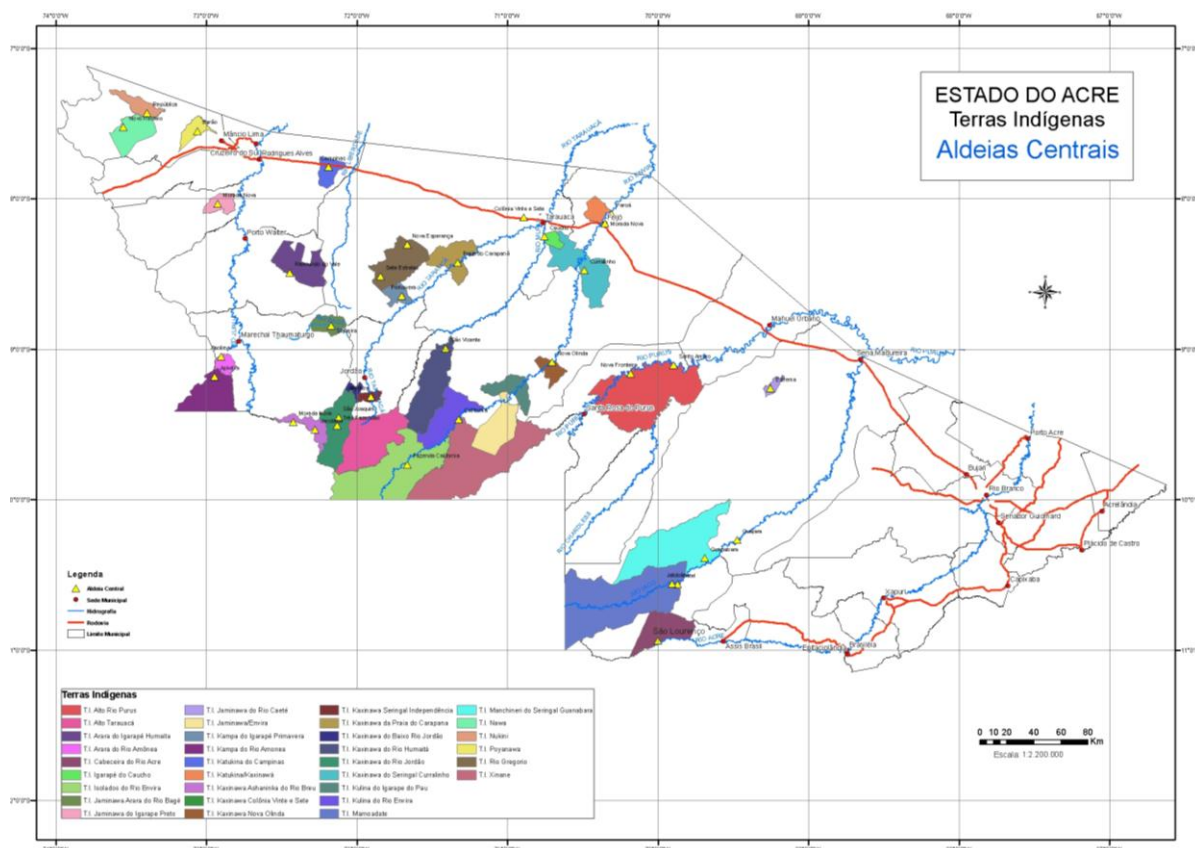
Em tempos mais recentes, o Governo do Estado vem implementando suas ações no âmbito do “Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável para o Estado do Acre”. Desse emergiram subprogramas contemplando atividades nas áreas: de atendimento básico à saúde, melhoramento da produção como garantia da segurança alimentar, vigilância e fiscalização de territórios, educação diferenciada, fortalecimento institucional, gestão territorial e ambiental e fortalecimento cultural.

Além disso, o governo adotou, como estratégia de fortalecimento dos povos indígenas, assinaturas de convênios com suas organizações representativas, no sentido de garantir aos indígenas o protagonismo na condução de suas atividades. A proposta era fazer com que todas as terras indígena do estado do Acre, por meio de suas

organizações representativas, acessassem tais benefícios. No entanto, os convênios foram firmados com apenas algumas dessas associações, beneficiando, assim, poucas terras indígenas.

2.3 TERRAS INDÍGENAS (TIs) DO ESTADO DO ACRE

Figura 01 - Mapa das Terras Indígenas do Acre e suas aldeias centrais (FUNAI, 2012)



O Estado do Acre é uma das unidades da federação com maior diversidade étnica, possuindo aproximadamente 557.526 habitantes e uma população indígena estimada em 16.720 pessoas, correspondendo a um percentual de mais de 2% do contingente populacional do estado (FUNAI, 2012).

Segundo dados recentes da FUNAI (2012), vivem atualmente no estado do Acre 15 povos, constituídos pelas etnias: Manxineri, Jaminawa, Huni Kui (Kaxianawa), Kulina (Madja), Shanenawa, Ashaninka, Yawanawa, Katukina, Puyanawa, Nukini, Nawa, Jaminawa-Arara, Shawãdawa (Arara), Apolima-Arara e Kuntanawa, falantes das línguas Pano, Aruak e Arawa.

Essa diversidade étnica está distribuída em 193 aldeias das 37 terras indígenas reconhecidas pelo governo federal. Ocupam uma extensão territorial estimada em 2.436.454 hectares, o equivalente a mais de 14% da extensão do Estado, situadas em 11 municípios, com uma população, como já mencionado acima, de 16.720 pessoas, sendo que desse total, quase 50% pertence à etnia *Huni Kui*. Vale ainda ressaltar que das 37 TIs, 70% estão localizadas no Vale do Juruá.

É importante destacar que esse número de povos aumenta ao se considerar a presença dos indígenas “isolados”, também conhecidos pelos moradores da floresta como os “brabos” ou “arredios”.

Subsídios atualizados da Frente de Proteção Etnoambiental Rio Envira, da FUNAI, dão conta da presença de três povos distintos vivendo nas cabeceiras dos rios Envira, Tarauacá e Jordão, distribuídos em pelo menos 15 malocas. Hoje, há uma política por parte da FUNAI de preservar os seus territórios, de maneira a respeitar sua decisão de permanecerem “isolados” (Revista Indígenas Isolados do Acre, 2010).

Tabela 02 - Informações Gerais das Terras Indígenas do Estado do Acre (FUNAI, 2012)

Município	Terra Indígena	Nº de Aldeia	Povo	População	Extensão (ha)	Situação Jurídica
Assis Brasil	Cabeceira do Rio Acre	05	Jaminawa e Manxineri	343	78.513	Concluído
	Mamoadate	12	Jaminawa e Manxineri	1.241	313.647	Concluído
	Jaminawa do Guajará	01	Jaminawa	92	-	Identificação e delimitação
	Seringal Guanabara	01	Manxineri	166	-	
Sena Madureira	Jaminawa do Rio Caeté	04	Jaminawa	194	-	
Santa Rosa/Manuel Urbano	Alto Purus	44	Huni Kui e Kulina	2.976	263.130	Concluído
Santa Rosa	Kulina e Jaminawa do Chambuiaco	02	Jaminawa e Kulina	60	-	Solicitação de identificação
Feijó/Santa Rosa do Purus	Riozinho do Envira	-	Isolados	-	260.970	Declarada/demarcada
Feijó	Jaminawa/Envira	01	Ashaninka	130	80.618	Concluído
	Kampa e Isolados do Rio Envira	04	Ashaninka	315	232.795	Concluído
	Kulina do Ig. do Pau	06	Kulina	354	45.590	Concluído
	Kulina do Rio Envira	02	Kulina	99	84.364	Concluído
	Nova Olinda	02	Huni Kui	386	27.533	Concluído
	Seringal Currealinho	02	Huni Kui	131	-	Identificação/delimitação
	Katukina/Kaxinawá	07	Shanenawa e Huni Kui	1.108	23.474	Concluído
Feijó/Jordão	Alto Tarauacá	-	Isolados	-	142.619	Concluído
	Igarapé do Caucho	04	Huni Kui	561	12.318	Concluído
	Kampa do Igarapé Primavera	01	Ashaninka	30	21.987	Concluído
	Colônia 27	01	Huni Kui	143	305	Concluído

Tarauacá	Praia do Carapanã	07	Huni Kui	538	60.698	Concluído
	Rio Gregório	07	Yawanawa e Katukina	608	187.125	Concluído
	Kaxinawa do Rio Humaitá	05	Huni Kui	401	127.383	Concluído
Jordão	Baixo Rio Jordão	08	Huni Kui	434	8.726	Concluído
	Alto Rio Jordão	20	Huni Kui	1.336	87.293	Concluído
	Seringal Independência	04	Huni Kui	221	11.584	Reservada/ Dominial
	Igarapé Taboca do Alto Tarauacá	-	Isolados	-	-	Em estudo/ Planejamento
Marechal Taumaturgo	Jaminawa/Arara do Rio Bagé	05	Jaminawa Arara	287	28.926	Concluído
	Kampa do Rio Amônea	01	Ashaninka	450	87.205	Concluído
	Kaxinawa e Ashaninka do Rio Breu	06	Ashaninka e Huni Kui	765	31.277	Concluído
	Apolima Arara do Rio Amônia	03	Apolima Arara	246	20.764	Demarcação física
	Kuntanawa	02	Kuntanawa	141	-	Estudo/identificação
Porto Walter	Arara do Igarapé Humaitá	08	Shawãdawa	617	87.571	Concluído
Mâncio Lima	Nukini	03	Nukini	700	27.264	Concluído
	Nawa	03	Nawa	380	-	Em identificação/ delimitação
	Poyanawa	02	Poyanawa	525	24.499	Concluído
Cruzeiro do Sul	Campinas/Katukina	06	Katukina	531	32.624	Concluído
Rodrigues Alves	Jaminawa do Igarapé Preto	04	Jaminawa Arara	211	25.652	Concluído
11	37	193	15	16.720	2.436.454	

CAPÍTULO III - A CONSTRUÇÃO DA BR-364: SEUS IMPACTOS E ESTUDOS AMBIENTAIS NAS TERRAS INDÍGENAS DO ACRE

Este capítulo trata da pavimentação da BR-364 no âmbito do crescimento econômico do estado do Acre e da expansão das fronteiras agrícolas do país. Com objetivo de levantar a ação do Estado diante dos impactos provocados pela rodovia aos povos indígenas, a seguir, serão analisados os seguintes instrumentos relacionados à sua pavimentação: licenciamento e estudos de impactos ambientais; realizações de audiências públicas; plano de mitigação e compensação e, por fim, programas e projetos originários e pactuados em reuniões.

Vale enfatizar que o embasamento teórico pautou-se, principalmente, em referências bibliográficas de autores que trabalharam diretamente com o tema ou acompanharam a implementação das rodovias.

3.1 HISTÓRICO DA RODOVIA

O traçado completo da rodovia BR-364 perfaz mais de três mil quilômetros, passando por seis estados: São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso, Rondônia e Acre. A sua porção norte é a conhecida “saída para o Pacífico”, originalmente idealizada nos governos militares.¹⁰

Mal afamado internacionalmente devido aos desastres socioambientais nos trechos já concluídos entre Cuiabá e Rio Branco, o plano de estender a pavimentação da BR-364 até a fronteira com o Peru esteve, durante muito tempo, engavetado por falta de apoio financeiro para o empreendimento. O receio de que se repetissem os mesmos erros nunca foi descartado.

Ainda hoje, os Kaxarari, grupo indígena de língua pano localizado em Rondônia, percorre os meandros jurídicos em busca de compensação pelos desastres socioambientais causados pela empreiteira Mendes Júnior em suas terras durante a pavimentação do trecho entre Porto Velho e Rio Branco, na década de 1980 (SILVA, 2000, *apud* LIMA, 2005).

¹⁰ Vale ressaltar que, hoje, outras saídas para o Pacífico já são pensadas pelo próprio Acre (via BR-307, próximo a Assis Brasil), pelo Mato Grosso (a partir de Cáceres) e pelo Mato Grosso do Sul, a partir de Corumbá (STCP Engenharia de Projetos Ltda, 2005).

As informações que seguem foram fornecidas pelo DERACRE através do relatório final de Estudo de Impacto Ambiental das obras da rodovia federal BR-364, no trecho localizado entre os municípios de Sena Madureira e Feijó no Estado do Acre, produzido em 2005 pela STCP Engenharia de Projetos Ltda.

Em 1944, o plano rodoviário do país incluiu a ligação rodoviária entre o Acre e as regiões do Centro Sul do país como um eixo rodoviário nacional. Tal ligação recebeu o nome de "Rodovia Acreana" e a designação de BR-29, no trecho que cruza as cidades de Cuiabá, Porto Velho, Rio Branco e Cruzeiro do Sul até a fronteira com o Peru, fazendo a conexão com a Rodovia Pan-Americana através do território peruano, passando, possivelmente, por Pucalpa e Lima.

Segundo a STCP (2005), a BR-29, atual BR-364, foi uma obra iniciada no governo de Juscelino Kubitschek, num grande esforço para tirar a Amazônia do isolamento em relação aos principais centros econômicos do país. Em 1960, a divisão de estudos e projetos do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) iniciou o projeto desenhando o traçado da BR-29.

Posteriormente, em 1962, foi definida a área a ser coberta por aerofotogrametria, sendo as fotografias utilizadas para detalhar o referido traçado e as diretrizes do projeto que tinham sido aprovadas pelo Conselho Rodoviário Nacional.

Durante os anos 60, vários esforços foram empreendidos no sentido de melhorar as condições da rodovia existente e implantar a BR-29 nos outros trechos. Neste sentido, foi alterada a sua denominação e o trecho entre Abunã-AC e a fronteira com o Peru passou a ser identificado por BR-236, enquanto que o trecho entre Porto Velho/Cuiabá foi denominado BR-364 (DNER, 1968).

No ano de 1966, o DNER contratou serviços de consultoria para elaboração do estudo de viabilidade das BR's 236 e 364, que apresentou as seguintes conclusões:

- (i) A rodovia Cuiabá fronteira com o Peru era importante para a integração nacional e internacional e para o desenvolvimento regional;
- (ii) O sistema de transporte fluvial existente na área de influência da rodovia era lento, sazonal, caro e pouco eficiente;

Com base nestes estudos, foi iniciado o melhoramento do trecho Cuiabá/Porto Velho e a construção do trecho Abunã/Rio Branco, ambos pelo Ministério do Exército.

No ano de 1968, segundo o DNER (1968), foi definido o projeto e o traçado da BR-236, entre Rio Branco e fronteira com Peru, que passou posteriormente a ser denominada de BR-364.

A implantação em Porto Velho foi realizada pelo 5º Batalhão de Engenharia e Construções do Ministério do Exército (BEC) e em Rio Branco e Cruzeiro do Sul pelo 7º BEC. As duas obras foram iniciadas em 1970 a partir de duas frentes de trabalho - o trecho Porto Velho/Rio Branco foi concluído em 1973 e o trecho Rio Branco/Cruzeiro do Sul em 1977.

Atualmente, grande parte da rede rodoviária do Acre se concentra na porção leste do Estado, sendo a BR-364 a mais importante para a integração do estado do Acre, uma vez que permite a interligação da maioria das cidades acreanas com outras regiões do país.

Durante a década de 80, foi realizado o asfaltamento da BR-364 no trecho entre Porto Velho e Rio Branco, o que permite a ligação da porção leste do estado do Acre, incluindo a capital, aos outros estados brasileiros (STCP, 2005).

Na década de 90, com a sub-rogação de parte da BR-364 pelo DNER, atualmente conhecido como Departamento Nacional de Infra-Estrutura e Transporte Terrestre (DNIT), para o Governo do Estado do Acre, teve início o asfaltamento do trecho Rio Branco/Sena Madureira e do trecho Tarauacá Rodrigues Alves/Cruzeiro do Sul.

Atualmente, no Acre, os trechos que interligam as cidades de Rio Branco, Sena Madureira, Manuel Urbano, Feijó, Tarauacá e Cruzeiro do Sul estão todos asfaltados, possibilitando trafegabilidade rodoviária permanente. As únicas cidades do estado que permaneceram sem ligação rodoviária, são: Santa Rosa do Purus, Jordão, Porto Valter e Marechal Thaumaturgo, que ainda só podem ser acessadas por vias aéreas e fluviais.

A principal justificativa governamental para a implantação de rodovias tem sido o desenvolvimento econômico e social, principalmente nas regiões de fronteira, que supostamente seriam áreas vulneráveis às invasões estrangeiras caso não estejam ocupadas.

3.2 OS IMPACTOS E ESTUDOS AMBIENTAIS NAS TERRAS INDÍGENAS

Após dois anos de pavimentação da BR-364, o governo acreano assegura que esse empreendimento foi um dos principais elementos para o desenvolvimento da economia regional. Como estratégia, o estado vem concentrando esforços e investimento na região para viabilizar o escoamento da produção e, assim, dinamizar a economia regional e nacional.

Esta rodovia permite a ligação das cidades acreanas às demais regiões do Brasil e aos países Bolívia e Peru por meio da BR-317.

Mergulhando um pouco mais na trajetória de implantação da estrada, descobrimos que o Governo do Acre protagonizou uma das mais longas discussões acerca da pavimentação asfáltica da rodovia em questão, envolvendo órgãos das esferas federal e estadual, entidades não governamentais, organizações de apoio e representação de indígenas e seringueiros.

Para entender como se deu esse processo, faz-se necessário um levantamento dos principais acontecimentos que marcaram o asfaltamento da rodovia, bem como os desdobramentos dos diálogos entre o Governo do Estado e as comunidades indígenas diretamente impactadas pela estrada¹¹.

Dentre os eventos importantes que devem ser mencionados, vale citar a elaboração do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas - Pmaci, que, como ensina Iglesias e Aquino (1998), tinha como objetivo implementar ações a curto prazo para evitar danos ecológicos e tensões sociais durante o processo de asfaltamento da BR-364.

A partir de 1985, a elaboração e implementação do Plano de Proteção ao Meio Ambiente e às Comunidades Indígenas (Pmaci) polarizou a interação entre a Funai, lideranças indígenas, a recém criada União das Nações Indígenas do Acre e Sul do Amazonas (UNI), as entidades indigenistas e a Coordenadoria de Indigenismo do Governo do Estado. Acordo firmado entre o governo brasileiro e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, o Pmaci visava a implementação por várias instituições federais de ações de curto prazo para evitar danos ecológicos e tensões sociais no asfaltamento da BR-364 no trecho Porto Velho/Rio Branco. O Plano tinha como objetivos evitar desmatamentos, extração ilegal de madeira,

¹¹ Referido levantamento se baseia, sobretudo, nos artigos produzidos pelos antropólogos Marcelo Piedrafita e Iglesias, Terri Vale de Aquino e Edilene Coffacci de Lima, em suas relevantes participações no Jornal Página 20, especificamente na Coluna “Papo de Indígena”, publicado no final dos anos 90.

garimpagem e mineração, invasões de terras indígenas, surtos epidêmicos e conflitos sociais pela posse da terra, que tinham marcado, desde o início dos anos 70, a pavimentação da estrada no trecho Cuiabá-Porto Velho AQUINO e IGLESIAS (1998).

Além disso, constava no Pamaci que a FUNAI deveria agilizar o processo de regularização das terras indígenas situadas na área de influência da BR-364.

Em meados da década de 1990, o Governador Orleir Cameli anunciou a pavimentação das BR's 364 e 317 como prioridade de seu governo. Contou, inclusive, com apoio de autarquias federais e diferentes emendas foram apresentadas no Plano Plurianual e ao Orçamento Geral da União, como forma de captar recursos para implementação da obra.

Após articulações feitas no Ministério dos Transportes, ficou pactuado que as obras seriam tocadas pelo governo estadual por meio do Departamento de Estradas e Rodagens do Acre - DERACRE (atual Departamento de Estradas de Rodagem, Infra-Estrutura Hidroviária e Aeroportuária do Estado).

No ano de 1996, a terraplanagem e a pavimentação da BR-364 foram embargadas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) devido à ausência do EIA/RIMA (pré-requisito para a expedição do licenciamento da obra) e a participação das populações tradicionais.

As providências para reiniciar as obras foram realizadas inadequadamente pelo estado: o EIA/RIMA, uma das exigências para o desembargo da obra, foi elaborado às pressas pela STCP (Engenharia de Projetos Ltda), firma paranaense contratada pelo Governo do Estado.

De acordo com Lima (2001), o relatório final foi entregue em setembro de 1996 e, em outubro do mesmo ano, o estudo foi anulado durante realização de audiências públicas nos municípios de Cruzeiro do Sul e Tarauacá, pontos questionáveis.

Posteriormente, foi realizado, em Cruzeiro do Sul, o “Encontro Interinstitucional dos Trabalhadores Indígenas e não Indígenas do Vale do Juruá Acreano”. O encontro contou com a presença de diversos representantes da sociedade civil e de lideranças indígenas. Como resultado, elaborou-se um documento que analisava o EIA/RIMA da BR-364, trecho Rodrigues Alves/Tarauacá, e programas foram propostos para mitigar os impactos que o asfaltamento causaria às populações tradicionais e ao meio ambiente da região.

A FUNAI também se manifestou elaborando um parecer sobre o referido EIA/RIMA. Após levar em conta os sérios problemas encontrados no documento, sugeriu a complementação do “componente indígena” do estudo e, a assinatura de termo de compromisso do Governo Estadual explicitando que os programas de proteção incluiriam todas as terras indígenas incidentes na área de influência da rodovia.

A Licença de Instalação das obras do trecho Rodrigues Alves/Tarauacá foi concedida pelo IMAC ao DERACRE em junho de 1997, com prazo de validade de um ano. O documento apresentava uma série de condições, restrições e sugestões que deveriam nortear o andamento das obras. Até janeiro de 1998, o órgão executor ainda não havia assinado o termo de compromisso que garantia o cumprimento dos acordos da licença.

Em maio de 1998, uma comitiva de quatro lideranças da etnia Katukina (*Nukê Kui*), da Terra Indígena Campinas/Katukina, acompanhados da antropóloga Edilene Coffaci, veio a Rio Branco para denunciar nos Ministérios Públicos Estadual e Federal e na imprensa os vários problemas vividos pelas famílias Katukina durante os dois anos após o reinício da obra.

Na época, as lideranças Katukina denunciaram graves problemas de saúde, invasões de caçadores, perigos causados pelo tráfego de caminhões, agressões físicas, roubos de casas e criações domésticas e a tentativa de rapto de uma criança.

Nesse mesmo período, o documento entregue pelos indígenas Katukina se fundamenta e ganha mais repercussão com depoimento da antropóloga Edilene Coffacci de Lima num de seus artigos publicados na coluna “Papo de Indígena”, em 1998. Segundo ela, “se os impactos decorrentes da pavimentação da rodovia são permanentes, o acompanhamento dos problemas gerados pela pavimentação também deverá ser, considerando que a conclusão da estrada há muito tempo é um sonho dos acreanos”¹².

A relevante denúncia feita pelos indígenas aos Ministérios Públicos foi também apoiada por entidades indigenistas, organizações de apoio e por ambientalistas que presenciavam os descasos. Mas, apesar de todo esse movimento e

¹² O documento entregue pelos indígenas Katukina ganha mais repercussão com depoimento da antropóloga Edilene Coffacci de Lima num de seus artigos publicados na coluna “Papo de Indígena”, em 1998. Segundo a autora: “se os impactos decorrentes da pavimentação da rodovia são permanentes, o acompanhamento dos problemas gerados pela pavimentação também deverá ser, considerando que a conclusão da estrada há muito tempo é um sonho dos acreanos” (LIMA, 1998).

contestação referente à forma com que o governo tratava os assuntos indígenas, poucas coisas foram feitas em prol dos indígenas Katukina, considerados os maiores prejudicados, pois a estrada cortou sua terra ao meio.

Nas eleições de 1997 para Governador, Jorge Viana foi eleito para governar o Estado do Acre, intitulando sua gestão de “Governo da Floresta”, no qual a questão indígena ganhou importante redirecionamento. O Governo Estadual se mostrou bastante interessado em estabelecer um diálogo com as populações indígenas (IGLESIAS, 1998).

Com essa nova proposta, o IMAC, em reunião realizada na Procuradoria da República, comprometeu-se em não licenciar definitivamente a obra no trecho em que a estrada cortava a Terra Indígena Campinas/Katukina sem antes ouvir os indígenas e sem que houvesse a necessária revisão do EIA/RIMA, possibilitando a produção de novos estudos.

No dia 03 de julho de 1999, foi realizada uma audiência pública na cidade de Cruzeiro do Sul, com ampla convocação dos órgãos dos governos federal e estadual, das lideranças indígenas e de suas organizações de representação e apoio. Esse evento significou uma representação da relação que o novo governo pretendia estabelecer com as populações indígenas acreanas e, de forma mais ampla, com toda a sociedade civil do Vale do Juruá (AQUINO E IGLESIAS, 1998).

Dentre os avanços iniciais que resultaram da audiência, vale citar a disposição do Governo Estadual em asfaltar a estrada, implementando programas para enfrentar os permanentes problemas sociais e ambientais; a ampla participação das lideranças indígenas do Juruá e de suas organizações de representação política e de apoio; o compromisso assumido pelos Ministérios Públicos Federal e Estadual no tocante ao acompanhamento e fiscalização da execução da obra e dos programas correlatos, bem como as reivindicações específicas das lideranças Katukina em relação à sua participação no processo; ações de saúde, educação, produção de subsistência, comunicação, infraestrutura e, por fim, um plano de gestão ambiental visando controlar o tráfego na terra indígena.

Ainda como resultado da audiência foram definidas quatro propostas gerais, que, naquele momento, nortearam o início dos trabalhos e os encaminhamento das discussões. A primeira proposta responsabilizava o Governo Estadual da elaboração de uma política global para as terras indígenas do Acre, com a participação das

comunidades e de organizações indígenas e indigenistas, em especial para aquelas terras na “área de influência imediata da estrada”.

Na segunda ficou acordado que seria revisto o EIA/RIMA do trecho Rodrigues Alves/Tarauacá, de forma a gerar uma análise aprofundada dos impactos socioambientais diretos e indiretos da pavimentação da BR sobre as terras indígenas e suas áreas de influência. Da mesma forma, seriam revistas as medidas mitigadoras e/ou compensatórias.

A terceira proposta foi a criação de uma comissão composta por representantes da FUNAI, IBAMA, DERACRE, IMAC, Secretaria de Produção, Ministério Público Estadual, UNI, Organização dos Povos Indígenas do Vale do Juruá e por seis lideranças Katukina, Kaxinawá, Yawanawá e Puyanawa. Esta seria coordenada pelo Ministério Público Federal e teria a Fundação Elias Mansour (FEM) como interlocutora do Governo Estadual.

A comissão interinstitucional teve como atribuição principal acompanhar a revisão do “componente indígena” do EIA/RIMA e a execução da obra e das medidas propostas. Em prazo de 45 dias a partir da data da audiência, deveria ser entregue o relatório de avaliação do EIA/RIMA e a proposta de termo de referência para seu ajustamento.

Por fim, na quarta proposta, o Governo Estadual teve como incumbência a elaboração de um EIA/RIMA da BR-364 nos trechos entre os municípios de Sena Madureira e Tarauacá, obedecendo termo de referência específico para o “componente indígena”.

A revisão do componente indígena do EIA/RIMA do trecho Rodrigues Alves/Tarauacá foi formatado no dia 25 de agosto de 1999 e foi marcado o mês de abril de 2000 como prazo limite para sua conclusão. Os trabalhos de revisão ficaram a cargo e Sub-Coordenação da Fundação de Tecnologia do Estado do Acre (FUNTAC), que, contratada pelo DERACRE, iniciou os estudos em março de 2000 e entregou em junho do mesmo ano.

Os estudos foram contestados e anulados pelo Ministério Público Federal (MPF) pois se constatou que os pontos acordados no Termo de Referência não haviam sido todos cumpridos e também porque os estudos não apresentavam um diagnóstico mais apurado das características culturais dos povos indígenas afetados pela pavimentação.

O documento foi duramente criticado, dentre outros, por não reunir condições técnicas metodológicas para ser considerado um componente indígena; pela falta de visitas às áreas afetadas pelo empreendimento, o que desqualificava o trabalho; pela ausência de antropólogos na equipe, considerada essencial para a realização de pesquisa etnográfica que retratasse os aspectos culturais das populações tradicionais afetadas (LIMA, 2001, p. 07). Ainda segundo a autora:

É difícil imaginar como se estabelecem medidas mitigadoras sem ter o mínimo conhecimento da realidade vivida atualmente pelas populações indígenas envolvidas na área do empreendimento. De todo modo, a equipe da Funtac ensaiou algumas alternativas, valendo-se de fórmulas técnicas. As medidas mitigadoras foram traçadas de acordo com o que foi mensurado servindo-se do FIA (Fator de Impacto Ambiental) – “um fator, concebido pela Funtac em 1999, utilizado para avaliar a sensibilidade ambiental da bacia em relação às ações impactantes decorrentes do aumento das atividades econômicas resultantes da pavimentação da BR-364” (LIMA, 2001, p. 07).

Logo depois, o então Governador Jorge Viana recebeu a comitiva de indígenas Katukina que esteve presente na reunião em Rio Branco. Na oportunidade, o governador pediu desculpas pela anulação do trabalho. Como desdobramento, diretor da FUNTAC, responsável pela elaboração do componente indígena do EIA/RIMA, foi demitido. Desde então, o Secretário de Meio Ambiente e Diretor do IMAC passou a responder pelas ações do governo estadual no campo indigenista, particularmente no que diz respeito àquelas relacionadas ao Termo de Ajuste de Conduta - TAC (Lima, 2001).

Ainda como resultado da reunião que anulou o EIA/RIMA, foi firmado um segundo TAC, que fixou novo prazo para o governo proceder com a revisão do componente indígena. Retomou-se os termos de referência de julho de 1999 para a elaboração do estudo e estabeleceu-se um conjunto de medidas emergenciais para minorar os impactos da pavimentação, focando-se, naquele momento, nas TIs Campinas/Katukina e Kaxinawá da Colônia 27.

O objetivo era "fortalecer as atividades agrícolas e de pesca, bem como construção e reformas de barcos, aquisição de motores fluviais, construção de armazéns e um galpão industrial". O convênio previa, ainda, a contratação das lideranças da UNI responsáveis pela distribuição dos materiais, o acompanhamento

das ações do programa nas terras indígenas e a realização de encontros e cursos de formação nos municípios (DERACRE, 2009).

Finalmente, por meio do estabelecimento do segundo TAC, ocorreram à contratação e realização de estudos antropológicos no segundo semestre de 2000, de maneira que os mesmos foram apresentados em abril do ano seguinte, durante a realização de três audiências públicas, momento em que se definiram as principais linhas de três planos de mitigação.

Segundo Iglesias (2009), nessa época, consultorias especializadas foram contratadas para realização dos estudos antropológicos com vistas à criação do Plano de Mitigação das TIs sob a influência direta das rodovias. Tais estudos apontavam para uma caracterização dos cenários afetados, tendo como estratégias: prevenir, corrigir e compensar as interferências, no sentido de garantir a sustentabilidade das comunidades prejudicadas, através de projetos específicos e sustentáveis.

A abrangência do estudo, naquela ocasião, contemplou mais quatro terras indígenas: Rio Gregório, Igarapé do Caucho, Katukina/Kaxinawa e Kaxinawa do Seringal Curralinho, por entender que, no início das obras de pavimentação da estrada, essas também estavam na área de influência da rodovia. As TIs Mamoadate e Cabeceira do Rio Acre, que estão sob a influência da rodovia federal BR-317, também pegaram carona e foram incluídas no plano.

Em 2001, finalmente, o documento referente à elaboração do componente indígena foi aceito durante realização de audiências realizadas nos municípios de Mâncio Lima, Tarauacá e Feijó.

As audiências públicas resultaram no Plano de Mitigação, que, por sua vez, contemplou ações nas áreas de produção, educação, saúde, infraestrutura, fundiária, vigilância e fiscalização, transportes, valorização da cultura material, área de influência indireta, além de medidas de caráter geral e emergencial.

Entre o período de 2002 e 2003, o governo acreano, consolidou sua parceria com as comunidades indígenas, criando a SEPI para ser a articuladora política na implementação das políticas públicas e indigenistas junto aos povos indígenas.

Segundo Araújo (2008), em 2004, foi elaborado o Termo de Referência para a realização do EIA/RIMA referente à implantação da atividade de construção de obras de arte correntes e espaciais, terraplanagem, pavimentação e obras complementares da Rodovia Federal BR-364, no trecho entre os municípios de Sena Madureira e Feijó. Ainda de acordo com o mesmo autor, em maio de 2005, os estudos foram

encaminhados à equipe analisadora e, em agosto do mesmo ano, foram realizadas audiências públicas nos municípios de Sena Madureira.

No ano de 2006, o órgão ambiental responsável pela análise aprovou o documento com uma observação: a de que fosse realizada a revisão do Componente Indígena, uma vez que tais estudos não acatavam as exigências mínimas do que tinha sido estabelecido pela entidade ambiental responsável pela emissão das licenças (ARAÚJO, 2008).

Em 2007, o Governo do Estado, por meio do DERACRE, contratou um grupo de consultores para realizar os estudos de revisão do Componente Indígena das TIs sob a influência indireta da pavimentação da BR-364, no trecho que liga os municípios de Sena Madureira, Manuel Urbano e Feijó, regiões do Alto Rio Purus e Alto Rio Envira.

As primeiras atividades do estudo de revisão estavam pautadas na efetivação de oficinas comunitárias, que tiveram como objetivo gerar propostas de ações mitigadoras, bem como a elaboração do diagnóstico das terras indígena como forma de mensurar os impactos positivos e negativos causados pela pavimentação da rodovia¹³.

Em fevereiro do ano seguinte, foram realizadas as pré-audiências (oficinas de proposições) nos municípios de Manuel Urbano e Feijó, como forma de consolidar as propostas apresentadas pelas comunidades indígenas durante as referidas oficinas comunitárias, bem como criar subsídios para a elaboração do relatório final que seria apresentado em audiências públicas.

Em virtude da morosidade dos consultores na entrega do produto final e da proximidade de vencimento da licença expedida pelo IMAC para conclusão das obras da rodovia, o DERACRE resolveu constituir uma nova equipe para realização de novos estudos.

Nessa época, fiz parte da equipe e nossa primeira atividade foi a produção de um plano de trabalho. O plano sinalizava para a realização de novas oficinas comunitárias e confecção de novos diagnósticos, por entender que deveria haver maior participação dos indígenas, mais informações nos relatórios e, sobretudo, propor uma metodologia diferenciada que se adequasse à realidade de cada povo, levando-se em conta suas peculiaridades sociais e culturais.

¹³ Vale ressaltar que eu estive presente nesse trabalho de campo como técnico e representante do estado.

Em maio de 2010, formaram-se duas equipes técnicas e, simultaneamente, foram realizados novos estudos nas regiões do Purus e Envira. Vale lembrar que, nessa época eu prestava serviço para o DERACRE, o que me permitiu participar das atividades de campo realizadas na região do Alto Rio Envira, sobretudo, nas TIs: Seringal Curralinho, Nova Olinda, Kulina do Igarapé do Pau, Jaminawa/Envira, Kulinanvira, Kampa, Isolados do Rio Envira e Kaxinawa do Rio Humaitá.

Desses trabalhos foram produzidos dois relatórios que, posteriormente, juntaram-se a outros documentos já existentes sobre a referida rodovia e consolidados num único produto, denominado de “Relatório Final da Revisão do Plano de Ações Mitigadoras/Componente Indígena da BR-364, trecho Sena Madureira/Manuel Urbano/Feijó”, que seria apresentado nas audiências públicas.

Retornei ao rio Envira em novembro do mesmo ano para entregar o relatório final como devolutivas às TIs contempladas com os estudos. A entrega desse produto também tinha o propósito de possibilitar aos indígenas a leitura do conteúdo de forma que eles compreendessem o que seria discutido nas audiências públicas.

No mês de março de 2011, foi realizada em Rio Branco uma reunião com representantes das instituições responsáveis pela implementação das ações previstas no relatório e reivindicadas pelos indígenas. Esse encontro, além de possibilitar a integração dos órgãos com as propostas indígenas, teve o caráter de nivelamento de informações, gerando uma pactuação entre as diversas esferas públicas envolvidas no trabalho e demais parceiros.

Durante a realização dessa atividade, o discurso de que as audiências eram de fato necessárias ganhou mais consistência, criando uma grande expectativa nas comunidades indígenas, instâncias governamentais e demais atores envolvidos. No entanto, apesar do discurso, até o momento, nem todas as audiências foram realizadas.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e o Licenciamento Ambiental serão os próximos assuntos abordados. Buscar-se-á apresentar elementos conceituais sobre esses instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente e, ao mesmo tempo, fazer um recorte para o caso da BR-364.

3.3 EIA/RIMA

EIMA/RIMA é um dos instrumentos da política Nacional do Meio Ambiente e foi instituído pela Resolução CONAMA N.º 001/86, de 23/01/1986. Atividades ou

obras com potencial de causar significativa degradação ao meio ambiente dependerão do Estudo Prévio de Impacto Ambiental - EIA e seu respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA para obter o licenciamento ambiental.

Diante de tal conceito, é de suma relevância a discussão abordada por Silva (2008) quanto à conceituação de “significativo impacto ambiental”, visto que não há uma definição legal taxativa sobre o tema. O rol elencado pelo artigo 2º da Resolução CONAMA nº 01/86 como obras e/ou atividade que dependem do prévio EIA/RIMA é apenas exemplificativo, exatamente porque não há como mensurar de forma exata o que venha a ser “significativo impacto”.

Por outro lado, aquelas atividades já explicitadas pela Resolução, tais como: estradas de rodagem, com duas ou mais faixas de rolamento, aterros sanitários, portos, aeroportos, mineração, distritos industriais, projetos urbanísticos e agropecuários, não deixam margem de dúvidas a respeito da necessidade de realização do EIA/RIMA, visto que já se conhecem o forte impacto causado por essas atividades ao meio ambiente e à população que vive na área e em suas imediações.

O EIA/RIMA deverá ser apresentado pela equipe técnica responsável por sua elaboração de acordo com o Termo de Referência -TR, que constitui um documento de orientação em relação aos procedimentos a serem seguidos na elaboração do estudo. Vale ressaltar que os custos do estudo ficam a cargo do empreendedor da atividade, que deverá contratar uma equipe multidisciplinar para realizar o EIA/RIMA e entregá-lo ao setor de licenciamento do órgão ambiental responsável. Este documento deve conter um diagnóstico, indicativos e recomendações do cenário futuro. Apontar aspectos positivos e negativos que determinada obra causará ao meio ambiente, incluindo: vegetação, fauna, recursos hídricos, o ser humano, dentre outros aspectos pertinentes.

Por sua vez, o Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, que espelha as conclusões do EIA, é um resumo deste, consubstanciado em um documento elaborado de forma objetiva e em linguagem acessível, municiado com gráficos, cartazes, fluxogramas e outras técnicas visuais para facilitar a compreensão de pessoas leigas. Sendo que cópias desse documento devem ser colocadas à disposição dos atores interessados (Ferreira, 2003).

Para Zhouiri (2008), inúmeras circunstâncias de origem prática dificultam o acesso da população à documentação e às informações sobre o processo de licenciamento. As comunidades estão distantes das instâncias técnica e deliberativa

dos órgãos ambientais. O acesso aos documentos somente são obtidos mediante solicitação formal e com antecedência, sem falar que, em alguns casos, precisam pagar pela aquisição do documento.

Segundo Machado (2006) *apud* Cândido (2010) para alcançar o conceito de EIA é preciso conhecer o conceito de impacto ambiental, que pode ser definido como "o conjunto de consequências da criação ou presença de um empreendimento sobre o ambiente", ou "o conjunto das repercussões e dos efeitos que uma nova atividade ou nova obra, quer pública ou privada, possa ocasionar ao meio ambiente".

A definição jurídica de impacto ambiental vem expressa no art. 1º da Resolução CONAMA nº 01/86, nos seguintes termos:

Considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a saúde, a segurança e o bem-estar da população; as atividades sociais e econômicas; a biota; as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente e a qualidade dos recursos naturais.

O EIA surge nesse contexto como uma ferramenta preventiva de danos socioambientais. É, na verdade, um instrumento de controle prévio ao licenciamento para evitar que a implantação de atividades, cujos impactos sejam significativos ao ambiente, ocorra sem critérios e embasamento (STCP, 2004).

Em relação à equipe multidisciplinar contratada para realização dos estudos de impactos, deve ser constituída por profissionais devidamente credenciados em seus órgãos. Desse modo, poderão ser requeridos profissionais como: engenheiro, sociólogo, antropólogo, psicólogo, biólogo e médicos sanitaristas. Estes devem ser totalmente desvinculados da proponente do projeto.

Fica a cargo do empreendedor o custeio das despesas decorrentes da: contratação da equipe responsável pela elaboração dos estudos; elaboração dos documentos EIA/RIMA; realização das audiências públicas; tramitação do processo pelo órgão licenciador, dentre outros que o órgão ambiental julgue necessário.

O EIA, no âmbito da legislação federal, dentre outros termos, segue os seguintes critérios: é interdisciplinar e deve levar em conta os segmentos básicos do meio ambiente (meios físico, biológico e socioeconômico), devendo, inclusive, seguir um roteiro que contenha as seguintes etapas: a) diagnóstico ambiental da área de

influência do projeto; b) avaliação de impacto ambiental; c) medidas mitigadoras e compensatórias; e d) programa de monitoramento dos impactos.

3.4 LICENCIAMENTO AMBIENTAL

A partir do dispositivo previsto no art. 10, da Lei 6938/81, a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA prevê que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetiva e potencialmente poluidoras, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento ambiental.

O licenciamento deve ser emitido por competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. Conforme prevê a legislação, cabe ao órgão ambiental (municipal, estadual ou federal¹⁴) expedir as licenças ambientais isoladas ou sucessivamente, de acordo com a natureza, características e fase do empreendimento ou atividade. Nesse contexto, dentre outras atribuições é de sua competência a emissão das seguintes licenças:

- A) Licença Prévia (LP): concedida na fase preliminar do planejamento do empreendimento ou atividade, aprovando sua localização e concepção, atestando a viabilidade ambiental e estabelecendo os requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de sua implementação (prazo de validade: no máximo 05 anos);
- B) Licença de Instalação (LI): autoriza a instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes, da qual constituem motivo determinante (prazo de validade: no máximo 06 anos) e;

¹⁴ A definição de competência está relacionada à extensão do impacto gerado pela obra ou atividade e também à localização do empreendimento. Caso o impacto seja local, o órgão licenciador pode ser o órgão municipal, como uma Secretaria Municipal de Meio Ambiente; se os impactos atingirem mais de um município, a competência será do órgão licenciador estadual (Secretaria Estadual do Meio Ambiente) e, caso os impactos ultrapassem os limites de um estado, obrigatoriamente a competência é federal, do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA. Em relação à localização, pode-se mencionar, de forma exemplificativa, a instalação de uma obra, como hidrelétrica, em um rio federal – nesse caso, a competência também passa a ser federal, do IBAMA.

C) Licença de Operação (LO): autoriza a operação da atividade ou empreendimento, após a verificação do efetivo cumprimento do que consta das licenças anteriores, com as medidas de controle ambiental e condicionantes determinados para a operação (prazo de validade: no máximo 10 anos).

O EIA, para os empreendimentos que solicitam esse tipo de estudo, deve ser elaborado em momento prévio ao licenciamento, antecedendo-se à Licença Prévia, que é a primeira etapa do Licenciamento Ambiental. Não existindo, portanto, a possibilidade de uma licença ser emitida antes da conclusão do EIA/RIMA e sua respectiva análise pelos setores competentes e demais interessados.

Nesse caso, o licenciamento ambiental deferido antes da apreciação final do EIA/RIMA determina responsabilidade objetiva da administração pelos danos advindos ao meio ambiente, nos termos do art. 37, § 6º da CF/88. Infelizmente, sabemos que, na prática, isso dificilmente ocorre.

No caso do Acre, a emissão das licenças, análise dos estudos de impactos ambientais e o acompanhamento relacionado à instalação da rodovia federal BR-364 ficaram sob a responsabilidade do Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, em parceria com o IBAMA.

De acordo com Zhouri (2008), o processo de licenciamento evidencia as dinâmicas do campo ambiental, constituído por posições hierarquizadas e relações de poder muito desigual, de maneira que as decisões relacionadas ao uso e destinação do meio ambiente é ali disputada e decidida sem a participação efetiva dos principais prejudicados com a instalação do empreendimento.

Em relação à construção da BR-364 no Acre, as posições hierarquizadas, embora amenizadas, também aconteceram e, além destas, houve o descumprimento de exigências legais, acordos previamente estabelecidos entre o empreendedor, os consultores e as comunidades indígenas, como os prazos para elaboração do EIA/RIMA, que não foram cumpridos pelo órgão impactador.

De modo geral, leis e normas são interpretadas casuisticamente, de forma a adequar o meio ambiente e a sociedade aos projetos técnicos, por meio de medidas de mitigação e compensação. O processo de licenciamento ambiental, neste paradigma, deixa de cumprir sua formação precípua de ser um instrumento de avaliação da sustentabilidade socioambiental das obras para ser mero instrumento viabilizador de

um projeto de sociedade, que tem no meio ambiente recurso material a ser explorado economicamente.

Um dos critérios que deve ser utilizado pelo o órgão ambiental responsável pela emissão de licença e acompanhamento de obras de um empreendimento de grande impacto para o meio ambiente é o de avaliar a qualidade do EIA/RIMA. Na oportunidade, esta entidade pode tanto aprovar, quanto anular os estudos, solicitando a realização de novas pesquisas.

Retornando ao caso do Acre, inúmeros EIAs/RIMAs foram anulados no âmbito da pavimentação da BR-364, tendo como principais justificativas a desqualificação do estudo, sobretudo, no que tange a consistência de informação, participação das comunidades afetadas e falta de parâmetros suficientes para mensurar a viabilidade de instalação do empreendimento.

A falta de transparência é um dos principais empecilhos à participação da população. O conhecimento prévio e aprofundado dos projetos, desde acompanhamento do planejamento, seria uma forma de promover maior participação da população nas decisões. Contudo, o que se vê, apesar da legislação prever ao contrário, é a falta de um mecanismo institucional que, de fato, considere as demandas e o conhecimento das comunidades na caracterização dos impactos socioambientais de um empreendimento. Geralmente, quando as comunidades são comunicadas sobre a possibilidade da instalação de um empreendimento, o processo de licenciamento já se encontra em estágio avançado. Muitas vezes, as decisões já foram tomadas e acordos já foram estabelecidos entre o poder local e os empreendedores. Assim, sem o conhecimento das reais dimensões não se têm informações suficientes para um posicionamento sobre a proposta apresentada, ocasionando inúmeras falhas (Zhour, 2008).

O mesmo autor ressalta que o EIA/RIMA, no geral é um documento com muitas falhas do ponto de vista da informação. Erros grosseiros e linguagem imprecisa tendem a desqualificar os impactos para favorecer o projeto técnico e, assim, viabilizar a qualquer custo o empreendimento. Em sua maioria, tais falhas advêm do fato da maioria dos estudos serem cópias uns dos outros, com apenas algumas adaptações circunstanciais (DAGNINO, 2004 *Apud* ZHOURI, 2008).

Dado a relevância desses estudos, as comunidades deveriam participar da sua elaboração desde o início. O mesmo vale para o Termo de Referência, pois assim as comunidades afetadas poderiam incluir suas demandas e direcionar os técnicos em suas análises. No entanto, o que de fato ocorre é que o público interessado passa a ter

acesso ao EIA/RIMA num estágio avançado do licenciamento, durante as audiências públicas¹⁵.

Outro fator que inviabiliza a transparência desses estudos refere-se ao papel das empresas de consultoria ambiental. Essas são contratadas pelas empresas construtoras, o que pode influenciar as análises dos técnicos, tendendo à elaboração de um diagnóstico que facilite e viabilize a obtenção da licença ambiental

Os problemas de governança ambiental analisados remetem ao paradigma da “adequação ambiental”, perspectiva tributária de uma visão desenvolvimentista, pois ao apostar na “modernização ecológica”, motiva ações políticas que atribuem o mercado o poder de resolução sobre a degradação ambiental. Como paradigma reformador, a adequação está na contramão do percurso que visa a construção de um modelo transformado para a sustentabilidade (ZHOURI, 2008).

3.5 COMPENSAÇÃO AMBIENTAL E MITIGAÇÃO

Segundo Faria (2008), os termos “Compensação Ambiental” e “Medidas Compensatórias” são utilizados indiscriminadamente, gerando certo grau de confusão. A expressão “compensação” é utilizada, em geral, em dois sentidos: em sentido amplo, que significa uma forma de reparação que compreende a recuperação de um ambiente alterado por uma atividade ou empreendimento, sem prejuízo de outras medidas adotadas, de natureza pecuniária ou não; e em sentido estrito, que se baseia em medidas de cunho não necessariamente pecuniário.

Nesse sentido, Santilli (2005), conceitua as medidas compensatórias como aquelas destinadas a compensar impactos ambientais negativos, tomadas voluntariamente pelos responsáveis por esses impactos, ou exigidas pelo órgão ambiental competente. São destinadas a compensar impactos irreversíveis que não podem ser evitados. Distinguem-se das denominadas medidas mitigadoras, destinadas a prevenir impactos adversos ou a reduzir aqueles que não podem ser evitados.

Reiterando o que já foi mencionado, alguns impactos não são passíveis de mitigação, ou seja, são, tecnicamente, considerados como impactos ambientais não

¹⁵ As audiências públicas têm por finalidade expor e tirar dúvidas relacionadas ao processo em análise, podendo ser realizadas sempre que o órgão ambiental julgar necessário ou quando forem solicitados por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 (cinquenta) ou mais cidadãos.

mitigáveis. Dentre eles, podemos citar a perda da biodiversidade, bem como a perda de áreas representativas dos patrimônios cultural, histórico e arqueológico.

O instrumento da compensação ambiental passou a ser aplicado efetivamente a partir da edição da Lei nº 9.985/2000, a Lei do SNUC, que, em seu art. 36, aborda que o empreendedor é obrigado a apoiar a implantação e manutenção de Unidade de Conservação do Grupo de Proteção Integral, como forma de compensar o significativo dano ambiental gerado por sua obra e/ou atividade.

A Resolução CONAMA nº 02 de 1996, em seu art. 2º, estabelece:

O montante dos recursos a serem empregados na área a ser utilizada, bem como o valor dos serviços e das obras de infraestrutura necessárias ao cumprimento do disposto no artigo 1º, será proporcional à alteração e ao dano ambiental a ressarcir e não poderá ser inferior a 0,50% (meio por cento) dos custos totais previstos para implantação do empreendimento.

Cabe salientar que foi fixado apenas o percentual mínimo, porém não se fixou percentual máximo, deixando-se a decisão a critério do órgão ambiental responsável pela análise do EIA/RIMA e pela emissão das licenças (FARIA, 2008).

A Resolução do CONAMA, em conformidade com a regulamentação dada pelo art. 31 do Decreto nº 5.566, de 2005, garante ao órgão ambiental licenciador a atribuição de fixar o valor da Compensação Ambiental, a partir da avaliação do grau dos impactos negativos e não mitigáveis.

Em relação à mitigação, esta é considerada uma redução do dano. Nesse sentido, quando um determinado empreendimento está sendo examinado por um órgão ambiental, cabe à administração avaliar, entre benefícios e custos, a quantidade de danos socioambientais suportáveis para o meio ambiente e para sociedade envolvida.

Segundo a Constituição Federal, aqueles que causarem danos ao meio ambiente devem recuperá-lo. No entanto, para Barbosa (2012)¹⁶, a recuperação não é uma coisa de simples definição, visto que deve responder a pergunta: até onde se pretende recuperar o meio ambiente?

Importante observar que a recuperação não é uma pena. Ela é uma obrigação civil que poderá ou não vir acompanhada de uma pena. O simples fato de que o

¹⁶ Disponível em: www.infoamazonia.org. Acesso em: 14 de outubro de 2012.

responsável por um dano tenha pagado uma multa, não o desobriga de reparar o estrago que tenha produzido.

Tais análises, contudo, nem sempre são realizadas de forma adequada. No momento em que é admitida a fatalidade do dano, passa-se a examinar como é possível minorá-lo ou mitigá-lo. Sempre que os danos forem mitigáveis, cabe ao órgão ambiental, em consonância com o órgão impactador e as comunidades atingidas, definirem medidas capazes de reduzi-los.

3.5.1 Plano de Mitigação e Compensação das Terras Indígenas na Área de Influência das BR's 327 e 364

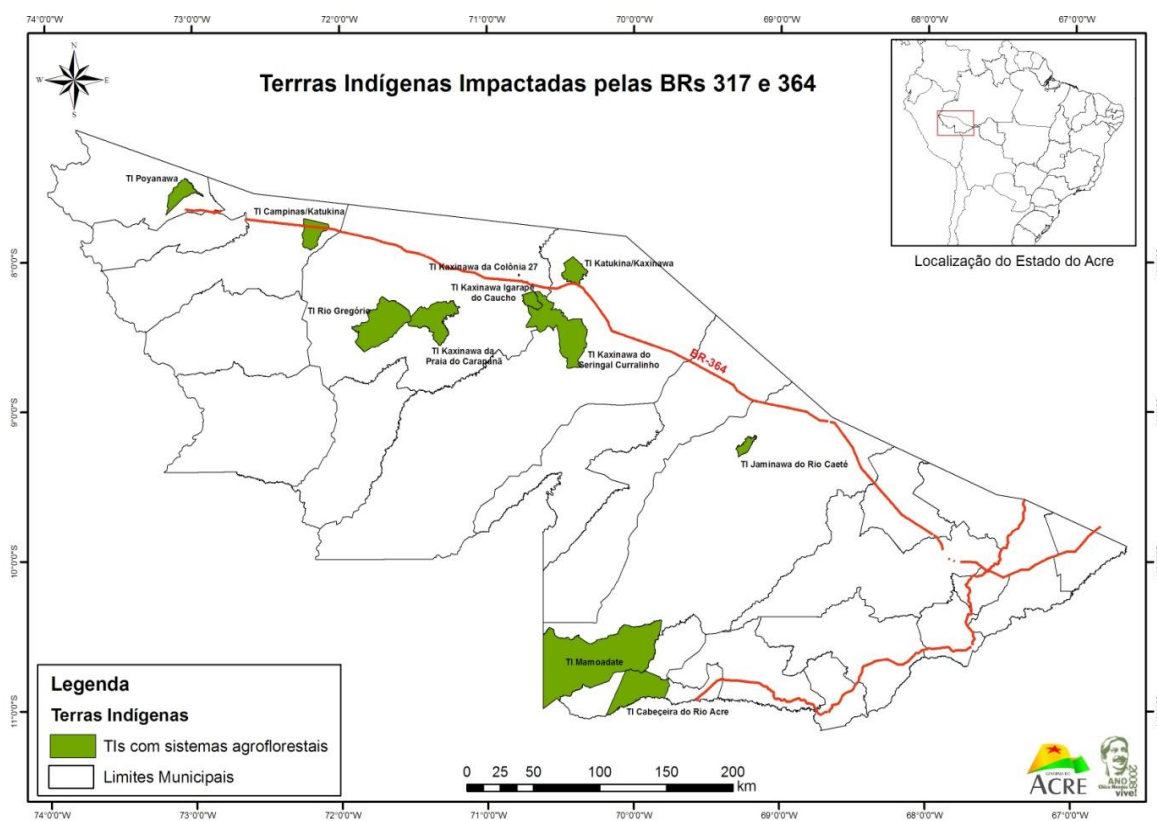


Figura 02 - Mapa das Terras Indígenas impactadas pelas BR's 317 e 364 (AEPI, 2008)

Após esta análise, faz-se necessário um recorte para os planos de mitigação e compensação implementados nas terras indígenas do Acre por conta dos danos socioambientais causados pela pavimentação das rodovias BR's 317 e 364.

A partir de 1998, através da relação de diálogo estabelecida entre Governo do Estado e populações indígenas, abriu-se espaço para novas discussões acerca dos impactos negativos e positivos gerado pela construção das rodovias. Dessa forma,

pensou-se em estratégias e mecanismo para minimizar os efeitos negativos e fortalecer os positivos.

Dado aquele momento, os organismos públicos responsáveis pela execução das ações canalizaram esforços para dar atenção às questões relacionadas aos direitos dos indígenas e às obrigações do governo referentes aos prejuízos causados pela implantação das referidas estradas.

Para isso, o governo acreano contratou serviços especializados para realização dos estudos e para a elaboração dos planos de ação. Essas atividades desencadearam programas e projetos denominados, em sua maioria, de “projetos sustentáveis”, prevendo a execução de ações em diversas temáticas.

Contudo, a maior parte dos profissionais que constituíram as equipes de consultorias vinha de fora do estado, eram pessoas que desconheciam a realidade da região acreana e, principalmente, dos povos indígenas. Isso comprometeu os resultados dos trabalhos e gerou alguns transtornos, que talvez pudessem ter sido evitados se algumas medidas preventivas tivessem sido adotadas, tais como:

- a) informar os indígenas, antecipadamente, sobre a visita dos consultores em suas comunidades, evitando situações constrangedoras para ambas as partes;
- b) garantir a participação efetiva dos indígenas em todas as etapas das atividades, inclusive na construção das propostas;
- c) esclarecer os indígenas detalhadamente sobre os projetos propostos e os trabalhos realizados, para que eles se apropriem das questões e assuntos em pauta;
- d) utilizar uma metodologia específica para cada terra e povo, levando em conta vários fatores internos como: cultura, organização social, iniciativa local etc.

A desconsideração desses fatores, tornou o plano de compensação e mitigação das BRs, em alguns momentos, uma espécie de lista de reivindicações, em sua maioria, fomentadas pelos consultores, caracterizando a construção de programas com ações pensadas de fora para dentro. Tal fato retirou a oportunidade de se pensar medidas baseadas nas reais necessidades das comunidades indígenas, que só um diagnóstico bem apurado da situação territorial das terras indígenas e das características socioculturais da comunidade poderia captar.

Esse tipo de abordagem, na qual não se estabelece critérios contextualizados de análise, inviabiliza a eficácia e a sustentabilidade das ações, pois quem realmente conhece as dificuldades e os problemas internos da comunidade são os moradores das aldeias.

Outro fator agravante, sobretudo no início da relação Governo do Estado e comunidades indígenas, está relativamente ligado à maneira como foram implementadas as ações nas terras indígenas contempladas com as medidas mitigadoras e compensatórias.

As secretarias governamentais responsáveis pela execução contratavam empresas terceirizadas para efetivação das atividades e não havia acompanhamento das obras por parte do Governo do Estado, nem tão pouco por parte dos indígenas.

Constatou-se, naquela época, alguns funcionários das empresas terceirizadas praticando ilícitos dentro das aldeias, dentre eles: envolvimento com mulheres indígenas, caçada com cachorros e uso de bebida alcoólica. Além disso, não respeitavam o modo de vida local e os trabalhos realizados executados por eles eram em sua maioria de péssima qualidade. No caso das infraestruturas (construções de casas, escolas e banheiros), o aparecimento de defeitos foi constante devido a falta de compromisso com os serviços.

Em 2008, como forma de avaliar as ações de mitigação nas terras indígenas, o governo contratou uma consultoria para realização de um estudo de monitoramento. Com isso, criou-se a expectativa da elaboração de um diagnóstico que apontasse o retrato atual de cada terra indígena, para que, dessa forma, fosse possível, caso necessário, promover as mudanças e adequações das atividades, implementando ações futuras mais ajustadas com a realidade de cada comunidade indígena.

No entanto, o referido documento não apresentou subsídios suficientes, muito menos parâmetros para que houvesse de fato uma avaliação que possibilitasse corrigir os erros do passado sem comprometer os resultados das futuras ações.

Diante da deficiência do estudo realizado pela consultoria, o Governo, sem alternativa, deu seguimento à execução das ações de mitigação de forma homogênea e sem conexão entre as instâncias governamentais e comunidades indígenas, gerando a duplicidade e a ineficácia das atividades como fazia anteriormente.

3.6 PROGRAMAS E PROJETOS CRIADOS A PARTIR DAS MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS

Os principais programas e projetos desenvolvidos pelo governo acreano junto às terras indígenas foram, sobretudo, oriundos do Plano de Mitigação e Compensação proposto naquela época. Resultado dos diversos estudos de impactos ambientais e das pactuações entre o estado e as populações indígenas em decorrência da pavimentação das duas rodovias federais (BR's 317 e 364), que acarretam significativos danos ao meio ambiente e afetaram diretamente dez terras indígenas.

Além desses programas, diversos projetos específicos solicitados pelas diferentes comunidades e terras indígenas também foram executados, tanto pelo Governo do Acre, quanto por instituições não governamentais e estrangeiras.

As ações, em sua maioria, foram e continuam sendo financiadas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Em anos anteriores, contou também com recurso do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), bem como de outras fontes financiadoras como o MMA (Projeto Carteira Indígena), PDPI, PRONAF, dentre outras, que apoiaram a execução de projetos específicos a partir das demandas das comunidades indígenas.

Além disso, as ações destinadas às terras indígenas contaram ainda com apoio financeiro do próprio governo acreano e de entidades estrangeiras, tais como: GTZ (atual GIZ) e da World Wildlife Fund (WWF), que tiveram atuação voltada para a gestão e conservação do meio ambiente e para o fortalecimento institucional.

As informações relacionadas aos principais programas e ações foram fornecidas pela Assessoria dos Povos Indígenas, especialmente por meio do *“Programa de Valorização dos Povos Indígenas do Acre”* (IGLESIAS, 2009).

3.6.1 Principais Programas e Projetos

Os programas, projetos e ações, que a seguir são elencados, correspondem à atuação do governo no período de 2001 a 2010:

a) Em parceria com as organizações indígenas, o governo estadual implementou programas visando à gestão ambiental nas terras indígenas e o fortalecimento cultural das comunidades. Essa gestão foi potencializada por meio do apoio à formação de

“agentes agroflorestais indígenas”, da remuneração dos serviços ambientais prestados pelos agentes e de ações de fomento e assistência técnica. Para tal, relevante papel foi desempenhado pelo Núcleo de Extensão Indígena, da SEAPROF, criado em 2001. Nos últimos anos, esse serviço de extensão tem apoiado as ações dos agentes agroflorestais, abrangendo 18 terras indígenas e 61% da população indígena no estado.

b) Programas de formação de professores indígenas foram realizados pela Secretaria Estadual de Educação - SEE, garantindo uma política de educação escolar indígena diferenciada, bilíngüe e intercultural em todas as terras indígenas, apoiada na construção de escolas e na melhoria de sua infraestrutura, na edição de materiais didáticos específicos e na assessoria aos professores.

c) Desde sua criação, em 2005, o Instituto de Desenvolvimento da Educação Profissional Dom Moacyr (IDEP-DM) tem oferecido ações de formação inicial continuada em diferentes níveis de conhecimento e de atuação profissional, bem como de capacitação de gestores indígenas de projetos.

d) O ZEE do Acre na fase II expressou uma visão estratégica do governo e da sociedade, no planejamento regional e na gestão do território acreano. Nesse contexto, as terras indígenas foram consideradas como Zonas de Atendimentos Prioritários (ZAPs) a serem atendidas com serviços básicos de qualidade e programas para promover o etnodesenvolvimento, a produção sustentável e a soberania alimentar, o fortalecimento institucional das organizações indígenas e a valorização cultural das comunidades.

e) Ficou instituído que o Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (ProAcre), financiado com recursos do Banco Mundial, daria continuidade a essas ações. Dentre os objetivos do Programa constavam a instrumentalização das organizações indígenas, o apoio à implementação dos planos já consolidados para a gestão das terras indígenas, com o financiamento das ações demandadas, e a extensão das ações de etnozoneamento e de elaboração de planos para outras terras indígenas.

f) Novas ações para a gestão territorial ganharam forma, a partir da pactuação com as organizações e comunidades indígenas de planos para a mitigação e compensação dos impactos provocados pelo início da pavimentação da BR-364, no trecho Sena Madureira-Feijó.

g) Por fim, em agosto de 2008, o governo estadual e a Presidência da FUNAI assinaram Termo de Cooperação Técnica, no âmbito do “Programa de Promoção e Proteção dos Povos Indígenas (PPA 2008-2011)”, para: executar, de forma articulada, ações visando o avanço nos processos de regularização das terras indígenas no Acre; apoiar programas de gestão ambiental e vigilância territorial em terras indígenas; e fortalecer a atuação da Frente de Proteção Etnoambiental Rio Envira para a proteção dos territórios e formas de vida dos indígenas “isolados”.

Pretendia-se, dessa forma, além da oferta de serviços nas áreas de educação e saúde, promover o etnodesenvolvimento, a produção sustentável, a soberania alimentar e a valorização cultural das comunidades. O fortalecimento institucional das organizações indígenas para essa gestão territorial foi objetivo de outro subcomponente do ProAcre, que seria alcançado por meio de seminários, cursos de capacitação, encontros e intercâmbio de experiências de gestão entre povos indígenas (IGLESIAS, 2009).

No bojo das inúmeras ações fundamentalmente relevantes para os povos indígenas e implementadas pelo governo, destaca-se a proposta de realização do etnozoneamento como algo que deu certo e que desencadeou outras demandas como, por exemplo: a elaboração dos Planos de Gestão Terras Indígenas (PGTIs).

De acordo com Iglesias (2009), o Etnozoneamento surgiu a partir do Plano de Ações Mitigadoras, ganhando mais consistência por meio dos indicativos do Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre (ZEE-Acre fase I). A demanda cresceu e foi ampliada para outras terras indígenas, o que estimulou o governo a criar, dentro do novo organograma da SEMA, a Gerência de Etnozoneamento para cuidar especificamente dessa e de outras ações.

A SEMA protagonizou a realização do etnozoneamento em oito terras indígenas ~~considerada~~ na área de influência das BR's 317 e 364. Nesse período, a Comissão Pró Indígena do Acre (CPI/AC) realizou o etnomapeamento em outras oito terras ao longo da fronteira Brasil/Peru. A esse respeito, Correia (2010) acentua: “Os dois instrumentos de planejamento estão calcados na participação indígena e na produção de informações e dados para a elaboração de oito mapas temáticos e indicativos para o plano de gestão”.

A realização do etnozoneamento, além de ser um instrumento que retrata a realidade local através de produção de diversos mapas temáticos, permite que sejam pensadas ações futuras a partir de indicativos para elaboração de plano de gestão.

A realização desses trabalhos possibilitou a elaboração de 08 Planos de Gestão Territorial e cinco com indicativos definidos, com vista à proteção dos territórios e das condições ambientais necessárias à sobrevivência física, cultural e o bem-estar das comunidades indígenas. Essas ações ocorreram no âmbito do “Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre”, financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de contrapartida estadual (PESSOA, 2010, p: 176).

O uso desse instrumento permitiu a realização de inúmeras atividades relevantes para as terras indígenas, tais como: monitorar o território, conhecer melhor os recursos hídricos, mapear o extrativismo, além de mitigar e controlar prejuízos ambientais identificados no EIA/Rima, visto que suas ações foram incorporadas ao Programa de Inclusão Social e Desenvolvimento Econômico Sustentável do Estado do Acre (ProAcre), financiado com recursos do Banco Mundial.

3.6.2 Principais Ações Desenvolvidas¹⁷

- a) Promoção de ações visando a gestão autônoma e sustentável dos territórios dos povos indígenas do Acre;
- b) Garantia de suporte à produção indígena de acordo com suas prioridades de segurança alimentar e geração de renda, a partir de atividades econômicas sustentáveis;
- c) Apoio à valorização étnica e revitalização cultural dos povos indígenas impactados pelas rodovias federais;
- d) Monitoramento e avaliação das ações executadas pelo Governo visando a mitigação e compensação dos impactos decorrentes das obras de pavimentação das estradas;
- e) Construção de galinheiros para criação de galinha caipira, construção de açudes e tanques para criação de peixes e reforma de barragens;

¹⁷ As informações acerca das ações mencionadas foram extraídas do “Programa de Valorização dos Povos Indígenas do Acre” (IGLESIAS, 2009).

- f) Oficinas sobre produção e gestão territorial das Terras Indígenas, apoio à criação de galinha, de peixes e manejo de fauna, aquisição de apetrechos de pesca e de um caminhão;
- g) Apoio à valorização cultural dos povos indígenas, por meio da instrumentalização do Núcleo de Cultura Indígena e do apoio à realização do II Jogos da Celebração Indígena do Acre;
- h) Monitoramento e Avaliação do Plano de Mitigação das Terras Indígenas sobre impacto direto das BRs 364 e 317 - a realização de duas audiências públicas para elaboração do novo Plano de Mitigação do trecho Sena Madureira/Feijó, e a promoção de um Seminário sobre Antropologia e Indigenismo para técnicos do Governo que trabalham com comunidades indígenas;
- i) Implementação de 10 Planos de Gestão em 11 Terras Indígenas (Kaxinawa do Rio Jordão, Kaxinawa do Baixo Rio Jordão, Kaxinawá do Seringal Independência, Kaxinawa do Rio Humaitá, Kaxinawa/Ashaninka do Rio Breu, Kampa do Rio Amônia, Nukini, Poyanawa, Campinas/Katukina, Cabeceira do Rio Acre e Katukina/Kaxinawa);
- j) Elaboração de 05 Planos de gestão em 05 Terras Indígenas (Rio Gregório, Kaxinawa Igarapé do Caucho, Kaxinawa da Colônia 27, Jaminawa do Rio Caeté e Mamoadate);
- k) Elaboração de 03 Etnozoneamentos e os Planos de Gestão em 03 Terras Indígenas (Arara do Igarapé Humaitá, Kaxinawa da Praia do Carapanã e Kaxinawa Nova Olinda);
- l) Delineamento de estratégias que deram início ao etnozoneamento e à elaboração de planos de gestão em outras 14 terras (03 na Regional Purus, 06 na Regional Tarauacá/Envira e 05 na Regional Juruá). Destas, 07 TIs estavam localizadas na área de influência da pavimentação da BR-364 (trecho Sena Madureira-Feijó).

Essas ações, em conformidade com seus respectivos programas e temporalidade, estabeleceram medidas de curto, médio e longo prazo. Foram executadas pelo Governo do Acre através das seguintes instituições: Secretaria de Estado do Meio Ambiente - SEMA, Secretaria de Estado de Extensão Agroflorestal e Produção Familiar - SEAPROF, Secretaria de Estado de Educação - SEE, Instituto Estadual de Desenvolvimento de Educação Profissional Dom Moacyr - IDM, Secretaria de Estado de Desenvolvimento para a Segurança Social - SEDSS, Fundação de Comunicação e Cultura Elias Mansour - FEM, Secretária de Estado de

Esporte, Turismo e Lazer - SETUL, Secretaria de Estado de Saúde - SESACRE, Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Hidrovias e Infraestrutura Aeroportuária - DERACRE e Secretaria de Estado de Planejamento - SEPLAN (IGLESIAS, 2009).

A articulação dos programas ficou sob a responsabilidade da Assessoria Especial de Assuntos Indígenas – AEAI, que, para a efetivação das ações, estabeleceu parcerias com outras entidades como: organizações indígenas e não indígenas, FUNAI e FUNASA.

3.7 DEFININDO SUSTENTABILIDADE

Tsora nosso Deus, criou tudo que existe na floresta. Deixou muitas frutas para os Apurinã se alimentar, mas essas frutas também devem ser partilhadas com os animais que comem delas, além de deixar cair uma boa quantidade na terra para que ela possa se reproduzir. Se fizermos dessa maneira, nós sempre teremos frutas, assim como nossos filhos e netos, que irão fazer parte das futuras gerações. Algo semelhante ocorre com os animais que servem de alimento. Não podemos matar além da quantidade que iremos consumir naquele dia, não somos permitidos guardar para o dia seguinte, pois não sabemos se estaremos vivos, e ainda somos castigados, caso desobedecemos aos costumes deixados pelos nossos ancestrais (Katãwry Apurinã, Rio Branco, depoimento em: 18 de outubro de 2012).

Esse depoimento foi dado pelo meu pai quando lhe perguntei o que ele entendia sobre sustentabilidade e, na oportunidade, ouvi um leque de outros exemplos também fundamentalmente importantes, mas, no entanto, destaquei esse como sendo o mais completo para uma análise a respeito do tema.

Muito embora esse trabalho tenha como objetivo analisar as medidas de mitigação e compensação como garantia de sustentabilidade da terra indígena Colônia 27, também possui, talvez com menor densidade, o caráter de provocar uma análise sobre inúmeros assuntos e conceitos que são levados para dentro das aldeias sem que haja primeiramente algum tipo de trabalho que sensibilize, prepare e qualifique tanto os executores das atividades, quanto os indígenas.

A falta de domínio desses atores sobre determinados assuntos influenciou diretamente no resultado das ações. Faço essa abordagem com bastante tranquilidade pelo fato de ter vivenciado na prática situações divergentes entre o universo científico e o universo tradicional, entre o interno e o externo, assim por diante.

Durante o período de serviço prestado para o governo, fiz questão de observar os fatos e analisá-los, separando bem o olhar técnico do olhar de indígena, mas sempre fazendo uma analogia entre os termos. Isso me levou a perceber que a maior parte dos assuntos que adentram as aldeias são de conhecimento dos indígenas. No entanto, a maneira como estes são abordados e a linguagem técnica utilizada fazem com que a comunidade não encontre ressonância dentro de sua cultura e não alcance o significado real dos termos utilizados. Um dos exemplos é o significado de sustentabilidade - os indígenas não conceituam a prática, mas isso é intrínseco ao seu modo de vida tradicional.

A sustentabilidade sempre foi algo praticado pelos diversos povos indígenas, mas essa mesma sustentabilidade quando é abordada somente do ponto de vista conceitual e científico, acaba deixando muitos indígenas confusos. Acredito que o mesmo ocorra com os técnicos que, em sua maioria, conhecem somente a parte teórica.

Nesse sentido, pretende-se fazer uma abordagem da temática sustentabilidade, mostrando tanto o ponto de vista científico, quanto a percepção vista pela ótica indígena, ressaltando, mais uma vez, que esta última é inerente aos costumes das diferentes etnias. Quem sabe, dessa forma, crie-se parâmetros que possam ser analisados com coerência e maior flexibilidade em outras pesquisas, com a perspectiva de que ambas possam se complementar em vez de divergirem.

Ainda com relação às diversas pautas de discussões que são realizadas em comunidades indígenas, sem que os atores internos se apropriem de fato de seu real significado, Benjamim (2001) faz um alerta acerca do uso de expressões criadas pelos atores relacionados com a questão ambiental e que se tornaram referências para acadêmicos, técnicos, profissionais de comunicação e legisladores, dentre outros. Em sua percepção, a interpretação imprecisa de conceitos fundamentais poderá acarretar uma série de problemas, podendo, inclusive, induzir a equívocos irreversíveis.

Nesse sentido, os profissionais que ingressam nas áreas indígenas devem, no mínimo, ter consciência que estarão lidando com públicos diferenciados, que, muitas vezes, não tem apenas dificuldade de entender os temas em pautas, mas também possuem dificuldades de compreender o português, que é muito diferente da sua língua materna. Nesse caso, os profissionais precisam agir com sutileza, cautela e diplomacia e, obrigatoriamente, estar disposto a explicar mais de uma vez a mesma coisa.

Portanto, para que haja uma relação de interesse comum entre agentes executores e beneficiados e, sobretudo, para que o investimento nas terras indígenas tenham de fato resultados promissores, penso que seja necessário investir primeiramente na contratação de recursos humanos suficientes para atender às demandas das comunidades indígenas, bem como na qualificação desses profissionais no âmbito das especificidades encontradas nas aldeias ocupadas por diferentes etnias e das leis internas e externas que as amparam.

Com a proposta de aprofundar a análise a respeito da sustentabilidade, a seguir, são levantadas as perspectivas científicas e indígenas do tema.

3.7.1 Sustentabilidade Científica

Nunca antes se ouviu falar tanto de sustentabilidade quanto nos dias atuais. Muitos planos e estratégias foram criados ao longo dessa discussão para reunir elementos que ajudassem na construção de instrumentos e ações sustentáveis.

A proposta de implementar a sustentabilidade deve levar em conta o conhecimento científico e a análise da relação inadequada que o ser humano tem estabelecido com o meio ambiente.

Nesse sentido, pode-se dizer que, na prática, esse conceito representa promover a exploração de áreas ou o uso de recursos naturais de forma a prejudicar o menos possível o equilíbrio entre o meio ambiente e as comunidades humanas, que deles dependem para existir (CAMARGO, 2003).

A sustentabilidade é um termo usado para definir ações e atividades humanas que visam suprir as necessidades atuais dos seres humanos, sem comprometer o futuro das próximas gerações. Ou seja, a sustentabilidade está diretamente relacionada ao desenvolvimento econômico e material sem agredir o meio ambiente, usando os recursos naturais de forma inteligente para que eles se mantenham no futuro.

Seguindo estes parâmetros, a sustentabilidade implica em um novo olhar, um novo paradigma. A falsa sustentabilidade não vê a devastação da natureza e a contradição com a injustiça social, além de legitimar o modelo predatório vigente¹⁸.

Nessa perspectiva, surgem vários questionamentos quando buscamos aplicar esses conceitos nas terras indígenas, como, por exemplo: Que tipo de sustentabilidade é mais adequada para povos indígenas? Quais estratégias o governo ou demais

¹⁸ Disponível em: www.meioambiente.org.br. Acesso em: 09 de novembro de 2012.

instituições parceiras poderão criar para uma atuação eficaz junto às comunidades indígenas, considerando a prática da sustentabilidade tradicional? Enfim, o que tudo isso quer dizer na prática?

Para tanto, fazendo um recorte para as terras indígenas do estado Acre, tendo como enfoque os processos de gestão ambiental e territorial, vale destacar a sustentabilidade em cinco principais aspectos: ambiental, econômico, social, cultural e político da terra indígena, como explica Little (2006), no texto a seguir:

A autonomia territorial e o etnodesenvolvimento dos povos indígenas somente podem ser consolidados quando o uso do seu território e seus recursos naturais garante uma vida digna e de qualidade para a presente e as futuras gerações do povo indígena. Ou seja, a viabilidade e durabilidade dos projetos étnicos dos povos indígenas dependem, no médio e longo prazo, da sustentabilidade da sua forma de uso da Terra Indígena. Para conseguir isto, a sustentabilidade precisa funcionar tanto no plano ambiental, quanto nos planos econômico, social, cultural e político. É precisamente o conceito de sustentabilidade que fornece o vínculo mais forte entre a agenda ambientalista e os projetos étnicos. Com ele, criou-se um espaço de diálogo e experimentação que resultou na implementação de uma grande variedade de etnoinstrumentos. A sustentabilidade ambiental requer que os recursos naturais extrativistas, agrícolas, de pesca, de caça, etc. sejam utilizados de tal forma que permita sua regeneração anual. A sustentabilidade econômica faz com que o uso desses recursos gere produtos e riqueza em suficientes quantidades para atender, de forma ampla, as necessidades de todos os moradores indígenas da Terra Indígena. A sustentabilidade social, por sua vez, se baseia em relações sociais internas da Terra Indígena que permitem a realização do projeto étnico do grupo como um todo. A sustentabilidade cultural é voltada para assegurar que as múltiplas práticas culturais do povo, tais como: os ritos, linguagem, religião, organização social, indumentária, transmissão de conhecimento, entre outras – tenham oportunidades de ser mantidas e reelaboradas com base nas novas condições de vida. Finalmente, a sustentabilidade política é fundada no reconhecimento e respeito à Terra Indígena não somente pelo governo, mas pela população regional também, de tal forma que a Terra não sofra invasões e depredações externas. Em termos gerais, a sustentabilidade nessas quatro acepções é requisito essencial para o exercício da autonomia (LITTLE, 2006, p: 14-22).

3.7.2 Sustentabilidade Indígena

Além da dimensão política local, é necessário também pensar modelos de etnodesenvolvimento para as populações indígenas considerando vários elementos: história, cultura, religião, consciência, coletividade, economia, políticas públicas, responsabilidade, vida, relações interétnicas, fluxos culturais globais, além dos

aspectos propriamente científicos e tecnológicos. Esses componentes devem ser estudados interrelacionadamente para pensar a sustentabilidade dos povos indígenas, levando-se em conta a diversidade cultural de cada região, etnia, terra indígena e aldeia¹⁹ (CÂNDIDO, 2011).

Durante o I Seminário Integrador realizado em Brasília (CDS/UnB), no mês de março de 2011, momento em que se deu início às aulas do Mestrado Profissional em Sustentabilidade Junto a Povos e terras Indígenas, muitas pessoas importantes foram convidadas para ministrar palestras, dentre estas, algumas lideranças indígenas de diferentes etnias. Considerando o tema, ressaltou a presença marcante de Davi Yanomani, que fez a seguinte explanação sobre sustentabilidade:

A floresta é uma riqueza que gera nossa saúde para poder trabalhar e tudo isso foi dado por Iomã (Deus). Todos os recursos naturais da floresta são protegidos pelos seus guardiões, não se pode coletar frutas e matar animais além de sua necessidade. No passado, os animais eram seres humanos, por isso devem ser respeitados. Cada espécie possui seu guardião para protegê-la, que pune, de maneira severa, todas aquelas pessoas que transgridem estas regras da natureza.

Durante o mesmo evento foi possível contar com os ensinamentos da liderança indígena Álvaro Tukano, que apresentou a sustentabilidade da seguinte forma:

Na minha cultura quando é época de muito peixe uma família sai para pescar e já combina com outra família para providenciar muito Kaxiri (vinho de macaxeira), pois no retorno daquela família, provavelmente com bastante peixe, uma grande quantidade do pescado vai para os preparadores Kaxiri. A partir daquele momento, as duas famílias e outros moradores do local passam três dias de muita festa, momento em que nós, representantes do povo Tukano, aproveitamos para planejar nossas atividades de caráter político, social, econômico, cultural.

Ainda sob a ótica da sustentabilidade indígena, duas narrativas serão apresentadas: a primeira traz a percepção dos Huni Kui sobre a temática e a segunda a percepção dos indígenas Kanamari

Para os Huni Kui, a sustentabilidade se relaciona com o universo espiritual e, nesse sentido, relata o pajé Afonsinho Kaxinawa:

Quando tinha 17 anos me interessei pela medicina tradicional, queria ajudar minha comunidade no tratamento de doenças. Na

¹⁹ O referido texto foi retirado do trabalho acadêmico “Sustentabilidade e Cultura”, que apresentei na disciplina de sustentabilidade, do curso de mestrado profissional da Universidade de Brasília.

época que me formei pajé havia também a formação para aqueles que teriam apenas o conhecimento das folhas perfumosas da floresta, que nós chamamos de Daywá. Esses trabalham somente com folhas medicinais no tratamento de doenças e o tempo da dieta e de aprendizagem é bem menor. No meu caso, eu preferi permanecer um período mais extenso, ficando proibido de praticamente tudo aquilo que gostava de fazer. Porém, fui recompensado com mais conhecimentos pelos meus guardiões ancestrais. Fiquei aproximadamente um ano fazendo dieta para me tornar de fato um pajé. A pior parte foi ficar sem contato com minha mulher (risos). Para nós, médicos da floresta, as doenças são geralmente provenientes de outros pajés, de bichos da mata e da desobediência sobre aquilo que a nossa cultura proíbe fazer. A cura das doenças muitas vezes não está aqui nesse mundo. Temos que navegar em espírito nos lugares desconhecidos, só que essa viagem não pode ser feita por qualquer pajé. Quanto mais forte ele for, mais chance tem de trazer a cura (Pajé Afonsinho, TI Colônia 27, depoimento em: 16 de agosto de 2012).

Em seu relato o pajé Afonsinho ressalta os caminhos que percorrem os pajés em sua iniciação; as rigorosas dietas daquilo que pode ou não fazer durante a trajetória de formação; a relação com a ancestralidade, inclusive com os espíritos daqueles que já faleceram; a relação e diálogo com os seres da floresta, por meio de seus códigos secretos e a importância de um forte pajé dentro da aldeia.

Já a segunda narrativa tem como ponto de partida os aspectos cosmológicos do povo Kanamari, que retrata o começo de tudo, ressaltando a importância da criação das espécies, manejo e consumo dos recursos naturais. Esta foi contada pelo cacique Paemlaren e sistematizada por Labiak (1997, p: 151-154).

Primeiro Tamakore (Deus) fez a mata, depois fez picada, varadouro e outros tipos de caminhos, em seguida rezou e botou água nesses lugares. Depois fez os bichos. Os peixes foram feitos da árvore da seringueira, os grandes da casca e os pequenos das folhas. A seringueira tava na beira, a casca secou e caiu na água, virou peixe grande: surubin, matrinchã, caparari, pirara e tucunaré. Caiu as folhas e virou peixes pequenos: piau, pacu, mocinha e chorona. Isso deixou os rios e igarapés com bastantes peixes de todas as espécies e tamanhos. Em seguida Tamakore criou duas Peda (onça), um macho e uma fêmea para tomar de conta dos peixes, ninguém podia matar peixe. Um dia um indígena tava procurando rancho e achou as onças na beira do igarapé. As onças falaram pro indígena: “- Por que você não flecha peixe?”. O homem ficou com medo, por que as onças eram pra tomar de conta. As onças disseram que peixe era bom pra comer, e que pra comer podia flechar, mas podia matar só um pouco pra não estragar, não era permitido matar peixes pequenos e nem sacar (flechar sem precisão, deixando o peixe ferido), pois se fizesse isso os peixes iam morrer depois e ninguém iria comer. O indígena começou a flechar diversos peixes até o

momento que as onças disseram que já estava bom. Quando chegou em casa, sua mulher fez os peixes. Aí ele chamou seu compadre para também comer do peixe. Seu compadre disse que peixe era muito gostoso e lhe perguntou aonde ele havia pegado, o indígena não contou nada para seu compadre, pois era ordem das onças. Seu compadre falou: “- Amanhã vou mariscar com você.” Mas no outro dia o indígena não foi mariscar, ele podia mostrar o local e nem contar o segredo das onças. Aí compadre dele saiu sozinho, procurando por tudo que era canto da mata. Passou muito tempo e finalmente o homem achou o igarapé. Quando chegou no local, logo enganou as onças, falando que seu compadre havia lhe ensinado, e que ele ia flechar peixe pra comer. As onças falaram: “- tá bem mais não pode estragar.”. O homem armou seu arco e flecha e quando passou um peixe ele flechou, mas ele não conseguiu matar o peixe e sacou. Aí passou outro peixe, ele flechou novamente, mas ocorreu a mesma coisa. Aí as onças ficaram zangadas e comeram o homem, e ele virou cigana (espécie de ave habitantes das margens dos igarapés). Passou-se muitos dias e o indígena voltou no local para pescar, as onças estavam zangadas com ele, por que elas achavam que havia ensinado o local para seu compadre. O indígena disse que não tinha ensinado, o compadre achou por conta mesmo, mas as onças, estavam zangadas e não quiseram conversa, e comeram ele também. Aí, ele virou carará (ave grande). Agora os dois compadres andam sempre juntos comendo os peixes nos lagos e igarapés.

Essa última narrativa permite enxergar a cosmologia como instrumento norteador dos princípios etnoculturais Kanamari deixados por *Tamakore*. O narrador deixa clara a relação de respeito mútuo que deve haver entre os seres da floresta, local em que cada um possui sua importância. A cosmovisão do povo aponta, principalmente, para a necessidade de cumprimento das regras criadas, pois a ruptura destas geram severas punições.

Nesse cenário mitológico dos Kanamari existe uma riqueza cultural incalculável do ponto de vista daquilo que o povo julga ser sagrado e essencial para viver bem em suas aldeias, considerando as temporalidades do passado, presente e futuro.

Traçando um paralelo com a situação atual dos diversos povos indígenas existentes no país, vale ressaltar que estes povos vivem em diferentes cenários: é possível encontrar comunidades indígenas sem nenhum contato com a sociedade ocidental, chamados, nesse caso, de povos “isolados”; existem comunidades com uma cultura tradicional muito forte, mesmo que já tenham estabelecido alguma forma de contato com a sociedade envolvente; e existem também comunidades em que sua cultura tradicional se encontra bastante fragmentada por conta da intensa inserção de novos valores, que resultam em alterações e ressignificações socioculturais.

No universo cultural do povo Apurinã há um ritual denominado Kenyry ou Xingané (passagem dos espíritos), que ocorre sempre que morre uma importante liderança comunitária. Nessa ocasião, reúnem-se os caçadores e pescadores da aldeia, formando dois grupos, sendo que um sai para caçar e outro para pescar.

Aquele grupo indicado para pescar, geralmente em ocasiões como esta, utiliza, sob orientação do Kusanaty (pajé), o tingui (espécie de cipó que retira o oxigênio da água, facilitando a captura dos peixes que ficam boiando). Existem pelos menos três espécies de tingui usado pelos Apurinã: Kunã (tingui de raiz e o mais forte), Sãtaru e Paykama, ambos tingui de folha.

Esse grupo logo identifica o local (em sua maioria, igarapés) em que será realizado a tinguizada e, em seguida, o grupo se divide em pequenas equipes para realizar atividades distintas: retirada de madeira para tapagem²⁰ do igarapé; retirada de talos de arumã para vedação da parede; produção de paneiros de cipó para pegar e armazenar os pescados; coleta do tingui que será colocado na água, dentre outros trabalhos necessários para a efetivação e o sucesso da pescaria.

Nesse momento, um grupo escolhido para pisar e bater o tingui inicia os trabalhos sob a presença do Kusanaty. É importante salientar que tais pessoas são criteriosamente indicadas pelo próprio pajé, pois estas precisam atender aos critérios culturais, caso contrário a pescaria pode ser prejudicada.

No término do trabalho, todos dentro d'água lavam o tingui, iniciando assim a tão esperada pescaria. O tingui ganha um formato de bolas e estas, por sua vez, são colocadas dentro dos paneiros, que são mergulhados na água e retirados rapidamente para que a substância do produto se misture. Enquanto isto, outras pessoas retiram a lama (terra mole) das margens do igarapé e a misturam na água, isto é feito para dificultar a visão do peixe.

Ao terminar essa parte, dá-se um intervalo de dez a quinze minutos até a água se acalmar. Neste momento, o pajé alerta sobre alguns cuidados que se deve tomar durante a pescaria, enfatizando que a pessoa que pegar o primeiro peixe deve soprar três vezes na boca dele para que o resultado da pescaria seja realmente satisfatório.

Com o término da conversa, olha-se pra dentro do igarapé e já se observa os peixes virando, vindo à superfície d'água, facilitando sua captação. Alguns utilizam

²⁰ A tapagem é feita de madeira roliça e talo de Arumã (espécie de palmeira) e é colocada tanto na parte de cima como na parte de baixo do igarapé, num espaço de aproximadamente 600 metros, onde os peixes se concentram.

pequenas lanças, outros arco e flecha, porém, o equipamento mais comum e eficaz nesse contexto, é o uso do paneiro e de cestos menores.

O pajé em nenhum momento entra na água. Ele fica próximo ao igarapé mascando folha de *Katsupary* e tomando *Ayry* (rapé), observando todos os movimentos, porque tudo deve ser feito com responsabilidade e respeito à natureza. Depois de algumas horas de pescaria, visto que a quantidade do pescado já é o suficiente para dar de comer a todos os convidados da festa, o *Kusanaty*, mais uma vez, interfere na pescaria para dizer que já está na hora de parar.

Nesse momento, ele adentra a floresta e cospe três vezes em cruz na direção que o sol nasce e, com isso, os peixes param de morrer e tudo volta ao normal novamente. Isso acontece para que não seja pescado mais do que o necessário.

O relato desse rito é um exemplo de sustentabilidade indígena, ratificando alguns fatores: a) os indígenas já praticam a sustentabilidade, mas de sua maneira particular e tradicional; b) as histórias de respeito à natureza são semelhantes entre os indígenas; c) a importância dos pajés na condução das atividades culturais; e, por fim, d) todas as atividades estão atreladas à cultura material ou imaterial.

Como sugestão, as instituições parceiras das populações indígenas necessitam enxergá-los como detentores de conhecimentos que podem ser somados aos conhecimentos dos técnicos que realizam algum tipo de trabalho nas aldeias. Quiçá, dessa forma, podemos construir a tão almejada sustentabilidade.

Em relação às ações governamentais que contribuem ou tem o potencial de contribuir com a sustentabilidade indígena, vale citar que a realização dos etnomapeamentos e etnozoneamentos no estado do Acre possibilitou a elaboração dos planos de gestão das terras indígenas citadas anteriormente, transformando-se em importante ferramenta aos indígenas na busca pela sustentabilidade social, ambiental e cultural de suas comunidades.

Além disso, passou a ser um instrumento bastante utilizado no uso adequado dos recursos naturais e na promoção do desenvolvimento sustentável em relação às formas de manejo e conservação destes recursos, como palmeiras e palheiras, pesca, caça, enriquecimento de sistemas agroflorestais, criações de animais silvestres etc.

Nesse sentido, é importante refletir sobre as diferentes formas de implementação dos planos de gestão de acordo com a realidade de cada TI, pois são estes que definem e especificam como serão implementados os acordos coletivos.

Os Planos de Gestão das Terras Indígenas - PGTIs, também conhecidos como cartas de intenções, ou ainda acordos coletivos no uso de recursos naturais, não apenas orientam e planejam as atividades dos projetos de desenvolvimento comunitário, como também articulam políticas ambientais do entorno. Tais inovações são importantes instrumentos para a gestão do uso coletivo e individual dos recursos naturais em terras indígenas (GAVAZI, 2008).

Dentre as ações promovidas pelos PGTIs, vale citar: novas alternativas de sustentabilidade nas comunidades contempladas por meio da realização de atividades relacionadas com a criação de animais silvestres (quelônios, peixes, abelhas e outros) e algumas espécies de animais domésticos; o empoderamento da produção, por meio do enriquecimento de roçados e implantação de sistemas agroflorestais; captação de água das chuvas; reflorestamento de áreas degradadas com espécies nativas e frutíferas; recuperação de matas ciliares; e a vigilância e fiscalização dos territórios indígenas.

CAPÍTULO IV - TERRA INDÍGENA COLÔNIA 27

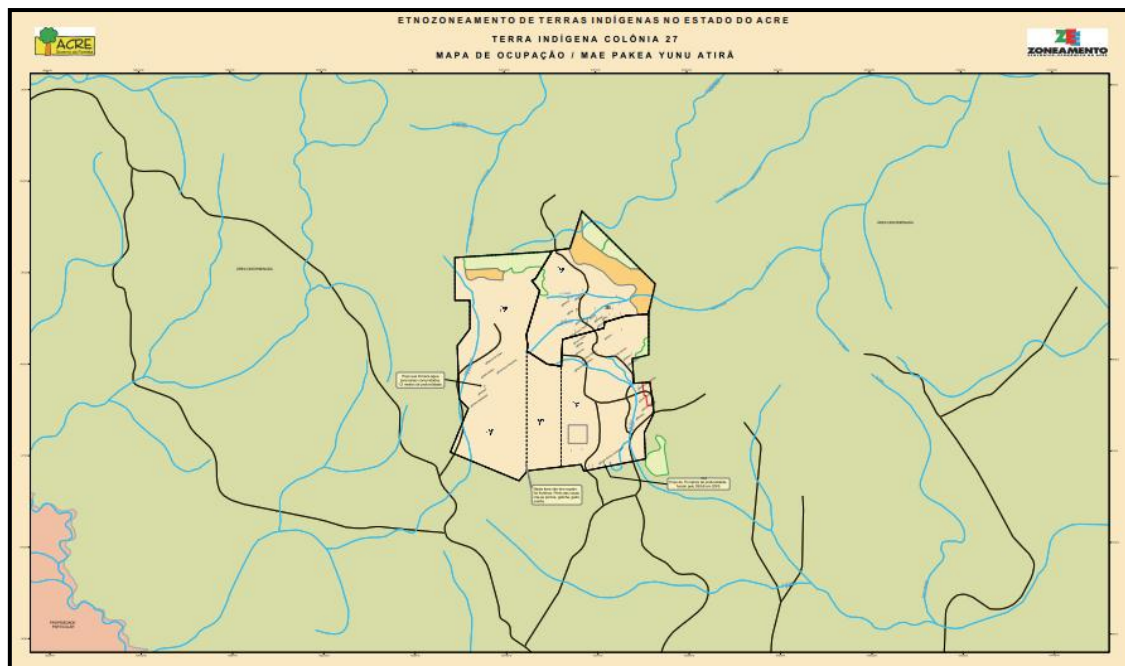


Figura 03 - Mapa da Terra Indígena Colônia 27 (SEMA, 2008)

Este último capítulo traz a TI Colônia 27 como pauta principal da discussão. Para tanto, é demonstrada a sua configuração atual, bem como as percepções, opiniões e sugestões dos indígenas a respeito dos impactos gerados pela construção da BR-364 e das medidas implementadas pelo Governo para mitigar e compensar referidos impactos.

Na oportunidade, os indígenas fizeram avaliações do território sob à luz do passado, presente e perspectivas futuras; histórico de ocupação da terra; e ainda falaram das breves reuniões e dos assuntos que são abordados na aldeia sem que todos compreendam.

4.1 O POVO HUNI KUI

O povo Kaxinawá, nome herdado dos brancos, autodenomina-se de Huni Kui (“gente verdadeira”), que é como preferem ser chamados atualmente. São falantes da língua Hãtxa Kui (“língua verdadeira”), da família linguística Pano. Habitam os territórios brasileiro e peruano, onde o bilinguismo é presente nas aldeias (CÂNDIDO, 2010).

No Peru, segundo levantamento da *Federación de Comunidades Nativas de Purus* (Feconapu, 2004), pouco mais de 1.400 Huni Kui vivem em 18 aldeias, em 11 "comunidades nativas" oficialmente reconhecidas. Estas estão localizadas no Alto Rio Purus e em seu afluente, o Rio Curanja, numa área agregada de quase 194 mil hectares.

No Brasil, estado do Acre, das 37 terras indígenas identificadas pelo Governo Federal, 12 pertencem ao povo Huni Kui²¹. Dessas, apenas a Terra Indígena Kaxinawa do Seringal Curralinho, no Rio Envira, ainda está em identificação e, portanto, não foi plenamente regularizada.

De acordo com Cândido (2010), essa etnia tem uma população estimada em 7.206 pessoas, distribuídas em 101 aldeias, fato que faz dela o povo mais numeroso, com quase 50% da população indígena do Acre. Suas terras possui uma extensão territorial de 656 mil hectares, situadas próximas aos rios Purus, Envira, Murú, Humaitá, Tarauacá, Jordão e Breu²².

As terras indígenas são compartilhadas com os povos Kulina, Shanenawa e Ashaninka e outras duas com povos "isolados". Essas terras têm como referência os seguintes municípios acreanos: Santa Rosa do Purus, Manuel Urbano, Feijó, Tarauacá, Jordão e Marechal Thaumaturgo. Uma quantidade significativa de famílias Huni Kui vive atualmente na cidade de Rio Branco e pelo menos em quatro desses municípios supracitados.

Nas pesquisas de campo que realizei, conheci a origem do nome Kaxinawa, que foi herdado do homem branco, como ensina Manoel Kaxinawa:

Antigamente, os indígenas e os brancos não se conheciam. A primeira vez que os brancos encontraram com um indígena Huni Kui este estava sem roupa e brincava com um morcego que tinha achado num oco de pau. Os brancos perguntaram ao indígena quem era ele e ele, que não entendia o português, respondeu na sua língua: "eu estou matando morcego". O morcego a gente chama kaxi. Então o branco botou um nome nele – seu povo e você se chamam Kaxinawa. O mesmo ocorreu com as outras etnias (Manoel Kaxinawa, TI Colônia 27, depoimento em: 13 de agosto de 2012).

²¹ Terras Indígenas do povo Huni Kui: Alto Purus (partilhada com os indígenas Kulina), Katukina/Kaxinawa (partilhada com os indígenas Shanenawa), Seringal Curralinho, Nova Olinda, Colônia 27, Igarapé do Caucho, Praia do Carapanã, Kaxinawa do Rio Humaitá, Baixo Jordão, Seringal Independência, Alto rio Jordão, Kaxinawa e Ashaninka do Breu (partilhada com os indígenas Ashaninka).

²² Tais informações foram extraídas do trabalho "Memória, Produção e Segurança Alimentar da Terra Indígena Katukina/Kaxinawa: O Caso da Aldeia Paroá", que elaborei para uma disciplina do Mestrado.

Maná, nome que Manoel recebeu na sua língua materna e como prefere ser chamado, é sem dúvida uma das figuras mais ilustre da aldeia, e por que não dizer um dos responsáveis pelo momento de relativo progresso que vive sua aldeia, especialmente no tocante ao fortalecimento cultural e segurança alimentar.

A organização interna desse povo segue principalmente a linha hierárquica denominada por eles de frente representativa, que pode ser representada numa escala do maior para o menor: cacique, pajé, professores, agentes agroflorestais, conselheiros, representantes de mulheres, dentre outros atores comunitários, conforme explicou o cacique Txanamashã.

As metades clânicas são divididas em: *Dua Bakebu* (os homens são *Duá* e as mulheres *Banu*) e *Inu Bakebu* (os homens são *Inu* e as mulheres *Inani*). Essa estrutura dual da sociedade, que perpassa a mitologia e os rituais (CÂNDIDO, 2010).

Essa forma de organização regulamenta os casamentos, normatiza a reprodução dos nomes próprios em gerações alternadas e condiciona as relações entre parentes e afins. Para cada uma das “nações” há proibições naquilo que se pode ou não comer e fazer.

De acordo com Iglesias (2008), com a crise na economia da borracha, as famílias Huni Kui preferiram intensificar a diversificada agricultura de terra firme e de praia, aliada à criação de animais domésticos, inclusive de pequenos rebanhos bovinos. Por meio dessa combinação de atividades produtivas, conciliada com os plantios nos terreiros, a caça, a pesca e a coleta, é que muitas famílias Huni Kui têm procurado garantir sua subsistência e se inserir na restrita economia dos municípios.

Ainda segundo o autor, além da comercialização de criações domésticas e produtos agrícolas, as aposentadorias rurais e os salários de funcionários (professores, agentes de saúde, agentes agroflorestais) são as principais fontes de renda de considerável parte das famílias *Huni Kui*, permitindo a compra dos produtos que passaram a ser necessários em suas comunidades.

A Associação dos Seringueiros Kaxinawá do Rio Jordão (ASKARJ) foi a primeira a ser criada no estado, em 1988. Três associações Huni Kui foram criadas nos anos 1990 e outras sete na primeira década do novo milênio.

Por meio dessas associações, os Huni Kui passaram a exercer a representação política das comunidades frente às organizações indígenas regionais, aos governos municipais, estadual e federal, às organizações da sociedade civil e às diferentes agências da cooperação internacional.

Dessa forma, obtiveram recursos financeiros para atividades de gestão ambiental, tais como: diversificação das atividades produtivas na agricultura e na criação de animais, manejo de pesca e quelônios e a vigilância dos limites de suas terras, tarefas que têm sido realizadas sob a coordenação dos agentes agroflorestais indígenas.

Nos últimos anos, as associações do povo Huni Kui tem priorizado projetos de valorização da cultura. Além da promoção de rituais de *Katxanawa* (para a fertilidade dos legumes) e de *Nixpupima* (rito de passagem de meninos e meninas, também chamado de “batismo”), tem construído centros culturais, registrado mitos, cantos e técnicas artesanais, resgatado práticas medicinais e incentivado a produção e a comercialização de artesanato (IGLESIAS, 2002).

Essas ações têm envolvido diferentes gerações de Huni Kui, valorizando o conhecimento de pajés, dos *Txaná* (cantadores), velhos e mestras artesãs, e resultando em várias pesquisas e numa extensa produção de materiais didáticos (cartilhas e livros) e audiovisuais (DVDs e CDs). Em reconhecimento a esses trabalhos, algumas associações Huni Kui tem sido, nos últimos anos, contempladas com prêmios outorgados pelo Ministério da Cultura. Em 2008, a ASKARJ recebeu, na categoria “Associação Comunitária”, o Prêmio Chico Mendes do Ministério do Meio Ambiente.

Ainda como meio de representação política no âmbito das articulações externas, as comunidades *Huni Kui* estão jurisdicionadas as associações de base, além das organizações indígenas de nível regional e estadual, tais como: Organização de Povos Indígenas de Tarauacá (OPITAR), Organização dos Povos Indígenas do Rio Envira (OPIRE), Organização dos Professores Indígenas do Acre (OPIAC), Associação do Movimento dos Agentes Agroflorestais Indígenas do Acre (AMAAIAC).

Mas faltava um instrumento que representasse todo o povo. Por isso, em 2006, foi criada a Federação Huni Kui, instância que representa os interesses das 12 terras indígenas do Acre, por meio de assembleias e reuniões. Procura-se discutir temas de interesse comum, dentre eles o reconhecimento e a proteção do patrimônio representado pelos Kaxinawa.

4.2 LOCALIZAÇÃO E SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

A Terra Indígena (TI) Kaxinawa da Colônia 27 está localizada no município de Tarauacá/AC nas proximidades da BR-364, no trecho que liga as cidades de Tarauacá e Rodrigues Alves. Fica a oito quilômetros do centro da sede do município, onde a trafegabilidade se dá por meio do ramal Epitácio Pessoa, também conhecido como ramal dos indígenas.

No período do inverno, o ramal fica praticamente intrafegável. O acesso somente é possível com a utilização de carros altamente potentes do tipo caminhonete com tração nas quatro rodas, ou até mesmo com animais (boi e cavalo), tornando-se um dos principais problemas da comunidade.

Essa terra é a menor em extensão no estado do Acre, possui atualmente 305 hectares, dos quais 200 foram adquiridos pelo Governo do Acre e anexados à antiga área demarcada, como medida compensatória pelos impactos ambientais decorrentes da construção da rodovia 364, no trecho Rodrigues Alves/Tarauacá.

A antiga área (105 hectares) foi definida e delimitada, em conjunto, pelo INCRA e a Prefeitura de Tarauacá, em meados da década de 70. A localidade foi denominada, na época, de gleba Tupani, que se localizava em um terreno do antigo seringal São Salvador, que havia sido loteada pelo próprio INCRA no Projeto Fundiário Alto Juruá.

Posteriormente, adotando os trâmites de regularização fundiária de território tradicional indígena, a área foi declarada como terra indígena pela Portaria nº1819/E//PRESI/85, expedida pela presidência da FUNAI. Foi registrada no mesmo ano no Cartório de Registros Imobiliários de Tarauacá e no Serviço de Patrimônio da União – SPU, em 1986, sendo finalmente demarcada fisicamente no início da década de 1990 e homologada pelo Decreto nº 268/91 (AQUINO, CORREA, MACIEL, PIMENTA e PEREIRA, 2006).

Em 2002, foram adquiridas pelo o estado duas outras áreas, medindo 200 hectares “para uso e posse dos indígenas”, como forma de compensar os efeitos negativos ocasionados pelas obras da estrada.

A TI tem apenas uma aldeia, a qual é chamada pelos moradores de Pinuya e também de Colônia 27. Possui uma população de 33 famílias e 143 pessoas residindo em 31habitações, que, em sua maioria, são casas de tábuas e madeiras cerradas, no

estilo regional, suspensas em esteios para evitar a entrada de animais e de água nos dias de chuva.

Existem também construções de caráter comunitário, como os galinheiros encontrados em alguns quintais, casa de comercialização construída pelo estado, alguns banheiros de alvenarias e uma escola (que ensina da primeira a quarta série do ensino fundamental), que, diga-se de passagem, estão necessitando urgentemente de reforma ou de uma nova construção.

São representados politicamente pela Associação dos Agricultores Kaxinawa da Terra Indígena Colônia 27 (OAKATI 27), sendo esta uma organização civil sem fins lucrativos que congrega e representa os Kaxinawa da referida Terra Indígena. A organização foi fundada no dia 14 de maio de 2003, com a presença de lideranças, professores, agentes de saúde, agentes agroflorestais, mulheres e comunidade em geral. E conforme seu Estatuto Social é objetivo dessa organização:

- 1) defender os direitos e interesses dos associados e moradores em geral;
- 2) lutar pela implementação de políticas públicas que visem à melhoria de qualidade de vida dos moradores;
- 3) implementar formas de preservação da identidade étnica e cultural da comunidade indígena;
- 4) promover cursos, seminários e outras formas de debates sobre assuntos de interesses da comunidade;
- 5) lutar pela defesa do meio ambiente e;
- 6) lutar pela autonomia dos povos indígenas;

4.3 HISTÓRICO DE OCUPAÇÃO DA TERRA INDÍGENA COLÔNIA 27

Durante os dez dias que permaneci na TI, momento em que realizei meus estudos de campo, pude observar a relevância de cada morador nas atividades cotidianas na aldeia, percebendo, sobretudo, o poder da coletividade para o fortalecimento político, social e cultural da comunidade.

Sou suspeito para falar dessa comunidade e também de seus moradores, pois tenho uma ligação forte com a história do lugar e com as pessoas que lá vivem. A Aldeia *Pinuya* foi a terceira em que trabalhei no Acre, na oportunidade ajudando a elaborar e a executar um projeto voltado para o reflorestamento de áreas degradadas, do

qual falarei depois com mais detalhes, precisamente no item que aborda o cenário do passado.

Fiquei alguns anos ausentes e retornei em agosto desse ano com o propósito de realizar minha pesquisa de campo, sendo esta uma peça integrante do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) desse mestrado. A visita permitiu a minha reaproximação com os moradores e a confirmação de um novo cenário em relação aos seguintes eixos temáticos: cultural, produção, educação, ambiente. Tais transformações desconstrói o pensamento equivocado de algumas pessoas que tratam esses moradores como assentados do INCRA, posseiros ou donos de colônia.

Diante desse novo contexto e em meio a essa gente importante, simpática e receptiva, que a maioria eu já conhecia desde o período em que estive pela primeira vez nessa localidade, gostaria de destacar três pessoas²³: Alfredo, Alfonsinho e Manoel, que julgo serem as principais responsáveis pelas conquistas e pelo momento promissor que vive essa comunidade. Nesse sentido, a seguir, falarei sinteticamente de suas trajetórias pessoais, que se cruzam com a formação e a história da TI Colônia 27.

As informações sobre os moradores e a aldeia não foram colhidas propriamente em formato de entrevistas, mas, sim, por meio de um diálogo agradável e informal, respeitando o tempo e a rotina dos moradores.

Maná

Alfredo Sabino da Silva, conhecido tradicionalmente como Maná, 90 anos de idade, foi o primeiro Huni Kui, juntamente com sua família, a chegar à Colônia 27.

Nasceu em 1922, no seringal Santa Cecília e já aos oito anos de idade cortava seringa com seu pai. Perdeu sua mãe ainda muito jovem, o que o tornou, segundo ele, mais responsável ainda. Após o falecimento de sua mãe, migraram para o seringal Mato Grosso e de lá para o rio Baé, afluente do rio Tarauacá.

Já adulto, seu pai não permitia que ele se casasse ou trabalhasse para os patrões, e no papel de bom filho continuou obedecendo tais imposições até o ano de 1949, ano de falecimento do seu pai.

²³ Sem dúvida, todos os moradores deram e dão sua parcela de contribuição para o crescimento e fortalecimento da comunidade, porém as três pessoas escolhidas se destacam pela importância que tiveram no passado, que têm no presente e, sobretudo, pela construção das perspectivas futuras que são vistas pela a ótica da sustentabilidade das gerações vindouras.

Sofri com a morte de minha mãe, foi ruim ficar sem seus carinhos, sem as histórias contadas por ela. Mas, perder meu pai foi a coisa pior do mundo, pois perdi minha base de vida, minha referência, perdi a pessoa que havia me ensinado tudo até aquele momento. Eu não sabia exatamente o que fazer a partir daquele dia. Muitas coisas negativas passaram pela minha cabeça, inclusive, pensei em me embrenhar na floresta e não retornar mais pra casa. Foi muito difícil superar aquele momento (Maná, TI Colônia 27, depoimento em: 14 de agosto de 2012).

Depois de alguns meses, Alfredo se casou com a também Huni Kui Maria Rosa da Silva (*Dani*), com quem teve vários filhos e vive até hoje. Em seguida, foi trabalhar para Raimundo Ramos no seringal Veneza, que também era dono de outros seringais situados às margens do rio Tarauacá. Alfredo tornou-se a pessoa de confiança do patrão. Fazia além de seu trabalho e mostrava alternativas eficazes para o melhoramento das atividades, aumentando com isso a lucratividade do dono do seringal.

Anos depois, resolveu sair de onde morava indo para o seringal Acaraú, local em que permaneceu aproximadamente dez anos. Segundo Maná, as coisas não foram muito boas, pois havia muito conflitos. Ficou doente e teve que se deslocar para a cidade de Tarauacá a procura de tratamento. Coincidência ou não, no referido município, Alfredo encontrou três velhos amigos, que, após muita conversa, o convenceram a deixar de cortar seringa e tentar a sorte em lugares mais longínquos.

No ano de 1972, seu antigo patrão se tornou o prefeito do município de Tarauacá, levando os quatro amigos a procurá-lo para solicitar um pedaço de terra para morar com suas famílias. O então prefeito indicou uma área que estava sendo loteada pelo INCRA para que ele pudesse morar.

Eu mesmo loteei o terreno de 105 hectares que hoje moramos. Comigo vieram quatro as famílias. Nós éramos 10 pessoas e logo formamos nossos roçados de macaxeira, banana, mudubim, arroz, milho, dentre outras espécies. Fomos felizes porque produzimos muito, o suficiente para sustentar nossa gente e ainda sobrava um pouco pra ser vendido no município. Com o dinheiro comprávamos aquilo que era necessário. Naquela época, já tinha pouca mata, havia bastante fazenda de gado (...) (Maná, TI Colônia 27, depoimento em: 13 de agosto de 2012).

Oito anos depois, Alfredo resolveu deixar o local para voltar a cortar seringa. Foi morar no seringal Curralinho (atual TI Seringal Curralinho). Não obtendo muito sucesso nessa localidade, logo migrou para o seringal Baré, onde conseguiu juntar dinheiro antes de retornar para a Aldeia Colônia 27.

Quando Alfredo aporta novamente no local em que ele havia conseguido para morar, encontrou-se com a figura do pajé Afonso Manduca Mateus (*Ibã*) e de outras famílias que haviam migrado da região do Jordão e se instalado por ali. Quase no final do nosso diálogo, Alfredo fez questão de ressaltar que ele foi a primeira pessoa a chegar a TI e que não pretende mais deixá-la.

Não resta dúvida que realmente ele foi o principal responsável pela conquista da terra, por isso ele está entre as três figuras mais importantes dessa pesquisa etnográfica. Outro personagem também de grande relevância é o já mencionado Afonso Manduca Mateus, mais conhecido como pajé Afonsinho. Ele se destaca pela luta que travou em busca do reconhecimento e demarcação da terra.

Pajé Afonsinho

Afonso Manduca Mateus, mais conhecido como pajé Afonsinho, é filho de Manduca Mateus (*Ibã*) e Maria Madalena (*Dani*). Nasceu no seringal Fortaleza, às margens do rio Jordão. Ainda adolescente passou a morar no município de Jordão para cortar seringa na propriedade do coronel Muniz e de lá foi para o seringal Independência (atual TI Seringal Independência).

Desse lugar ele não guarda boas lembranças, pois foi onde perdeu o seu avô, seus pais e também um de seus irmãos. Meio sem rumo, foi morar no seringal Cachoeira de propriedade do senhor Larindo. Lá permaneceu durante oito anos trabalhando cortando seringa.

Saindo de lá, passou a morar e trabalhar na colocação Café da Paz, situada no seringal Simpatia de propriedade de Pedro Biló, no rio Envira. Nesse local ele conheceu Francisca Catarina Martins (*Samê*), com quem casou e teve filhos. De lá foi cortar seringa na colocação Infinito, localizada na cabeceira do rio Douro, mas logo retornou para o seringal Independência, desta vez instalando-se na colocação Torre da Lua. Depois migrou para a colocação Pupu, situada no seringal Atena, no rio Tarauacá.

Afonsinho, a partir dos seus relatos, parece ser a pessoa que mais trocou de moradia antes de se instalar na TI Colônia 27. Segundo ele, isso ocorria porque os patrões não queriam pagar devidamente os trabalhos prestados. Muitos davam apenas a comida em troca de suas atividades.

Da colocação Pupu, ele foi convidado pelo já falecido Assuero Kaxinawa, a retornar ao seringal Fortaleza, onde ficou durante ano, deslocando-se, em seguida, para o seringal Seretama de propriedade dos irmãos Melos. De lá passou a morar na colocação Boca da Pedra e depois na cidade de Tarauacá. Não demorou muito pra ele trocar de localidade, indo desta vez para a fazenda do senhor Ramis trabalhar de diarista, onde permaneceu apenas dois meses. Foi expulso e ainda perdeu tudo o que havia produzido.

No dia 28 de agosto de 1979, fui convidado pelo parente Carlos Mariano para morar na TI Colônia 27. Nessa época, além da família da pessoa que tinha me convidado, havia apenas outras duas famílias. Desde então, comecei a lutar pelo reconhecimento oficial da nossa terra. Tivemos apoio da FUNAI, principalmente dos Txai Terri e Macedo. Participei de várias reuniões, viajei para muitos lugares até que finalmente conseguimos demarcar nossa área. Ela é muito pequena se for comparar com outras terras indígenas do Acre, porém bastante significativa para todos nós moradores (Pajé Afonsinho, TI Colônia 27, depoimento em: 10 de agosto de 2012).

De acordo com o depoimento pessoal do pajé Afonsinho, fica evidente o quanto ele foi importante para demarcação da TI Colônia 27, o que foi ratificado durante minhas inúmeras conversas com outros moradores da comunidade. Além disso, ele também é o grande guardião dos conhecimentos tradicionais de seu povo e é quem protege e cura as pessoas das doenças.

O pajé Afonsinho é uma figura carismática e também mística, que envolve todos que o conhecem com seu bom humor e conhecimento vivo dos costumes étnicos de seu povo. Sendo assim, visitar essa aldeia e não pernoitar pelo menos uma noite na residência dessa raridade de pessoa para escutar as mais belas histórias de sua cultura e também de sua trajetória, é perder quem sabe um dos melhores momentos de estar na aldeia.

No final de sua fala, ele não escondeu sua angústia em relação ao mau comportamento de muitos indígenas de diferentes etnias com suas culturas. Segundo ele, alguns estão se passando por pajés sem conhecimento suficiente e tentam realizar curas sem a legitimação de sua comunidade. Mesmo assim, ganham dinheiro em

nome de seu povo e arrastam seguidores por onde passam. O fato é que tais atitudes banalizam a cultura dos povos indígenas, descaracterizam a tradição. Segundo Afonsinho, todos aqueles que transgredirem a lei imposta pelo Criador serão responsabilizados pelos seus atos.

Em seguida, abordaremos, sucintamente, a trajetória de Manoel Kaxinawa, outro ícone do povo Huni Kui e também morador da TI Colônia 27. Seu destaque se dá principalmente por ter sido um dos responsáveis pelo resgate e fortalecimento da cultura material e imaterial de seu povo.

Manoel Kaxinawa

Manoel Kaxinawa nasceu no seringal Tamandaré (atual TI Igarapé do Caucho), no dia 17 de fevereiro de 1961.

Maná, nome herdado de sua cultura e como prefiro chamá-lo, é meu amigo pessoal e profissional desde a época em que realizei meu primeiro trabalho com os povos indígenas do Acre.

Ele iniciou nosso diálogo ressaltando que o verdadeiro cacique e/ou liderança de uma comunidade não pode ser: sovino (ruim), preguiçoso e, sobretudo, mentiroso.

Aos quatro anos de idade, os pais de Maná saíram do local em que ele nasceu e foram para o Igarapé Tapuí, no seringal Restauração, às margens do rio Tarauacá. Neste local, permaneceram durante três anos e, em seguida, foram morar no seringal Macaca.

Já adolescente, tornou-se o principal companheiro e ajudante de seu pai nas atividades cotidianas. Depois de alguns anos nessa localidade, seu pai foi fortemente castigado por uma doença que forçou sua família a subir o rio Muru, instalando-se na colocação Dezoito Praia (atualmente conhecido como fazenda Cinco Estrela).

Em 1975, sua irmã Zuleide (Maspã), percebendo a gravidade da enfermidade do pai, convenceu a família a ir morar no antigo seringal Liés (atual Aldeia Morada Nova, pertencente ao povo Shanenawa²⁴), por se tratar de um local mais próximo da cidade de Feijó, onde, possivelmente, seria mais fácil arrumar um tratamento.

²⁴ O povo Shanenawa, conhecido na década de 60 como Mastanawa, é considerado um povo pequeno. Divide com a etnia Huni Kui a TI Katukina/Kaxinawa. Estão distribuídos em pelo menos seis aldeias nas adjacências do município de Feijó/AC, precisamente situadas nas margens da BR-364 e também na margem esquerda do rio Envira, totalizando uma população de aproximadamente 700 pessoas (CANDIDO, 2011).

Em 31 de dezembro 1982, meu pai faleceu. Essa, sem dúvida, foi a minha maior perda. Fiquei totalmente desorientado. Havia perdido a pessoa que sempre me orientou e me ensinou a caminhar e a enfrentar os obstáculos impostos pela vida. Ele foi a minha principal referência e a base do que eu sou hoje. Após sua morte, sem muita noção do que seria o meu futuro, resolvi aceitar o convite do meu tio Chico Carlos e passei a morar na colocação Timbaúba (Manoel Kaxinawa, TI Colônia 27, depoimento em: 16 de agosto de 2012).

No ano seguinte, já possuindo família, Maná saiu da colocação Timbaúba e instalou-se na TI Igarapé do Caucho, onde foi trabalhar cortando seringa na colocação Esperança. Permaneceu no local durante três anos, porém, em 1985, houve mais um acontecimento lamentável em sua vida que ele prefere não comentar. No mesmo ano, sem rumo e sem direção novamente, conseguiu uma passagem para Rio Branco-AC.

Na capital acreana, foi morar na casa de Josué Dias, que era policial e também motorista e segurança do ex-governador Nabor Junior. Depois de alguns meses em Rio Branco, resolveu retornar para o município de Tarauacá. Conseguiu uma passagem de avião, mas antes preferiu conhecer algumas entidades que trabalhavam a favor dos povos indígenas, tais como: FUNAI, CPI/AC, Casa do Indígena, dentre outras.

No início do ano de 1986, numa de suas idas ao sítio da Comissão Pró Indígena do Acre (CPI/AC), conheceu Nieta, que perguntou se ele sabia ler e escrever. Respondeu que sim, mas ressaltando que não muito, apenas o suficiente para fazer seu nome e ler algumas coisinhas mais fáceis. Mesmo assim, ela o convidou para participar de um curso para monitores indígenas (professor). “Aceitei imediatamente”, ressalta Maná.

Durante minha permanência na capital acreana tive oportunidade de conhecer muitas pessoas indígenas e não indígenas importantes, entre elas posso citar as seguintes: Rivaldo Apurinã, Toninho Pereira Neto, Pãtxo Kaxinawa, Antonio Apurinã, José Correa Jaminawa e outros que, mais tarde, passaram a ser meus principais parceiros de trabalho na luta pela garantia dos direitos dos povos indígenas (Manoel Kaxinawa, TI Colônia 27, depoimento em: 14 de agosto de 2012).

Maná estava bastante alegre por ter sido convidado a participar do curso de monitores indígenas, pois isso lhe habilitaria a atuar como professor na aldeia. Mas, para sua surpresa, ele foi abordado por Luiz (esposo de Nieta), que alegou não ter mais vaga para participar da referida capacitação. Maná ficou bastante decepcionado

com a notícia, pois já alimentava a expectativa de retornar para a aldeia e ajudar seu povo.

Imediatamente ele procurou Nieta e relatou o ocorrido. Ela reiterou o convite e disse para ele desconsiderar a informação passada pelo marido.

Com novas esperanças, Maná voltou a sorrir. Coincidentemente, nessa mesma época estava sendo realizada em Rio Branco a primeira Assembleia dos Povos Indígenas do Acre e Sul do Amazonas, oportunidade que teve de conhecer o pajé Afonsinho, que o convidou para lecionar na Aldeia (TI Colônia 27).

No mesmo ano, precisamente no dia 21 de abril, acompanhado do pajé Afonsinho, chegou à mencionada TI com o propósito de alfabetizar os moradores interessados da comunidade. Não demorou muito tempo para conhecer sua esposa Marlene Marins da Silva (*Aiani*), filha do pajé e mestra na produção de artesanatos. Com ela teve duas filhas, sendo que uma delas, infelizmente, faleceu em 2010, deixando muita saudade a todos da aldeia.

Maná, durante dois anos, dava aula de manhã e à tarde, sem receber absolutamente nada pelas atividades que desenvolvia. Durante esse período, também ficou sem visitar sua mãe, surgindo então uma história atualmente engraçada que ele mesmo faz questão de narrar.

Já de casamento marcado com sua atual esposa Marlene, ele resolveu fazer uma visita a sua mãe no seringal Timbaúba com intuito de comunicá-la sobre seu casamento. Mas, para sua surpresa, sua minha mãe respondeu que se ele fizesse isso estaria cometendo a maior loucura de sua vida. Perguntei assustado: por que mãe? Ela respondeu: porque você é muito preguiçoso, tem panema (pessoa que não tem sorte em suas caçadas) e, além disso, você é muito chato quando bebe cachaça. Sua esposa vai sofrer e passar fome. Confesso que isso me deixou bastante triste. Mesmo assim, me casei e construí uma família e, para minha alegria, não aconteceu o que a minha mãezinha tanto temia (Manoel Kaxinawa, depoimento em: 14 de agosto de 2012).

No ano seguinte, depois de muita insistência, sua mãe veio morar na aldeia Colônia 27. A partir daí, sua vida teve mais tranquilidade, pois as pessoas mais queridas estavam ao seu redor. Passou a participar de capacitações para professores indígenas na cidade Rio de Branco, ministradas pela CPI/AC, e, no ano de 1988, finalmente, teve seu primeiro contrato assinado como professor de sua comunidade.

Depois de dois anos, numa dessas idas à capital, conheceu Antonio Apurinã, uma das pessoas que ele julga responsável pelo sucesso que obteve na sua trajetória

profissional. Foi uma espécie de espelho, não apenas para Maná, como também para outros indígenas.

Nessa época, Antonio era coordenador do Núcleo de Cultura Indígena. Apesar dele sempre ter sido uma pessoa admirável, a qual aprendi a gostar, especialmente pelo seu jeito simples, ético, responsável no tratamento que dava aos assuntos relacionados às questões indígenas e aos demais, houve momentos em que eu discordava de algumas de suas atitudes, mas isso não diminuiu minha admiração por ele. Sempre houve diálogo entre nós, tanto que eu pude influenciar na criação da OPITAR, pois demonstrei que os povos indígenas da região de Tarauacá não estavam se sentindo representados pelo núcleo coordenado por Antônio. (Manoel Kaxinawa, depoimento em: 14 de agosto de 2012).

Nessa mesma época, Maná começa uma articulação com os políticos Chaga Batista e Moisés Diniz, visando apoio para a criação da tão sonhada Organização dos Povos Indígenas de Tarauacá (OPITAR), que se consolidou no ano de 2000 com sua criação, possibilitando uma representatividade mais abrangente e coordenada dos povos indígenas da região de Tarauacá.

Maná passou então a monitorar as diversas ações implementadas pelas instituições governamentais e não governamentais nas terras indígenas representadas pela OPITAR; viabilizou a captação de recursos para a execução de projetos específicos nas aldeias e afirmou novas parcerias e deu mais consistência as já existentes. Dessa forma, contribuiu para que as TIs dessa região eclodissem no cenário indigenista com mais visibilidade.

Durante a primeira assembleia que visou a criação da União das Nações Indígenas do Acre, Sul do Amazonas e Noroeste de Rondônia (UNI), Maná foi eleito pelas lideranças indígenas que se faziam presentes e com direito a voto como Secretário (ficou no cargo de 1991 a 2003), compondo assim a Diretoria da organização junto com outros indígenas eleitos: Antonio Apurinã (Coordenador), José Correa (Vice Coordenador) e Toya Manxineri (Tesoureiro).

No dia 09 de junho de 2003, depois de ter sido indicado pelo movimento indígena do Acre e Sul do Amazonas, Maná assinou contrato com a FUNAI, tornando-se o primeiro indígena a ocupar o cargo de coordenador regional desse órgão indigenista, sendo exonerado em setembro do ano seguinte.

Ao relatar tal fato, Maná não escondeu a tristeza que emergiu em sua face, pois ele afirma ter sido usado pela instituição pelo fato de ser indígena e por dispor de estruturas intelectuais para fazer a gestão do órgão.

Maná ainda permaneceu em Rio Branco de 2005 a 2008 no papel de coordenador da OPIN, que foi uma espécie de sucessora da UNI, como já mencionado no Capítulo II. Conseguiu assinar um convênio com o Governo do Acre por meio da interlocução da SEPI.

Foi nessa época que ele acredita ter conquistado de fato a confiança das lideranças indígenas, especialmente as residentes na TI Colônia 27, para onde ele retornou após essa importante experiência.

Depois de 20 anos residindo fora da aldeia, Maná e sua família, no ano de 2009, resolvem retornar para a TI Colônia 27, tendo como propósito principal aplicar, no fortalecimento de sua aldeia, os conhecimentos que havia aprendido. Durante esse tempo que ficou fora, sobretudo em virtude de sua ocupação institucional, visitava a comunidade esporadicamente, mas sempre estava conectado com as lideranças, ajudando com orientações e sugestões pertinentes.

Como ele mesmo faz questão de enfatizar, sua história com a TI Colônia 27 divide-se em três relevantes momentos: a) o tempo em que morou e atuou como professor; b) o tempo que ficou fora e c) o retorno.

A comunidade só teve a ganhar em todos os aspectos com o retorno de Maná e sua família. Sua filha (já falecida) logo assumiu o posto de professora e foi uma das protagonistas no fortalecimento material e imaterial da cultura Kaxinawa, sobretudo no que tange à produção de artesanatos, uso das pinturas corporais e na realização das festividades tradicionais (*Mariri*), que estavam, de certa forma, abandonados.

Buscou apoio externo para a capacitação de mestras artesãs, entre elas, sua mãe, possibilitando a realização de intercâmbios culturais com outras aldeias Huni Kui, como forma de fortalecer o que então estava vulnerável, ou quem sabe de resgatar o que havia se perdido.

Segundo Maná, logo que chegou à aldeia, se deparou com inúmeros problemas, alguns deles muito difíceis de serem solucionados. Diante dessa situação, criou estratégias de atuação de maneira que seus parentes não se sentissem retraídos ou ofendidos.

Quando cheguei aqui, percebi que o cacique tinha boa vontade de tornar a comunidade fortalecida, mas também percebi que a maioria das pessoas não pactuava do mesmo pensamento. Então, iniciei, paulatinamente, um trabalho de conscientização dos moradores, vislumbrando maior integração entre eles, de maneira que todos entendessem que estávamos buscando atingir metas e objetivos comuns. No entanto, para atingir todas as temáticas com ações

eficientes, foi necessário escolher o fortalecimento cultural como eixo central do nosso trabalho. Mas para que tivéssemos resultados satisfatórios no final, fazia-se necessário primeiramente eliminar dois dos principais problemas que haviam se instalado aqui. A primeira era a bebida alcoólica, esta droga que, infelizmente, é vendida livremente para qualquer pessoa e que estava destruindo nossa gente e substituindo a caçuma²⁵ (Matxu), bebida que usamos em nossas festividades culturais. Além disso, atraía pessoas de fora que, depois de bêbadas, causavam sérias confusões na comunidade. O segundo problema se relaciona à vulnerabilidade cultural. Poucas pessoas por aqui falavam nossa língua materna, porque não sabiam mais ou, simplesmente, porque tinham vergonha. Amenizar esses dois gargalos não foi nada fácil, mas quem está hoje em nossa aldeia contempla outro cenário (Manoel Kaxinawa, TI Colônia 27, depoimento em: 16 de agosto de 2012).

Maná passou a monitorar e a cobrar eficácia das ações que estavam sendo executadas na comunidade, de modo que as mesmas não fossem realizadas de qualquer jeito como em anos anteriores. A falta de acompanhamento adequado do órgão executor e da comunidade foi uma das principais causas do insucesso das ações anteriormente implementadas, pois a ausência de monitoramento gerou o desperdício dos recursos investidos.

O que era pensado pra ser uma ação sustentável, acabava em meros acordos políticos sem sustentação e sem consistência operacional, visto que não atendia de fato as reais necessidades das famílias e da comunidade como um todo.

Maná é aquela pessoa que podemos denominar de “polivalente”. Além desses trabalhos que ele realiza com bastante ética e responsabilidade, ainda encontra tempo para cuidar de seu roçado, bem como exercer a função de Assessor no Polo Base de Saúde Indígena do município de Tarauacá, sem falar que os dois candidatos indígenas (Huni Kui), os quais ele apoiou e fez campanha nessas eleições de 2012, foram eleitos para ocupar os cargos de vereadores nas cidades de Feijó e Tarauacá.

4.4 TRAJETÓRIAS E CENÁRIOS DAS TRANSFORMAÇÕES INTERNAS

Nesse item vamos analisar as modificações ocorridas na TI desde quando se instalou a primeira família Huni Kui. De acordo com Alfredo Sabino, nessa época, já

²⁵ Caçuma é um nome genérico que se dá a bebida fermentada feita de mandioca. É utilizada tradicionalmente por diversas etnias do Brasil, porém, o nome caçuma difere de acordo com cada grupo étnico. Os Huni Kui, por exemplo, chamam de *Matxu* ou *Mabuxe*.

havia pouca mata virgem e mais da metade da terra era composta por área de pastagem destinada à criação de gado, assim como seu entorno.

Vale ressaltar que para se chegar a uma configuração mais precisa das diversas mudanças advindas do seu espaço-temporal, foi necessário contar com apoio de vários moradores da aldeia - jovens, adultos e idosos, pois se assim seria possível reconstruir a história passada e identificar as perspectivas futuras.

4.4.1 Cenário do passado e os problemas

Cinco meses depois das primeiras famílias se instalarem na TI Colônia 27, os moradores já colhiam alguns vegetais de seus roçados, tais como: macaxeira, banana e batata doce. Além de cuidarem de seus roçados e de suas famílias, ainda encontravam tempo para trabalhar na diária para os patrões, plantando capim, arroz e milho, em troca de comida e dez cruzeiros por dia.

Sem alternativa, permaneceram trabalhando todos os dias durante algum tempo, pois era assim que eles conseguiam comprar roupas, sapatos e alimentos para sua família.

O tempo foi passando e os primeiros moradores continuaram brocando, derrubando e plantando para os patrões, mas agora com uma estratégia: trabalhavam uma semana fora, ganhavam seu dinheiro, compravam seus produtos necessários e destinavam uma semana de trabalho em seus roçados e também em outras atividades como a construção de suas casas, entre elas, uma que serviu durante muito tempo como escola.

O maior problema enfrentado pelos moradores, tanto no passado, como nos dias de hoje, é a falta de cobertura vegetal. Atualmente, 80% da terra indígena é compostas de áreas degradadas (pastagens e capoeiras) e seu entorno está ocupado por grandes fazendas de criação de gado, tornando a região extremamente alterada e praticamente sem nenhuma cobertura florestal.

A região foi desmatada gradualmente. Antes mesmo dos Kaxinawa ocuparem o lugar, fazendeiros exploravam comercialmente as madeiras-de-lei, vendendo toras e pranchas para as serrarias de Tarauacá. Posteriormente, foi realizada uma limpa geral da vegetação, para transformá-la em pastagens para a criação de gado, deixando alguns poucos fragmentos de mata nativa, espalhados entre assentamentos e fazendas (AQUINO, CORREA, MACIEL, PIMENTA e PEREIRA, 2006. p: 17-20).

Essa situação traz diversas conseqüências negativas para essa comunidade, principalmente problemas relacionados à segurança alimentar, pois a ausência de floresta faz com que tanto a caça como outros produtos florestais sejam escassos. Também existe a falta de madeira de lei e de palhas para a construção e cobertura das casas.

A água era outra dificuldade presente na comunidade, pois há poucos e pequenos cursos d'água, cerca de seis, chamados genericamente igarapés. São nascentes ou grotas de igarapés maiores que deságuam no rio Tarauacá. Nenhum deles é perene e secam no período do verão amazônico.

O desmatamento da área diminuiu a quantidade destes olhos d'água e o pouco volume de água das nascentes e dos igarapés gerou um dos maiores problemas dessa terra. Essa problemática foi solucionada depois da construção de um poço artesiano.

A terra indígena sofreu modificações importantes quando a SEPI, em 2004, atendendo a solicitação das lideranças, enviou para a área a técnica Marina Margarido Pessoa para elaborar, juntamente com os moradores, o projeto de “Recuperação de Áreas Degradadas”.

A proposta de projeto foi apresentada ao Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas (PDPI) e, no ano seguinte, foi aprovada com recurso no valor de R\$ 97.000,00 (noventa e sete mil reais). Marina Pessoa acompanhou as primeiras atividades, mas logo pediu afastamento da SEPI, momento em que eu passei a atuar nas ações do projeto com maior intensidade.

Com o referido recurso, a comunidade adquiriu material de construção e mais de 35 mil mudas de diferentes espécies: madeireiras, frutíferas e nativas. O projeto consistia incisivamente no reflorestamento de 34 hectares de áreas degradadas (pastos, capoeiras, matas ciliares e entorno de açudes).

Na época, tive a oportunidade de acompanhar e orientar a construção de um grande viveiro comunitário, medindo 40 x 40 metros, visando à implantação do sistema agroflorestal (SAF) comunitário e plantação direta nos roçados e nos quintais das residências.

Nos viveiros, foram produzidas mudas de madeiras de lei e frutíferas como: aguano, cedro, amarelinho, copaíba, andiroba, maçaranduba, cupuaçu, côco de praia, carambola, abacate, pupunha, andiroba, bacaba, açaí, patoá, jaca, biriba, graviola, goiaba e ingá. Tais espécies encontram-se, atualmente, plantadas em diferentes localidades da TI.

Em depoimento recente do pajé Afonsinho, ele explica quais foram as estratégias de trabalho que eles utilizaram para alcançar os objetivos do projeto e da comunidade:

Os moradores se organizaram, deixando de lado seus objetivos particulares e se dedicaram à plantação de mais ou menos mil mudas. Mas, ainda era pouco, pois nossa intenção, naquela época, era de reflorestar 37 hectares, o que dava dois hectares para cada família. Foi plantado fruta do branco, fruta nativa, palheira e também madeira de lei para fazer casa dos nossos filhos, netos, bisneto e outros que ainda virão. Sei que não vou alcançar esse objetivo, pois já estou muito velho. Mas, mesmo assim, estou feliz, porque sei que esse trabalho vai servir pra alguém. Se a pessoa não plantar, nunca vai ter nada. Aquilo que se planta a gente come e também pode vender. Devemos ter coragem de trabalhar - cada morador deve fazer a sua parte e ainda ajudar no roçado comunitário para benefício do grupo. Precisamos apresentar novas propostas de projeto, comprar novas mudas e continuar com esse trabalho que deu certo, pois além de servir pra gente comer e vender, também vai aproximar as caças, pois agora temos as frutas que elas se alimentam. Durante todos esses anos aprendemos muito com os técnicos que vieram na nossa aldeia, mas falando desse projeto, agradecemos muito a Marina que fez o projeto e, principalmente, ao Francisco Apurinã, que está falando comigo agora. Ele nos ajudou em todas as etapas do projeto, e ainda tornou-se nosso amigo (Pajé Afonsinho, TI Colônia 27, depoimento em: 15 de agosto de 2012).

A implantação dos sistemas agroflorestais contribuiu diretamente na recuperação e no enriquecimento das áreas degradadas. A introdução de novas espécies frutíferas e madeireiras aumentou a diversidade da vegetação, tornando-se ainda uma espécie de sítio atrativo para a fauna.

O projeto, em alguns momentos, contou com a assistência técnica da SEAPROF e com a efetiva participação de Raimundo Manduca, o Agente Agroflorestal Indígena (AAFI) da aldeia. Vale ressaltar que esse profissional faz parte de uma categoria ainda não reconhecida pelo Governo do Estado. São formados pela Comissão Pró Indígena do Acre - CPI/AC e atualmente constituem um total de aproximadamente 150 agentes em diversos estágios de formação. Destes, 29 são remunerados pelos trabalhos que realizam em suas aldeias.

Eles possuem atribuições bem definidas no âmbito de sua formação: são responsáveis por coordenar a vigilância de seus territórios, bem como trabalhar no desenvolvimento e fortalecimento de atividades destinadas à área de produção, tais como a produção de mudas, construção de viveiros e sementeiras, implantação de SAFs, plantação nos roçados, dentre outras.

Com o término do projeto, o governo acreano, através das ações de mitigação, potencializou as atividades de recuperação das áreas alteradas, possibilitando a presença de técnicos e implementando novas atividades com a perspectiva de garantir a segurança e a sustentabilidade local. Vale salientar que o referido projeto não fez parte da compensação ambiental.

4.4.2 Cenário do presente

No cenário que compreende a contemporaneidade, alguns dos problemas identificados no passado continuam existindo, como, por exemplo, a falta de recursos naturais, ocasionada pela ausência de mata virgem e pela degradação ambiental na maior parte da TI.

Todavia, a principal ameaça está diretamente relacionada com o tamanho da terra, considerando que a população tem aumentado consideravelmente nos últimos anos. Sobre isso, o cacique Assis Gomes (*Txanamashã*), num depoimento recente, ressalta: “nossa gente está aumentando e com isso estamos ficando sem espaço para construção de novas casas de moradias e também sem terra que nos permita plantar nossos produtos. Estamos cercados por três grandes fazendas, além dos 47 posseiros que estão instalados ao longo do ramal”.

Por outro lado, outros problemas foram amenizados ou até solucionados, como, por exemplo, a água, que no passado emergia com uma das principais necessidades dos moradores e, hoje, já não faz parte das reivindicações por conta da construção de poços artesianos pela Fundação Nacional de Saúde - FUNASA.

Tendo em vista uma melhor contextualização do momento presente, as abordagens feitas pelo autor serão apresentadas por meio dos eixos temáticos que a comunidade julgou mais importante.

Saúde e Saneamento Básico

De acordo com relatos de alguns moradores, a saúde é uma área que podemos considerar razoavelmente boa. O Polo Base de saúde está localizado no município de Tarauacá numa distância de apenas 08 Km e sempre que a comunidade solicita um carro ou um profissional da área, em casos de emergência, esta é rapidamente atendida.

Como já foi mencionado, a necessidade da água foi praticamente resolvida, mas há a necessidade de algumas reparações no que se refere à saúde: construção de banheiros e privadas; ampliação dos poços artesianos; melhor atuação das equipes de saúde que prestam serviços nas aldeias, possibilitando, inclusive, condições adequadas para que o Agente Indígena de Saneamento (AISAN), responsável pelo tratamento da água na comunidade, possa desenvolver suas atividades.

Outro aspecto relacionado à saúde, diz respeito à preservação das ervas medicinais, que fazem parte da chamada medicina tradicional Huni Kui. Essas plantas e o conhecimento do seu uso para curar doenças são algo intrínseco à cultura desse povo e ainda bastante preservadas pelos mais velhos. São encontradas no pequeno terreno composto por mata virgem, já dentro dos limites da TI. A comunidade por meio de reuniões internas, não permite que essa área seja brocada ou derrubada, como ressalta o pajé Afonsinho:

Estamos preservando esse pedacinho de floresta que ainda contem algumas espécies de ervas medicinais e que usamos no dia a dia para curar doenças do tipo: gripe, dor de cabeça, inflamação, dor de parto, tontura, picada de cobra, dor de dentes, hemorragia, dor de ouvido e queimadura, além de outras que servem para outros fins. Antigamente, apenas eu e Alfredo conhecíamos nossa medicina e através de nosso tratamento muitos ficaram curados. De uns anos pra cá, as pessoas mais jovens se interessaram em aprender. Nós estamos repassando pra elas para que, mais na frente, também façam como nós estamos fazendo hoje (Pajé Afonsinho, TI Colônia 27, depoimento em: 13 de agosto de 2012).

No momento em que eu praticamente encerrava minha conversa com o pajé Afonsinho, Maná, que estava ao nosso lado, relatou uma experiência inusitada vivenciada por ele quando ainda morava em Rio Branco, retratando um segredo escondido em lugares que poucos conhecem:

Eu ainda morava em Rio Branco quando, numa determinada noite, de repente, comecei a me sentir muito mal. Sofria com fortes dores no estômago e vômito. Imediatamente liguei pra cá e na oportunidade falei com Edson, filho do pajé Afonsinho. Como ele estava longe, sendo quase impossível fazer alguma coisa para cessar aquele sofrimento que ocorria comigo, ele apenas pediu que eu colocasse minha mão sobre o local da dor. Segui suas orientações e acreditei muito na minha cura, pois creio no poder das pessoas que conhecem esses segredos milenares que transcendem aquilo que chamamos de normal. Estes são guardados, preservados e devem ser utilizados no momento certo. Sendo assim, consegui dormir tranquilamente e sem a dor no estômago e sem vômito (Manoel Kaxinawa, TI Colônia 27, depoimento em: 16 de agosto de 2012).

Educação escolar indígena

De acordo com os dados quantitativos fornecidos pela Secretaria de Estado de Educação (SEE), por meio da Gerência de Educação Escolar Indígenas (GEEI), o cenário do Acre no âmbito da educação diferenciada destinada aos povos indígenas é o seguinte: 1.607 alunos indígenas matriculados na rede municipal e 3.843 na unidade estadual, totalizando 5.450 alunos (SEE/GEEI, 2010).

Com relação aos professores indígenas, 43 pertencem à rede municipal e 193 ao estado, perfazendo 236 professores. Ainda de acordo com a entidade, esse retrato se amplia ao adicionar os professores indígenas em processo de formação continuada, dos quais 76 deles atuam no ensino fundamental, 92 no ensino médio, 66 cursam o ensino superior e 02 possui curso superior completo.

A produção, distribuição e difusão de materiais didáticos e paradidáticos são alguns dos elementos que garantem a afirmação das identidades étnicas e a recuperação da memória histórica dessa diversidade cultural encontrada nos povos indígenas.

Etnias como Shanenawa, Katukina, Jaminawa, Huni Kui, Shawãdawa, dentre outras, possuem suas cartilhas produzidas no próprio dialeto tradicional e traduzidas para a língua portuguesa, sendo estas de autoria de professores indígenas que, em sua grande maioria, produzem nos contextos dos cursos de formação, podendo contar ainda com a participação de outros atores sociais, tais como: agente agroflorestral indígena, agente indígena de saúde, cacique, representante de mulheres e pajé.

Trazendo essa discussão para a TI em estudo, observou-se a existência de uma escola na aldeia construída pelo Governo do Estado, proveniente das medidas de mitigação, mas que, infelizmente, encontra-se em péssimas condições de uso, precisando urgentemente de uma nova estrutura.

A referida escola foi construída em meados de 2003, por meio das ações de mitigação, sendo que, nesse mesmo período, outras terras indígenas também foram contempladas com esse benefício. O fato é que as estruturas foram edificadas por empresas terceirizadas, não havendo acompanhamento por parte do estado e, muito menos, por parte das comunidades indígenas, resultando em obras deficientes, onde muitas delas foram feitas de madeira verde e de qualquer jeito, o que facilitou o aparecimento de inúmeras falhas em suas estruturas físicas.

Vale ressaltar que durante o tempo que estive na referida aldeia realizando minha pesquisa de campo, percebi pessoas trabalhando na retirada de madeira para construção de uma nova escola, segundo informou o cacique *Txanamashã*.

A educação é bilíngue, ministrada para alunos da 1ª a 4ª série. Em conversas com os professores, fui informado do revezamento que existe entre eles: a professora Amanda Gomes leciona pela parte da manhã, tendo como público alvo os alunos da 1ª a 2ª série, enquanto que o professor Francisco Felipe desenvolve suas atividades para os alunos da 3ª a 4ª série.

Nesse contexto, surge um problema que vem se arrastando já há algum tempo na maioria das terras indígenas: os alunos que concluem a 4ª série são automaticamente empurrados para as cidades mais próximas com objetivo de continuar estudando. No caso da terra em questão, os alunos não possuem residências no município de Tarauacá, o que os abrigam, todos os dias, a fazerem longas caminhadas. Fazem o percurso aldeia/cidade/aldeia, totalizando cerca de 16 km.

De acordo com Maná, os professores sentem bastante dificuldade para ensinar aos alunos sua língua materna (*Hãtxa Kui*), bem como contar suas histórias. Mas, ressalta que essa situação já esteve bem pior, já que, atualmente, como estratégia, os professores estão desenvolvendo suas atividades em parceria com outros atores internos: pajé, Agente Agroflorestal e Agente Indígena de Saúde (AIS).

Maná questiona o fato dos indígenas, de modo geral, se formarem em áreas específicas e não terem oportunidade de atuarem em suas aldeias desenvolvendo atividades inerentes à sua formação. Para melhor entendimento, ele cita o técnico florestal Ramalho Gomes (seu genro e filho do cacique *Txanamashã* e residente na Aldeia Colônia 27): “Ramalho se formou na Escola da Floresta²⁶ com a perspectiva de atuar dentro de sua aldeia, tendo em vista os inúmeros problemas ambientais existentes, mas, infelizmente, o trabalho que ele conseguiu foi no Aeroporto de Tarauacá, numa área totalmente desvinculada da qual foi formado”.

Antes de dar seguimento à próxima temática, aproprio-me do ensejo para frisar que, mesmo diante das diversas dificuldades, a educação tem um lugar de destaque na aldeia, pois, a duras penas, tem promovido importantes resgates culturais.

Sabemos que falta muito para que essa política pública preencha as lacunas herdadas do período colonizador, mas, em comparação com o passado, pode-se dizer

²⁶ A Escola da Floresta trata-se de uma unidade estadual (antigo colégio agrícola) que oferece cursos técnicos em diversas áreas de formação.

que muitos paradigmas foram quebrados, lutas foram ganhas, espaços conquistados e assim vieram, sem dúvidas, as mais relevantes vitórias.

Apesar das adversidades, o momento é de avanço. No caso dos Huni Kui da aldeia Colônia 27, cabe aos moradores analisarem o passado para implementar ações positivas no presente e para poder projetar o futuro com perspectivas de uma vida melhor para as gerações vindouras. A educação, assim como a cultura, é uma vertente poderosa que apresenta reais condições de promover a sustentabilidade social e de servir como “carro chefe” para outras esferas de desenvolvimento comunitário.

Quando pensamos a política de educação para povos indígenas dentro de um contexto mais amplo, percebemos que muito se discute a respeito da construção de uma política de educação diferenciada e eficaz para os povos indígenas. No entanto, de modo geral, o que ainda se constata são ações sendo pensadas e executadas de fora para dentro, sem a participação efetiva dos indígenas.

Até existe uma sinergia entre alguns atores responsáveis pela implementação dessa política pública e, por que não dizer, que há uma boa intenção por parte deles. Mas, geralmente, a implementação dessas políticas se dão de forma homogênea, deixando os indígenas sem poder de decisão, subestimando a capacidade de serem protagonistas no delineamento de suas atividades.

Contraopondo essa realidade, acredita-se que seja possível a promoção de uma educação bilíngue, ou seja, uma educação transmitida na língua materna e no português, que concilie os valores tradicionais dos povos indígenas com os códigos da sociedade não indígena. No entanto, esta deve ser elaborada e executada com a participação efetiva e contínua dos indígenas.

Segundo Luciano (2010), para que a língua portuguesa ensinada nas escolas indígenas não ocupe o lugar da língua materna, recomenda-se criar estratégias que possam garantir a participação dos professores e pais de alunos durante o processo de construção da tão falada “educação diferenciada”. A língua portuguesa, dessa maneira, apareceria nesse cenário com uma segunda língua e com uma função de fortalecimento do dialeto tradicional.

Produção e segurança alimentar



Figura 04 - Sistemas Agroflorestal da Aldeia Colônia 27 (foto Francisco Apurinã)

Ao longo dos anos, essa temática foi a que mais recebeu investimento das instituições parceiras e a que mais preocupava os moradores, por se tratar de uma terra bastante degradada, onde os recursos naturais eram praticamente inexistentes.

Diante dessa problemática, os representantes indígenas buscaram fora da aldeia novas alternativas de sustentabilidade, o que fez com que os parceiros, sobretudo o estado, rapidamente compreendessem essa necessidade e passassem a investir na implementação de ações que suprissem, ou pelo menos amenizassem, essa deficiência.

A mudança ocorreu inicialmente por meio da execução de ações oriundas do “Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas”, que foi tratado anteriormente. Esse, sem dúvida, foi o ponto inicial da mudança.

A parte central da aldeia tornou-se um amplo sistema agroflorestal, atualmente responsável pela diversificação do cardápio alimentar da comunidade. Nos roçados, além de frutíferas, também são encontradas espécies madeireiras, frutas nativas e palmeiras.

A implantação de SAFs tem promovido alternativas ambientais, socioculturais e econômicas para essa população, visto que sua proposta é enriquecer o território com espécies variadas. Busca-se, desta forma, favorecer o meio ambiente e a melhoria da dieta local, com a diversificação de alimentos, que também podem atrair e beneficiar a fauna, além da possibilidade de aumento da renda com a comercialização do excedente da produção no futuro.

Além dos SAFs, a agricultura para a subsistência dos moradores é cultivada nos roçados de maneira tradicional, de modo que tais unidades podem ser tanto de produção coletiva como de produção particular, nas quais também é utilizado o sistema de plantio consorciado de diversas espécies como macaxeira, milho, banana, abacaxi, jerimum, inhame, taioba, cará e mamão.

O Governo do Estado, a partir de 2003, por meio das medidas de mitigação, potencializou as iniciativas produtivas e ainda implementou a piscicultura e a avicultura, promovendo mais alternativas alimentares e econômicas. Atualmente, a comunidade dispõe de 12 açudes oriundos do plano de mitigação, que vem sendo implementado há 11 anos.

Para essas ações foi prevista a aquisição de alevinos, rações para as diversas fases de crescimento, oficinas na comunidade para criação e manejo de peixe e aves, como atividades complementares. Tais açudes, além de terem objetivos claros e específicos, também foram fundamentais para suprir a falta dos igarapés perenes, possibilitando aos moradores o acesso à água durante o ano todo.

Antigamente, quando a caça e a pesca escasseavam em determinada área, os indígenas eram livres para se deslocarem e procurarem lugares onde houvesse fartura desses produtos. Hoje, devido à restrição de seus territórios e ao aumento da população, a tendência natural é o esgotamento progressivo dos recursos naturais, principalmente da caça e da pesca.

Conforme depoimento pessoal de Maná, conclui-se que a segurança alimentar é considerada prioridade para a comunidade, segundo ele mesmo enfatiza:

A produção e a segurança alimentar das nossas famílias são prioridade pra nós moradores. A falta de recursos naturais culminou diretamente na ausência de alimentos nas nossas mesas, desde as primeiras famílias que aqui chegaram. Diante desse panorama e pela explícita necessidade, os moradores souberam aproveitar bem o apoio prestado pelo governo nessa área. Atualmente, nossa comunidade dispõe de 12 açudes para criação e manejo de peixe, além de servir para outros usos domésticos. Os açudes são divididos por famílias, as quais se organizam internamente para acessar o pescado. A mesma coisa ocorre com a avicultura, sendo que nesse caso, são construídos pequenos galinheiros próximos às residências. Ainda com relação à piscicultura, está prevista a construção de mais um açude e aquisição de 100 mil alevinos, consideradas as últimas ações de mitigação (Manoel Kaxinawa, TI Colônia 27, depoimento em: 15 de agosto de 2012).

Considerando o número de açudes existentes na comunidade, não é possível que cada família tenha um, pois os números não são compatíveis, visto que existem mais famílias do que açudes. Assim, para que todos acessem o benefício, os moradores se organizaram internamente, criando algumas estratégias no sentido de que haja um revezamento dos chefes de famílias nas atividades destinadas à piscicultura. Dessa forma, segundo eles, todos trabalham, cuidam, acessam o pescado e ninguém sai prejudicado.

Ainda no âmbito interno, as principais lideranças se reuniram para tomarem mais uma decisão importante do ponto de vista organizacional e do crescimento econômico da aldeia: decidiram que 40% da comercialização do peixe e das aves serão destinados a OAKATI 27, para sua instrumentalização e em benefício da própria comunidade.

Cultura Material e Imaterial



Figuras 05 e 06 - artesanatos Huni Kui, indumentária, tecelagem, colares e brincos (foto Francisco Apurinã)

Pude contemplar muitas coisas boas durante minha permanência na Aldeia Colônia 27, inclusive algumas não posso deixar de citá-las: a exclusão da bebida alcoólica; a integração e a responsabilidade dos comunitários frente às atividades desenvolvidas por eles; e, principalmente, o fortalecimento cultural.

Segundo Maná, nos últimos três anos, a cultura se fortaleceu surpreendentemente. A comunidade voltou a praticar seus usos e costumes tradicionais. Os *Kenês* (desenhos), que já haviam sido esquecidos, foram resgatados por meio de intercâmbios culturais com outras terras indígenas do povo Huni Kui.

Parte da renda que adentra a comunidade é proveniente do crescimento da produção e da comercialização dos diversos artesanatos. Trata-se de um trabalho organizado e coordenado pela mestra Marlene Martins ou *Aiani* (esposa de *Maná*). Ela dedica parte do seu precioso tempo trabalhando na produção e aprimoramento de

novas técnicas para a confecção dos diferentes produtos e ainda acha tempo para repassar suas práticas para outras pessoas da aldeia.

Nesse contexto, ouvi de Maná um comentário simples e sucinto, porém bastante emocionante sobre o empoderamento da cultura que sua comunidade vive atualmente:

Logo que chegamos aqui, depois de praticamente 20 anos morando na cidade de Rio Branco, minha filha *Rani*, infelizmente falecida em 2011, ao perceber a vulnerabilidade cultural que nossa comunidade sofria em decorrência de inúmeros aspectos, assumiu como algo pessoal o compromisso de trabalhar em prol do fortalecimento tradicional. Ela foi até outras comunidades do povo Huni Kui em busca de resgatar algumas das práticas que os moradores desta aldeia haviam esquecido. Trouxe para nós e repassou para as mulheres da nossa aldeia. Além disso, ela ocupava o cargo de professora, mas ajudar seus parentes a praticar novamente seus rituais sagrados, era seu maior desafio. Movida por muito interesse e dedicação, acabou motivando as outras pessoas, em especial as mulheres. Para quem conhece nossa comunidade e consegue fazer uma análise dos últimos quatro anos, vai perceber a significativa mudança ocorrida em diversas áreas temáticas, sobretudo na parte da cultura. A cultura é a nossa base e nossa referência, inclusive para as tomadas de decisões, ela é inerente a tudo e tudo está ligado a ela (Manoel Kaxinawa, TI Colônia 27, depoimento em: 17 de agosto de 2012).

Fica claro que a venda de artesanatos é uma das alternativas de renda da comunidade, que também está ligada à atividade extrativista. O processo se inicia por meio da coleta de diversas sementes e de espécies peculiares: tucum, jaci, jarina e murmuru, que são tipos de palheira, cujos talos novos são retirados e utilizados para fazer cestaria para diversos fins.

Esse é um cenário bastante amplo do ponto de vista da diversidade de produtos naturais que são coletados na floresta e usados na produção dos artefatos e de outras artes. É retirada tinta do urucum, jenipapo e de cascas de diversas plantas, como a casca do murici, do abacate e do aguano, que após um processo tradicional, são expressas nas pinturas corporais, tecelagem e cerâmica por meio do *Kenê* (padrões gráficos da cultura Huni Kui), cujo significado está relacionado à coragem, força, poder e sabedoria.

Os produtos simbolizam toda uma história cultural do povo, milenarmente passada de uma geração pra outra, agregando um valor imaterial bem maior que o próprio valor cobrado pela venda das peças.

A tecelagem é mais uma atividade presente entre os moradores, mas, na maioria das vezes, as artesãs fabricam peças apenas para uso próprio, tais como: roupa (colete e batina), tiara, bolsa, manta, cinto, chapéu, tapete, pulseiras e toalha.

Em conversa com Marlene Martins (mestra artesã), ela informou que há interesse da comunidade, em especial das artesãs, em ampliar o plantio e o manejo do algodão, como forma de estimular a produção da tecelagem tradicional, bem como transformá-la em renda, o que já tem acontecido. Ela ainda informou que as mulheres artesãs Huni Kui conhecem mais de 40 tipos diferentes de *Kenê*, além das inúmeras técnicas de tecelagem.

Território/territorialidade

Para o povo Huni Kui, além da terra estar dentro de um circuito cultural fundamentalmente relevante para sua sobrevivência, ela é também a dona deles, como ressaltou Manoel Kaxinawa:

Nós, Huni Kui, não somos donos da terra, pelo contrário, ela é nossa dona. Continuamos vivos não porque somos bons, mas por que ela é boa, tão boa que nos suporta, mesmo fazendo mal a ela. Ela nos ensina a todo instante como se comportar diante da beleza que nos proporciona de graça, sem cobrar absolutamente nada. Por outro lado, nós seres humanos insistimos em desobedecer a esses ensinamentos que são repassados por meio da codificação entre o homem e a natureza. Fica evidente que poucos entendem o que a terra quer de cada um de nós (Manoel Kaxinawa, TI Colônia 27, depoimento em: 17 de agosto de 2012).

Como se observa, para os Huni Kui a terra ganha mais relevância por ser vista como responsável pela existência da vida e a continuidade dela. Partindo desse pressuposto, a terra significa tudo e todos dependem de sua existência e manutenção.

Depois dessa aula sobre o significado da terra sob a ótica Huni Kui, Manoel disse que, apesar das dificuldades, sente-se contente com a pequena área de terra habitada por eles, mas, ao mesmo tempo, resalta a importância de que esta seja ampliada.

Informa que as lideranças reivindicaram a ampliação dos limites de sua terra, incorporando as pequenas ilhas de mata bruta presente na fazenda vizinha, onde estão localizadas ervas medicinais utilizadas pela comunidade e também nascentes de igarapés importantes, como o buriti e carvalho.

De acordo com ele, o processo de reivindicação já está tramitando na FUNAI e com possíveis possibilidades de aprovação. Mas esse otimismo entusiástico, que antes era explícito entre os moradores, ficou fragilizado a partir da discussão que tramita no Congresso Nacional referente à demarcação das terras indígenas.

A proposta que mais tem preocupado os indígenas é a Proposta de Emenda Constitucional - PEC 215/00, que proíbe a ampliação das terras indígenas e transfere para o legislativo o poder de decisão do processo demarcatório. Ainda sobre o assunto, a Portaria nº 303 da Advocacia Geral da União também traz prejuízos territoriais aos indígenas, pois, dentre outros, busca autorizar a instalação de projetos e atividades no interior de suas terras, sem a necessidade de consulta às suas comunidades.

Para finalizar esse assunto, perguntei ao Maná o que ele achava da atuação da FUNAI e do Governo do Estado do Acre na contemporaneidade e ele respondeu o seguinte:

O governo já foi mais atuante em nossa comunidade. Hoje, é muita teoria e pouca prática. De alguma maneira, procuramos ser compreensivos, acreditando que essa inoperância ou mesmo falta de compromisso deve-se ao fato dos organismos públicos não disporem de recursos humanos (técnicos) suficiente para implementar suas propostas e/ou as reivindicações das comunidades. Outro fator que me chama muito atenção é a falta de oportunidade para os estudantes indígenas: muitos alunos estão saindo de suas aldeias para darem continuidade aos seus estudos nos municípios mais próximos e, pela falta de apoio, principalmente de hospedagem e transporte, acabam desistindo e tendo que retornar para a aldeia. Já com relação ao órgão indigenista existente para garantir os direitos dos povos indígenas, não precisa fazer nada além do que é de sua responsabilidade. Não pode fugir de suas atribuições, fazendo isso, já é muita coisa (Maná, depoimento em: agosto de 2012).

4.4.3 Cenário do Futuro

Diante das inúmeras conversas realizadas com as lideranças indígenas, foi unânime a vontade dos moradores em proporcionar às futuras gerações uma vida diferente da qual eles passaram, e ainda passam em virtude das dificuldades apresentadas pela área que ocupam atualmente.

As perspectivas dos moradores estão direcionadas para a recuperação das áreas degradadas com espécies nativas e frutíferas; para o fortalecimento da cultura material e imaterial; melhoramento da educação; garantir a sustentabilidade através da

segurança alimentar; fortalecer o atendimento das equipes de saúde que atuam dentro da comunidade; e, por fim, formar pessoas da aldeia em diversos cursos acadêmicos.

Este último anseio foi o mais enfatizado pela maioria dos entrevistados, pois acreditam que somente assim poderão ser os principais protagonistas na execução de seus trabalhos, bem como adquirir autonomia e estabelecer uma relação de reciprocidade e respeito com as entidades parceiras.

De acordo com a leitura que Maná faz da trajetória do povo Huni Kui, ressalta que antes cada terra indígena ficava isolada, mas que hoje as coisas mudaram. Seu povo consegue se articular politicamente, mesmo morando distante uns dos outros e foi dessa forma que eles obtiveram êxito nas últimas eleições, conseguindo eleger no estado Acre dois vereadores: Decio Kaxinawa, no município de Feijó, e Naço Kaxinawa, no município de Tarauacá.

Maná relata que pretende fazer uma avaliação no ano de 2019, exatamente no último dia do ano, ocasião em que pretende reunir as principais lideranças de sua aldeia para juntos analisarem as atividades sob a ótica do passado, presente e futuro. Segundo ele, talvez dessa maneira possa haver subsídios e parâmetros suficientes para poder pensar as ações futuras, vislumbrando uma melhor qualidade de vida por meio da sustentabilidade para as gerações atuais e, principalmente, para os núcleos familiares vindouros.

Concluiu sua fala afirmando categoricamente o seguinte – “o mundo vive em constantes mudanças, já o povo Huni Kui permanece sempre o mesmo, apesar de sofrer forte pressão todos os dias pra sermos diferente. Mas, caso isso aconteça, nós deixamos de ser indígenas Huni Kui”.

4.5 IMPACTOS GERADOS PELA PAVIMENTAÇÃO DA BR-364

Durante o Estudo de Revisão do Componente Indígena da BR-364, foi enfatizado que os povos que estivessem nas imediações do local de construção da rodovia sofreriam os males permanentes do contato com a sociedade não indígena, visto que com a abertura da estrada muitos municípios se formariam no seu entorno.

Como ressalta Silva (2001), temos vários exemplos no Brasil onde a abertura de estradas próximas ou em áreas de preservação com presença de povos indígenas foi desastrosa para essas comunidades indígenas impactadas.

Ainda de acordo com o autor, a partir de setembro de 1984, concluído o asfaltamento da BR-364 entre Cuiabá e Porto Velho (1504 km), processou-se o aumento assustador do fluxo de pessoas e mercadorias, alterando o relacionamento dessa região com outras do país e acelerando o processo de ocupação da área. Tais processos de ocupação, quando não planejados e monitorados adequadamente pelas diversas instâncias do poder público, acabam por gerar graves distorções sociais e danos irreparáveis ao meio ambiente.

A implementação das obras da estrada que culminou na instalação da BR-364 trouxe consequências marcantes e irreparáveis às populações indígenas do Acre. A medida que as atividades eram realizadas, as comunidades indígenas passaram a sentir os diversos impactos socioambientais e culturais (CÂNDIDO, 2010, p:23).

No caso do Acre e especificamente da TI em estudo, as obras da rodovia contribuíram para a intensificação do consumo de bebidas alcoólicas durante e depois da abertura da estrada. Por meio do crescimento do tráfego comercial, vieram a prostituição, as invasões das áreas por caçadores e pescadores clandestinos, e a exploração ilegal de madeiras e outros recursos naturais. A abertura da estrada promoveu também uma migração para a região, que intensificou a disputa por terras e a invasão das áreas indígenas.

Diante dessa realidade, percebe-se que, se por um lado a abertura de estradas facilita o trânsito de pessoas e o acesso a serviços e bens de consumo, por outro, pode, de alguma maneira, transforma-se em problemas sociais complexos e alguns irreversíveis, como no caso dos impactos culturais que agredem diretamente o modo de vida da comunidade.

Ainda se tratando da vulnerabilidade cultural decorrente dos efeitos negativos causados pelo asfaltamento da estrada e também pela proximidade com a cidade de Tarauacá, é inevitável a entrada de práticas que não fazem parte do universo do povo que ali habita, o que leva, gradativamente, a uma substituição dos costumes tradicionais por valores que não condizem com a realidade coletiva dos povos indígenas.

Como exemplo, pode-se citar os eventos culturais que deixaram de acontecer por algum tempo, dando lugar às festas do branco, movidas a muita barulheira de som mecânico ou de pequenas bandas. A caçuma ou *Matxu* foi trocada pelos mais variados tipos de bebidas alcoólicas. A língua materna deu lugar à língua portuguesa.

Isso sem falar nos ritos que foram deixados de lado, como a pajelança e outras festividades tradicionais: dança do *Txiri* (gavião), festa do *Katxanawa* (comemoração pela boa colheita de legumes), as noite de *Nixipe* (Ayahuasca), os diversos momentos do rapé.

Vale ressaltar que a partir do momento em que os moradores voltaram a praticar seus costumes tradicionais, herdados de seus ancestrais, as coisas de fora que estavam sendo prejudiciais à comunidade em seus mais diversos aspectos, sobretudo,

na questão social e cultural, automaticamente foram deixadas de lado, ficando sem nenhuma importância.

Por outro lado, é inegável que a construção da estrada e a interligação do Vale do Juruá trarão grandes benefícios não só para a população indígena, mas a todos que precisarem escoar sua produção de alimentos, de remédios, dentre outros.

Nesse sentido, é extremamente insensato afirmar que a estrada causou apenas efeitos negativos a essas populações. Acredita-se que a construção de um empreendimento dessa natureza sempre terá seus impactos negativos e positivos. Nesse caso, cabe aos órgãos responsáveis fortalecer os impactos positivos gerados pelo empreendimento e minimizar ao máximo os impactos negativos causados pelas obras de instalação.

Em relação aos efeitos positivos, vale ressaltar que é difícil mensurar sua intensidade no âmbito das TIs impactadas diretamente pela BR-364. Porém, com uma experiência de dez anos prestando serviço para o Governo do Acre, percebo que o asfaltamento da estrada possibilitou que pacientes se deslocassem com mais rapidez para outras cidades que possuem um atendimento médico mais qualificado; os produtos que abastecem os comércios de Tarauacá e, conseqüentemente, as aldeias, chegam hoje com preço mais acessível; melhorou o turismo nas TIs, bem como o escoamento e comercialização dos produtos indígenas, adicionando inclusive um valor mais condizente com o trabalho realizado.

O artesanato indígena agrega um valor imaterial muito significativo em cada peça produzida por meio dos *Kunês* (desenhos). Nesse sentido, a estrada também facilitou essa valorização, bem como a participação de muitos artesãos indígenas em feiras realizadas em diversas capitais do Brasil, como forma de disseminar sua produção.

A questão é planejar e monitorar permanentemente essas áreas afetadas e definidas como prioritárias, mas, para isso, o Governo do Acre no papel de impactador deveria dispor, além de recursos humanos suficientes, de uma ferramenta que permitisse avaliar e monitorar as ações executadas em seus intervalos de execução com base nos impactos positivos e negativos identificados.

A análise daquilo que foi considerado positivo ou negativo decorrente da construção da BR-364, esteve presente durante a realização do meu estudo de campo, momento em que pude observar por meio de depoimentos pessoais uma percepção dual de algumas lideranças. Ao mesmo tempo em que elas mencionavam a relevância

das ações, não escondiam a insatisfação da falta de acompanhamento e monitoramento pelas instituições executoras, fator determinante para o êxito dos trabalhos.

Durante minha permanência na aldeia, foi inevitável não ver alguns trituradores de grãos sem serem utilizados pela falta de instalação por parte dos profissionais responsáveis. Esses equipamentos foram adquiridos por meio das medidas mitigadoras e tinham como propósito fomentar o empoderamento da criação e manejo de galinha e peixe por meio da produção de ração na própria TI.

4.5.1 Medidas de mitigação e compensação decorrentes dos impactos negativos

Em 2001, foram realizadas as audiências públicas nos municípios acreanos de Mancio Lima, Tarauacá e Feijó. Nessas oportunidades, foi apresentado o EIA/RIMA da BR-364 para o órgão licenciador e aos demais segmentos competentes, com intuito de ser avaliado, aprovado e pactuado entre o Governo do Estado e as comunidades indígenas impactadas pela estrada.

As audiências foram realizadas em apenas um dia em cada município, tempo insuficiente para estabelecer um diálogo transparente e consistente do ponto de vista da construção de perspectivas positivas e sustentáveis. Considerou-se a participação indígena bastante tímida, resultando numa lista de reivindicações feita pelos indígenas, desconsiderando a diversidade temporal e cultural de cada povo (ARAÚJO, 2007).

Como resultado das audiências públicas, foi elaborado o Plano de Mitigação prevendo medidas de curto (06 meses), médio (12 meses) e longo (18 meses) prazo, e ainda ações de caráter geral e emergencial (ver planilha a seguir), que, por sua vez, foram executadas de maneira dispersa e sem sintonia entre os atores públicos. Insatisfeitas, as lideranças indígenas prejudicadas solicitaram a revisão do Componente Indígena, entre elas, as representantes da TI Colônia 27.

Em seguida, será apresentado um quadro geral das ações propostas e executadas no âmbito das medidas mitigadoras pelo Governo do Estado, segundo dados do DERACRE (2009).

Tabela 03 - Plano de Ações Mitigadoras/Componente Indígena da BR 364 - Trecho: Terra Indígena Colônia 27 (DERACRE, 2009)

Item	Ação Prevista	Prazo	Ação Realizada	Executor
1.0	Ações na área de Produção			
1.1	O plano consta uma série de ações discutidas com as comunidade que visam, a longo prazo, a autogestão de cada TI contemplando os seguintes aspectos: manejo de caça e recurso hídricos, intensificação da agricultura tradicional, criação de pequenos animais, manejo de espécies florestais não madeireiras, infraestrutura produtiva, tudo de acordo com as demandas e necessidades de cada comunidade.	CP/LP	Realização do Plano de Gestão da TI.	SEMA
1.2	Elaboração de projetos com recursos a serem captados nas seguintes fontes financiadoras: FNMA, PDPI, BID e outras. A SEPRO/SEATER estará responsável pela elaboração do plano e vai apoiar na elaboração dos projetos e captação dos recursos e assessoramento na gestão. O gerenciamento e execução será de responsabilidade da organização indígena.		Recuperação de 26 ha de área degradada.	
1.3			Distribuição de mudas e sementes; e Entrega de Equipamentos Diversos (Roçadeiras, debulhador de milho, desintegrador de grãos, Kit AAFI, móveis e equipamentos para casa de comercialização etc)	SEATER DERACRE
1.4			Apoio ao transporte da	

			produção agrícola para a sede do município de Tarauacá.	
2.0	Ações na Área de Saúde			
2.1	Vigilância Epidemiológica - esta ação age conforme a demanda e visa o controle de doenças através de: coleta de dados sobre o n.º de casos de doenças, recomendações das medidas de controle, avaliação da eficácia das medidas adotadas e divulgação de informações.	Permanente		SESSACRE
2.2	Vigilância Sanitária - visa orientar a comunidade sobre as ações básicas de higiene, disposição de lixo e tratamento de água p/ consumo, através de: palestras educativas, distribuição de hipoclorito de sódio, orientação na construção de privadas (fossa-seca), orientação quanto às normas técnicas sobre lixo domiciliar, distribuição de panfletos educativos, orientação técnica na perfuração de poços tipo amazonas e orientação quanto a distância mínima entre privada e poço.	Permanente		SESSACRE
2.3	Programa Estadual de Imunização - visa à vacinação das comunidades, através de: distribuição de insumo básico (seringas, agulhas, algodão, cartão de vacina e boletim de doses aplicadas), treinamento e capacitação de pessoal para atuar nas campanhas de vacinação.	Permanente		SESSACRE
2.4	Encontros de lideranças indígenas sobre DST E AIDS - serão realizados 02 encontros (um a CP e	CP		SESSACRE

	outro a MP).			
2.5	Oficinas de trabalhos dirigidas às mulheres indígenas em DST E AIDS - será realizada 01 oficina.	CP		SESSACRE
2.6	Obras e serviços de construção de sistema de abastecimento de água e melhorias sanitárias.	CP/MP		UNI/FUNA/DEAS
2.7	Construção do posto de Saúde.	CP		UNI/FUNASA
2.8	Supervisão periódica das condições sanitárias e de saúde nas frentes de trabalho da obra.	CP/MP		SESSACRE/FUNASA
2.9	Programa de saúde da mulher, campanha de prevenção de câncer.	CP		SESSACRE
3.0	Ações na Área de Educação			
3.1	Estágio Supervisionado para acompanhamento dos professores indígenas em suas práticas pedagógicas.	CP		SEE
3.2	Manutenção e equipamentos das escolas indígenas.	CP		SEE
3.3	Equipar escolas indígenas com biblioteca e kit didático.	CP		SEE
3.4	Renovação de contrato de professores até a sua formação e contratação definitiva.	MP		SEE
3.5	Elaboração de material didático confeccionado por professores e alunos e editado pelo Estado.	MP		SEE
3.6	Formação de professores em magistério e técnico em educação escolar indígena, local Cruzeiro do Sul/AC.	CP/MP		SEE
4.0	Ações na Área Fundiária			
4.1	Ampliação da terra indígena, através da compra efetivada pelo Governo.	CP		SEPRO
5.0	Ações na Área Vigilância, Fiscalização e Infraestrutura			
5.1	Implantação de energia proveniente do Programa Luz no Campo.	MP		SEPRO
5.2	Construção de 04 açudes, essa atividade deverá ser	CP	Construção de 08 açudes;	DERACRE

	articulada e executada em parceria com a prefeitura de Tarauacá, projeto: Implantação de Unidades e Produção de Pescado (convênio Prefeitura/MMA) já em andamento.		distribuição de 95.300 alevinos.	
5.3	Dar treinamento gerencial e administrativo para algumas pessoas da comunidade indígena.	CP	Curso de Gerenciamento Institucional.	DERACRE/UNI/ FUNASA/FUNAI
5.4	Fornecer treinamento de fiscalização para a comunidade.	PC	Oficina de Implantação e/ou Potencialização de SAFs; Curso de Manejo de Recursos Pesqueiros.	FUANI/IBAMA/ IMAC/UNI
5.5	Melhorar as condições de trafegabilidade do ramal Epitácio Pessoa.	CP/MP	Abertura e manutenção de 3,8 km de ramal e construção de corredor de boiada.	DERACRE
			Construção de 01 Casa para comercialização e armazenamento da produção indígena.	DERACRE
6.0	Ações na Área de Transporte			
6.1	Recuperação de um veículo TOYOTA da FUNAI p/ transporte terrestre, produção e outras necessidades.	LP		DERACRE/IMAC
6.2			Caminhão para transporte da produção agrícola.	SEATER
7.0	Ações na Área de Influência Indireta			
7.1	Ações e serviços nas áreas de educação, saúde, transporte, produção e fiscalização ambiental, adequados à população circundante. Deverá ser elaborado um programa contemplando as ações propostas.	CP/MP		SEE/SESSACR E/SEPRO/IMAC/ DERACRE
8.0	Ações na Área de Valorização da Cultura Indígena			

8.1	Pesquisa da cultura material.	CP		FEM
8.2	Incentivo à produção do artesanato.	MP		FEM
8.3	Apoio à comercialização do artesanato.	MP	Oficina de Valorização da Cultura.	FEM
8.4	Escoamento da produção.	MP		FEM/SEPRO
8.5	Disponibilização do Espaço Cultural Kaxinawa.	LP		FEM
8.6	Disponibilização do Parque da Maternidade	LP		FEM
8.7	Levantamento da viabilidade da implantação da casa de cultura.	CP		FEM
8.8	Construção da Casa de Cultura - no interior da TI com 300 metros quadrados, em madeira com piso em alvenaria e cobertura de palha.	MP	Construção de 01 Casa de Trabalho das Mulheres.	FEM/SEE/DERACRE
8.9	Aquisição de equipamentos e capacitação para artesãs indígenas (casa de cultura).	MP		FEM/SEE

A referida planilha foi criada em 2002, de lá pra cá as ações previstas foram executadas no tempo e do jeito das instituições responsáveis. Na minha passagem pela aldeia, coletei depoimentos que apontavam para efetivação de quase 100% das atividades propostas, sem, no entanto, o devido acompanhamento por parte dos órgãos executores. Por essa razão, algumas delas não tiveram o resultado almejado, como acentua o cacique Assis Gomes (*Txanamashã*):

Os trabalhos realizados em nossa comunidade pelo Governo do Estado foram muito importante pra todos nós, pois nossa qualidade de vida melhorou bastante, principalmente a partir do momento que passamos a criar peixe e galinha. Isso evitou que muito moradores se deslocassem até o mercado do município de Tarauacá em busca de alimentação. Foi oferecida, inclusive, oficinas de capacitação aos chefes de famílias responsáveis pela piscicultura e avicultura. Mas não posso afirmar que foi cem por cento, pois muitos dos trabalhos tivemos que aprender sozinhos, sem orientação. Acredito que se os técnicos estivessem presentes em nossa comunidade, talvez os resultados teriam sido mais satisfatórios (Cacique Assis Gomes, TI Colônia 27, depoimento em: 17 de agosto de 2012).

4.5.2 Diversos conceitos sob o olhar Huni Kui

Durante anos, percebeu-se inúmeros assuntos sendo abordados dentro das comunidades indígenas, sem que a maioria dos moradores compreendessem ou internalizassem de fato o que estava sendo falado, proposto ou até mesmo imposto pelos órgãos que executam as políticas públicas. Muitos dos servidores que representavam esses órgãos públicos, via de regra, não estavam preparados para lidar com a diversidade cultural e nem eram flexíveis para enxergar as necessidades do outro.

Nesse sentido, durante meu estudo de campo, busquei provocar uma reflexão nos moradores acerca de alguns conceitos que julguei relevante e que deveriam ser ponderados no meu estudo, por acreditar que tais palavras deveriam ter sido mais bem compreendidas pelos indígenas no momento dos acordos e da proposição das ações feita pelo governo.

Dessa forma, o diálogo entre indígenas e organismos públicos ficaria no mesmo nível de entendimento e com ampla possibilidade de estabelecerem relações transparentes e de interesse mútuo.

Contudo, para fundamentar minha análise e comprovar o que na verdade já era esperado, perguntei a algumas lideranças se eles sabiam o que significavam as palavras:

sustentabilidade, mitigação, compensação, protagonismo, licenciamento ambiental, dentre outras que julguei pertinente. A resposta não me surpreendeu. A maioria sinalizou que não sabia; duas ou três delas conseguiram dizer algo que eu acredito se aproximar mais do significado.

Na verdade, tais palavras, uma, mais do que as outras, são difíceis de serem entendidas não apenas pelos indígenas, mas também pelos próprios técnicos que vão às aldeias falar de assuntos que podem mexer com o destino de uma comunidade. A maioria deles não consegue se expressar de forma clara e, nem tampouco, explicar esses termos numa linguagem compreensível aos indígenas.

Os atores parceiros que entram nas aldeias para desenvolver algum tipo de trabalho devem, necessariamente, ter domínio dos assuntos que estarão em pauta. Além disso, outros requisitos são extremamente necessários: vontade de trabalhar com indígena; buscar ganhar a confiança deles; ter consciência do diferente; ser paciente ao repassar suas informações ou quando estiver ensinando algo; não padronizar metodologias; dispor de mais de uma proposta metodológica; e, acima de tudo, respeitar o outro em seus diferentes espaços e temporalidades, aquilo que a antropologia denomina de alteridade.

Sabemos que não é fácil encontrar todas essas condições reunidas, portanto, recomenda-se que as instituições indigenistas capacitem seus servidores antes de adentrarem nas áreas indígenas para desenvolver suas atividades, pois o mínimo que estes deveriam saber quando aceitam trabalhar com populações indígenas é que vão lidar com um cenário diferenciado com o qual eles não estão habituados.

Em relação à necessidade dos técnicos disporem de mais de um plano ou metodologia, desconstruindo o modelo utilizado antigamente, é com a proposta de que eles estejam conscientes de que irão trabalhar com uma diversidade étnica muito ampla, na qual cada povo indígena possui sua forma de vida, costumes tradicionais e maneira própria de enxergar a realidade. Sendo assim, não há como trabalhar com métodos padronizados.

Ainda sobre o entendimento dos indígenas de alguns termos técnicos utilizados por servidores durante a implementação das ações de mitigação e compensação, vale citar a compreensão de dois indígenas moradores da TI Colônia 27, Maná e Txanashã, que foram os únicos, dentre as pessoas abordadas, que conseguiram responder alguma coisa a respeito.

Durante o diálogo com os indígenas, fiz as seguintes indagações, reportando-me, primeiramente, ao cacique Txanamashã:

1) O que é Mitigação? Resposta: Ele foi muito contundente em responder: “É a implementação de ações pontuais como forma de aliviar o diálogo entre as terras indígenas e o Governo”. No nosso caso, muitas atividades só ocorreram na base da pressão, chegando ao ponto dos moradores prenderem servidores na comunidade por não cumprirem os acordos firmados nas datas estabelecidas em reuniões.

2) O que é Compensação em terras Indígenas? Resposta: “Tivemos audiências que falavam no asfaltamento da BR-364. O governo alegava que a estrada traria diversas coisas boas para os indígenas situados às margens dela e as coisas ruins que fossem provocadas pelas obras seriam compensadas com infraestrutura ou qualquer outra ação que os moradores achassem importante implantar, mas não foi o que ocorreu durante a execução. Essa conversa bonita ficou apenas no discurso, tornou-se uma relação de troca de favores. Por diversas vezes, tentamos manter um diálogo verdadeiro, mas o que se pactuava era sempre descumprido pelas entidades executoras, que realizavam as ações previstas no momento que achavam convenientes”.

3) O que é Desenvolvimento Sustentável? Resposta: “Posso afirmar que atualmente nós moradores da aldeia estamos fazendo o que acreditamos ser esse tal de desenvolvendo sustentável, principalmente pela falta de recursos naturais. Soubemos aproveitar bem o apoio que foi concedido a nossa comunidade. Enfrentamos inúmeras dificuldades, mas graças ao comprometimento dos moradores, onde alguns tiveram que usar dinheiro do próprio bolso, hoje, podemos dizer que a nossa aldeia possui uma cara nova e que isso reflete diretamente no melhoramento da nossa qualidade de vida”.

4) O que é Sustentabilidade? Resposta: De maneira alguma podemos afirmar que estamos vivendo a mil maravilhas, mas estamos trabalhando para tornar nossa comunidade uma referência no que tange o desenvolvimento sustentável e com isso garantir a sustentabilidade das famílias por meio dos aspectos econômico, social e cultural.

5) Como esses conceitos foram abordados na terra indígena? Resposta: “Foi discutido superficialmente, dando a entender que o governo não queria que nós compreendêssemos o que seus servidores estavam falando. As lideranças entenderam muito pouco do que estava acontecendo e, por isso, não conseguiram passar as informações para os outros”.

Dando segmento à dinâmica utilizada, as mesmas perguntas também foram feitas a Maná:

1) O que é Mitigação? Resposta: “Estudar o que deve ser bom para a comunidade diretamente afetada pela estrada, mensurando o que vai atrapalhar ou ajudar; também pode ser o registro do que foi demandado pelos indígenas”.

2) O que é Compensação em terras Indígenas? Resposta: “Execução das ações que sofreram efeitos negativos a ponto de se tornarem irreversíveis, por isso não podem ser apenas ações pontuais, deve haver sempre acompanhamento e manutenção, pois não terá fim e vai se modificando de acordo com o tempo e a dinâmica do local”.

3) O que é Desenvolvimento Sustentável? Resposta: “Ocorre principalmente por meio do conhecimento dos mais velhos, que são os atores principais na condução das atividades. Eles sabem e obedecem as leis da floresta, seguindo exatamente as orientações e as práticas deixadas pelos nossos ancestrais. Culturalmente falando, defino desenvolvimento sustentável como a partilha de um determinado alimento: ao andar na floresta normalmente nos deparamos com um pé de árvore carregado de deliciosas frutas, nesse caso, não podemos ser egoísta e comer tudo, pois delas outros animais do ecossistema também se alimentam e contribuem para o nascimento de novas árvores. Esses nomes difíceis só servem para confundir nossa cabeça. Nós já fazemos tudo isso, mas da nossa maneira tradicional”.

4) O que é Sustentabilidade? Resposta: “Comunidade feliz, falando sua língua materna, realizando suas festas culturais, roçados compostos por diversos vegetais que fazem parte do cardápio alimentar do povo Huni Kui, mas também pode ser uma comunidade consciente e qualificada para acompanhar atentamente as mudanças ocorridas constantemente em sua magnitude, sem perder o foco de suas metas e objetivos, que são intrínsecos e inerentes entre seus representantes”.

5) Como esses conceitos foram abordados na terra indígena? Resposta: “As reuniões realizadas na comunidade foram para tratar da implementação das ações. Os consultores não se preocuparam com a compreensão que tínhamos sobre tais conceitos, por isso que nem todos sabem o que significam algumas palavras. Eu consegui entender mais ou menos porque já tinha participado de outras reuniões fora da aldeia. Na verdade, nem sei se te respondi corretamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Governo Estadual do Acre, no final da década de 1990, precisamente a partir da gestão denominada de “Governo da Floresta”, assumiu o compromisso de dialogar com os povos indígenas do Acre e suas organizações representativas, permitindo que houvesse significativa modificação na relação até então existente. Dessa forma, possibilitou aos indígenas inserir suas atividades ao planejamento do estado que vislumbrava harmonizar a conservação ambiental e uso sustentável dos recursos naturais do território acreano, tendo como um dos desdobramentos – a melhoria das condições de vida das terras indígenas.

Nesse contexto, inúmeros programas foram criados, oriundos, sobretudo, dos Planos de Mitigação e Compensação como forma de garantir a sustentabilidade das TIs na área de influência direta das rodovias federais BR's 317 e 364, e a eles diversos nomes foram dados: Programa Emergencial de Desenvolvimento das Comunidades Indígenas; Apoio às Populações Indígenas; Apoio às Comunidades Indígenas nas áreas de influência das rodovias federais; Apoio à valorização cultural dos povos indígenas; Apoio à segurança alimentar, produção e gestão territorial das comunidades indígenas; Apoio ao Desenvolvimento Socioeconômico e Ambiental dos Povos Indígenas do Acre (DERACRE, 2009).

Vale salientar que tais projetos, além de outros que eclodiram ao longo dos anos, tinham como guarda-chuva, o grande programa intitulado de "Programa Integrado de Desenvolvimento Sustentável do Acre". Nota-se que os programas governamentais destinados às populações indígenas apontavam sempre para o desenvolvimento sustentável das TIs, assim como as pactuações firmadas em reuniões entre governo e indígenas seguiam também essa racionalidade.

De um lado, o governo apresentava novas alternativas de sustentabilidade como garantia de autonomia das comunidades indígenas diretamente impactadas pelas BR's. Do outro lado, estavam os indígenas dentro de um cenário com poucas opções de escolha, pois geralmente os projetos eram pensados de fora pra dentro e raramente contavam com a participação efetiva das lideranças indígenas. Tudo era novo e diferente, principalmente os diversos assuntos que eram abordados nas aldeias pelas consultorias contratadas.

Vale enfatizar que algumas temáticas continuam sem entendimento até os dias atuais. Mesmo assim, os indígenas acreditavam na melhoria da qualidade de vida, uma

vez que suas terras encontram-se ambientalmente degradadas e escassas de recursos naturais, em especial, aqueles que fazem parte do cardápio alimentar dessas etnias.

No caso da TI Colônia 27, os moradores atualmente avaliam como sendo importante o apoio do governo na execução das medidas mitigadoras e compensatórias, mas não deixam de fazer suas considerações também naquilo que eles julgam negativo e que poderia ter sido melhor administrado, sobretudo no que se refere à falta de assistência técnica de qualidade.

A referida terra é considerada a menor do estado do Acre e a mais degradada. Em levantamento realizado recentemente pelos próprios moradores da aldeia, diagnosticaram que menos de 30% da área possui cobertura vegetal, mesmo depois de terem desenvolvido diversas atividades para recuperar a área por meio da implantação de sistemas agroflorestais de maneira consorciada com espécies nativas e também frutíferas.

Diante da necessidade e da insegurança alimentar local, apresentada principalmente pela ausência de recursos naturais, a comunidade se organizou internamente para que o investimento governamental no âmbito das ações de mitigação e compensação tivesse de fato um resultado satisfatório.

Nesse contexto, e em meio às inúmeras ações, três delas se destacaram como prioritárias: fortalecimento institucional, criação e manejo de peixe em açude e a criação de galinha caipira em sistema semi-intensivo. A priori, o estado pensou para essa primeira ação o fortalecimento e qualificação dos coordenadores da associação para que eles alocassem recursos das fontes financiadoras através da apresentação de projetos.

Com relação às outras duas ações, tinham como objetivos suprir a necessidade de alimento das famílias, tendo em vista que a comunidade não dispõe de caça, de peixe ou de outros alimentos. No entanto, o monitoramento e assessoria técnica são fatores cruciais para que essas atividades sejam desenvolvidas, possibilitando, inclusive, abrir alternativas duradouras e sustentáveis para suprir a escassez de caça e proteína animal, ainda presente nessa e nas demais terras indígenas afetadas pelas obras das estradas.

As atividades de campo finalmente foram iniciadas, mas não se levou em conta as especificidades existentes entre as diversas realidades indígenas, resultando em matrizes e planejamentos descontextualizados. As demandas indígenas foram sistematizadas e homogêneas em políticas globais, ganhando forma em rubricas de gastos, previsões de desembolso, estratégias de ação, cronogramas, indicadores de

resultados e, em vários casos, termos de referência para a terceirização das atividades (AQUINO e IGLESIAS, 2005).

A forma de trabalhar um único planejamento para as diferentes situações encontradas nas TIs contempladas, inclusive de povos diferentes, resultaram, em alguns momentos, na desqualificação dos trabalhos, não atingindo de fato os resultados esperados, tanto para as comunidades, quanto para o governo.

A estrutura de recursos humanos apresentada pelo governo foi e ainda continua sendo um aspecto fundamentalmente necessário, mas deficiente. Isso refletiu durante a implementação das ações governamentais, pois não atendeu as demandas apresentadas pelas comunidades indígenas. Dentro da perspectiva comunitária, as ações foram executadas inadequadamente, desconsiderando as medidas de curto, médio e longo prazo, acordadas com os indígenas em reuniões e audiências públicas, conforme afirmou o cacique Assis Gomes (Txanamashã).

O Plano de Mitigação resultou em uma série de proposições de caráter imediato e, como já mencionado, de maneira unificada para todas as TIs impactadas. Para Araújo (2007), cabe salientar que houveram problemas de entendimento sobre o que é mitigação e compensação e daquilo que é de responsabilidade do poder público. Algumas destas obrigações do governo foram incorporadas ao documento como ações mitigadoras, enquanto, na verdade, fogem desta característica.

Dentre os principais pontos frágeis está a falta de monitoramento periódico do plano e conseqüentemente das ações, tanto por parte de entidades públicas envolvidas, quanto pelas comunidades e organizações indígenas. Esta falta de acompanhamento permitiu equívocos na efetivação de ações e descumprimento de prazos.

Considerando a forma como o governo conduziu a execução dessas ações, foi inevitável o surgimento de falhas e equívocos no processo de implementação e monitoramento. Nesse contexto, o investimento não foi suficiente para atender as reais necessidades dos povos indígenas.

Partindo do caráter analítico desse trabalho em verificar a sustentabilidade das medidas de mitigação e compensação sob a ótica indígena da TI em questão, considero sensato destacar alguns aspectos preponderantes que identifiquei como elementos necessários para se garantir ações futuras eficientes:

a) possuir recursos humanos suficientes para atender as ações planejadas (prestar assistência técnica quando necessário);

b) consultar e possibilitar a participação efetiva dos indígenas (desde construção de proposta até o monitoramento das ações);

c) utilização de metodologias diferenciadas (considerar aspectos socioculturais, iniciativas locais, realidades de cada povo e aldeia);

d) planejar reuniões participativas e duradouras para que as lideranças indígenas e demais atores internos compreendam o que está sendo discutido e ao mesmo tempo proposto;

e) delegar responsabilidades aos indígenas para que eles internalizem que, além de direitos, eles também possuem deveres;

f) capacitação e qualificação indígena (possibilitar que os indígenas façam boas gestões de suas ações); e, por fim,

g) criar plano de monitoramento das ações, permitindo incluir, retirar, adequar ou modificar as atividades quando necessário.

Diante do exposto, conclui-se que o real significado de sustentabilidade não se limita às ações de recuperação de área degradada ou aos projetos de geração de renda. Embora o “Governo da Floresta” tenha avançado na garantia dos direitos dos povos indígenas, seus programas para essas comunidades, especialmente para aquelas que sofreram os impactos das construções das BR’s 317 e 364, não alcançam ainda a sustentabilidade social, ambiental, econômica e, principalmente, cultural.

Enquanto as diferentes esferas de Governo não reconhecerem plenamente que cada povo indígena possui usos e costumes próprios, que se diferenciam do modo de vida da sociedade envolvente, não será possível pensar ações que de fato atendam às necessidades dessas comunidades.

O alcance da sustentabilidade, portanto, dentre outros aspectos, depende de uma escuta sensível dessas comunidades, da troca de saberes, da participação dos indígenas em todas as fases de construção e implementação das ações governamentais, do desenvolvimento econômico comunitário que gere não apenas renda, mas também fortalecimento cultural.

Tais reflexões devem atrelar-se a uma ferramenta de monitoramento com capacidade de fornecer parâmetros suficientes para vislumbrar elementos que pudessem corrigir os erros do passado com a perspectiva de garantir a eficácia e a sustentabilidade das ações futuras.

Nessa perspectiva de futuro, pode-se dizer que o desafio posto ao Governo Estadual está, então, na implementação de políticas públicas que levem em

consideração, sobretudo, a pluralidade étnica, formas de organização interna e mobilização particulares de cada povo e aldeia, potencializando suas experiências, instigando o fortalecendo de suas iniciativas e criando mecanismos para superar suas deficiências.

Isto implica, por conseguinte, não somente em visões ou ações emergenciais ou de curto prazo, postuladas pela forma paradigmática e homogênea, nem pela brevidade ou mesmo pela busca de resultados imediatos e parciais. Pelo contrário, procura-se a viabilidade de programas consistentes que promovam o empoderamento, o protagonismo e a autonomia das comunidades e organizações indígenas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACRE, Revista dos Povos Indígenas do Estado do Acre. **“Diversidade Cultural”**. Fundação de Cultura e Comunicação Elias Mansour/FEM, Departamento Estadual da Diversidade Ambiental, Biblioteca da Floresta Ministra Matina Silva, Departamento Estadual de Patrimônio Histórico e Cultural, Gerência de Educação Escolar Indígena/SEE e Comissão Pró-Indígena do Acre/CPI-AC. Rio Branco, 2009.

ACRE, Biblioteca da Floresta Marina Silva. Revista **“Indígenas Isolados do Acre”**. Rio Branco, 2009.

ACRE, DERACRE. **Apresentação do Plano de Ações Mitigadoras do Componente Indígena das Rodovias BRs 364 e 317**. Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto ao Meio Ambiente: Projeto VI.2, Apoio às Comunidades Indígenas nas Áreas de Influência das BRs 364 e 317. Rio Branco, 2009.

ACRE, DERACRE. **Planejamento Estratégico do Componente Indígena, 2008/2010**: Programa de Desenvolvimento Sustentável do Estado do Acre - Fase III Componente VI - Infra-Estrutura de Comunicação e Desenvolvimento Social Projeto VI.2 - Apoio às Comunidades Indígenas nas Áreas de Influência das BRs 364 e 317. DERACRE. Brasília, 2008.

ACRE, SECCTMA. **Relatório de Estudos de Impactos Ambientais: Terras Indígenas sob o Impacto Direto das Rodovias Federais BR's - 364 e 317 e suas Medidas de Mitigação**. Rio Branco/AC, 2002.

ACRE, SEE/GEEI. **Apresentação de Propostas de Ações a Serem Implementadas num Contexto mais Geral**. Assessoria Indígena, Rio Branco, 2010.

ACRE, ZEE. **Zoneamento Ecológico-Econômico. Fase II – Escala 1:250.000. Documento síntese**. Governo do Estado do Acre. Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico-Sustentável. Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre. Rio Branco, Acre, 2006.

ANAND, Shudir e SEM, Amartya (2000). **“Humam development and economic sustainability”**. World Devolopment, vol. 28, nº 12, pp. 2.029-o2049.

AQUINO, Terri Valle de & IGLESIAS, Marcelo Piedrafito. **A BR-364 e os Povos da Floresta do vale do Juruá: Uma Antiga Discussão**. Jornal Página 20, Rio Branco/Acre, (Coluna Papo de Indígena). 28 de maio de 1998. p:3-8.

AQUINO, Terri. CORREA, Cloud. MACIEL, Ney. PIMENTA, José. PEREIRA, Valéria. **Etnozoneamento das Terras Indígenas Katukina/Kaxinawa, Rio Gregório, Igarapé do caucho, Colônia 27 e Jaminawa do Rio Caeté**. Relatório Final, Volume 03. Rio Branco-AC, 2006.

ARAÚJO, Wladimir Sena. **Ashaninka e Kaxinawá do Envira - oficina de proposições e subsídios para o plano de Mitigação da Pavimentação da Rodovia BR-364, Trecho Sena Madureira/Manuel Urbano/Feijó**. Rio Branco. DERACRE, 2008.

_____. **Envira: “O Rio dos Esquecidos”**. Considerações acerca das oficinas Ashaninka e Kaxinawá sobre os impactos decorrentes da pavimentação da rodovia BR-364, trecho Sena Madureira, Manoel Urbano e Feijó. Rio Branco, 2008.

BENJAMIN, A. H. (coord.). **Direito Ambiental das Áreas Protegidas: o regime jurídico das Unidades de Conservação**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

BURSZTYN, Marcel. **Ciência, ética e sustentabilidade**. Desafio ao novo século. 02. ed – São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2001. p: 159-168.

CÂNDIDO, F. M. **Projeto de Limpeza e Manejo de Lago e Açude da Aldeia Paroá**. Terra Indígena Katukina/Kaxinawa. Feijó. OPIRE, 2011.

_____. Relatório de **Atualização e Revisão do Componente Indígena: Elaboração do Plano de Mitigação das Terras Indígenas da Região do Alto Rio Purus na Influência Indireta da BR-364, trecho Sena Madureira/Manuel Urbano/Feijó**. DERACRE. Rio Branco. 2010. p: 28-31.

_____. **“Plano de Trabalho: Revisão do Componente Indígena da BR-364, trecho Sena Madureira, Manuel Urbano e Feijó”**. DERACRE. Rio Branco. 2010. p: 05-10.

CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento sustentável: Dimensões e desafios**. Campinas, SP: Papirus, 2003. – (Coleção Papirus Educação).

CAPORALI, Renato (1997). **“Do desenvolvimento econômico ao desenvolvimento sustentável”**. São Paulo: Cortez, pp. 29-40.

CORREIA, Cloude de Souza. 2001. **“Relatório circunstanciado de identificação e delimitação da Terra Indígena Arara do Igarapé Humaitá/AC”**. Brasília, mimeo, julho.

_____. **“Mapeamentos Participativos e Gestão Territorial em Terras Indígenas no Estado do Acre”**. In Amral, José Januário de Oliveira & Leandro Ederson Lauri (orgs). Amazônia e cenários Indígenas. Porto Velho/RO: Pedro e João Editores, 2010.

COSTA NETO, N. D. de C. e. **Proteção Jurídica do Meio Ambiente (I- Florestas)**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

FARIA, Ivan Dutra. **Compensação Ambiental: os fundamentos e as normas; a gestão e os conflitos**. Consultoria Legislativa do Senado Federal. COORDENAÇÃO DE ESTUDOS. Brasília, 2008. p: 05.

Federación de Comunidades Nativas de Purus. FECONAPU. 2004. **“Plan de Desarrollo Integral de lós Pueblos Indígenas de Alto Purús (2004-2009)”**. Puerto Esperanza, mimeo.

FERREIRA, L. da C. **A questão ambiental: sustentabilidade de políticas públicas no Brasil**. 1 reimpressão. São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

FERREIRA, H. S. **Compensação ecológica: um dos modos de reparação do dano ambiental**. In: LEITE, J. R. M. e DANTAS, M. B. (Orgs.). Aspectos processuais do direito ambiental. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.

FLAVIN, Christopher. **“Planeta rico, planeta pobre”**. Estado do mundo 2001: relatório do Wordwatch Institute sobre o avanço em direção a uma sociedade sustentável. Salvador: UMA, PP, 3-21, 2001.

FRANCO. Maria de Assunção Ribeiro. **Planejamento ambiental para cidade sustentável**. São Paulo: Annablume, 2000.

Fundação Nacional do Indígena. FUNAI. **Diagnóstico da Coordenação Regional Alto Purus e Coordenações Técnicas Locais**. Rio Branco-AC, 2012.

GAMBINE, Roberto. **“O Drama Oculto da Alma Brasileira”**. Palestra realizada na Universidade de Brasília - UnB. Centro de Desenvolvimento Sustentável - CDS. Brasília, 2011.

GAVAZZI, Renato Antonio. **“Oficinas Comunitárias do Etnomapeamento e Indicativos para O Plano de Gestão Territorial e Ambiental nas Terras Indígenas”**. Rio Branco. CPI/AC, 2008.

Instituto de Meio Ambiente do Acre. IMAC. **Ata do Seminário de Avaliação da Revisão do Componente Indígena do EIA/RIMA das BR's 364 e 317**. Rio Branco, 2001.

IGLESIAS, Marcelo Piedrafita. **“Os Kaxinawá de Felizardo: correrias, trabalho e civilização no Alto Juruá”**. (Tese de Doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, do Museu Nacional, da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Rio de Janeiro, mimeo, 2008.

_____. **“Habitantes: os Kaxinawá”**. In: Enciclopédia da Floresta. O Alto Juruá: práticas e conhecimentos das populações. (Manuela Carneiro da Cunha & Mauro Barbosa de Almeida, org.). São Paulo, Companhia das Letras, pg. 147-160, 2002

_____. **“Programa de Valorização dos Povos Indígenas do Acre”**. Mâncio Lima/AC, AEPI, 2009.

IGLESIAS. Marcelo Piedrafita & FARIAS, Suzana. **“Relatório Resumido de Ações Mitigadoras”**: Componente Indígena das BR's 317 e 364”. Rio Branco. AEPI, 2009.

JARA, Carlos Julio. **“O conceito de desenvolvimento sustentável”** Disponível em : <[http://www.uesb.br/fito/Texto/desenvolvimento sustentavel](http://www.uesb.br/fito/Texto/desenvolvimento_sustentavel)>. Acesso em: 18 de outubro de 2012.

JOSÉ, Rafael Camarinho. **Análise comparativa dos estudos de impacto ambiental (EIA/RIMA) de projetos dutoviários no Brasil:** estudo dos gasodutos Paulínia - Jacutinga, Rio de Janeiro - Belo Horizonte e Urucu-Porto Velho. Universidade Estadual Paulista de Geociências.

LIMA, Edilene Coffaci. **Os impactos do asfaltamento da BR-364 na vida dos Katukina do rio Campinas.** Jornal Página 20, Rio Branco – Acre, 28 de maio de 1998 (Coluna Papo de Indígena).

_____. Revisão do Componente Indígena do EIA-RIMA da BR-364. **Os Katukina das Terras Indígenas do Rio Campinas e do Rio Gregório.** Curitiba, março de 2001. Mimeo.

LITTLE, Paul Elliot. **Gestão Territorial em Terras Indígenas:** definição de conceitos e propostas de diretrizes. Relatório final apresentado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Recursos Naturais (SEMA-AC), Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas (SEPI-AC) e Agência da GTZ no Brasil. Rio Branco, 15 de dezembro de 2006. p: 14-22.

LUCIANO, G. J. S. **“Os Saberes Indígenas e a Escola”.** É possível e desejável uma escola indígena diferenciada e intercultural? Artigo apresentado na XV ENDIPE/UFMG. Belo Horizonte, 2010.

_____. **“Territórios Etnoeducacionais”:** um novo paradigma na política educacional brasileira. Artigo apresentado na CONAE - Brasília, 2010.

LUIZ, Felipe Machado Barros. **Biodiversidade e desenvolvimento sustentável:** Aspectos teóricos da proteção legal brasileira ao patrimônio genético. Apresentação ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte. 2008.

MACHADO, P. A. L. **Direito ambiental brasileiro.** 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2002.

MAGALHÃES, Edvard Dias (Org.) **Legislação Indigenista Brasileira e Normas Correlatas.** 3. ed. – Brasília: FUNAI/CGDOC, 2005.

MARTINE, Andreia. **Etnolevanteamento de recursos Naturais na terra Indígena Campinas Katukina.** Levantamento Participativo de Recursos Naturais da Terra Indígena. Rio Branco/AC, Maio, 2004.

_____. **Etnolevanteamento de recursos Naturais na terra Indígena Cabeceira do Rio Acre.** Levantamento Participativo de Recursos Naturais da Terra Indígena. Rio Branco/AC, Maio, 2004.

MEIRELLES, José Carlos dos Reis. Exposição **“Os indígenas isolados”.** Biblioteca da Floresta. Rio Branco/AC, 2009.

OLIVEIRA, Francisca de Lima. **“A luta dos professores indígenas do Acre continuam”.** Trabalho apresentação. Rio Branco: OPIAC, 20112.

PEREIRA NETO, Antonio. 2004. **“Relatório de conclusão da delimitação da terra Indígena Arara do Rio Amônia”**, Município de Marechal Thaumaturgo, AC, em cumprimento à Instrução Executiva n. 165/DAF de 04.12.03”. Brasília, FUNAI.

PESSOA, Marina Margarido. **O “Etnozoneamento em Terras Indígenas do Acre como ferramenta de Gestão Territorial”**: O caso da Terra Indígena Campinas/Katukina”. (Dissertação apresentada no Centro de Desenvolvimento Sustentável/UNB), Brasília. 2010.

PIMENTA, Maria Alzira. **Comunicação empresarial**: conceitos e técnicas para administradores. Campinas, Alinea, 2002.

ROCHA, Luciana Leal. Artigo **“Desenvolvimento Sustentável na Amazônia”**. Disponível em: <WWW.amazoniasustentavel.com.br>. Acesso em: 27 de outubro de 2012.

SANTILLI, J. **Socioambientalismo e novos direitos: proteção jurídica à diversidade biológica e cultural**. São Paulo: Peirópolis/ISA, 2005.

SILVA, Domingos A. B. **Revisão do Componente Indígena da BR-364**. Terras Indígenas: Kaxinawa da Colônia 27 e Kaxinawa do Igarapé do Caucho. Rio Branco, 2001.

SILVA, Sildaléia Costa. **Compensação Ambiental**: Uma Opção de Recursos para Implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). IV Encontro Nacional da Anppas. Brasília/DF – Brasil, 2008.

STCP, Engenharia de Projetos Ltda. **Estudo Ambiental das Obras da Ponte Sobre o Rio Acre, na Fronteira Brasil/Bolívia em Brasiléia/Ac**. Curitiba, 2004.

_____. **Estudo de Impacto Ambiental das Obras da Rodovia Federal BR - 364**, no Trecho Localizado entre os Municípios de Madureira e Feijó no Estado do Acre. DRC-02/04 Rev. 0. Relatório Final. Rio Branco, 2005.

ZHOURI, Andréa. **Justiça Ambiental, Diversidade Cultural e Accountability**: Desafios para a governança ambiental. Artigo aprovado em abril/2008. Revista Brasileira de Ciências Sociais - Vol. 23 Nº. 68. p: 06.

SITES:

FUNAI. FUNDAÇÃO NACIONAL DO INDÍGENA. Homepage Institucional. Disponível em Disponível em: <<http://www.funai.org.br>>. Acesso em: 18 de outubro de 2012.

MMA. MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Homepage Institucional. Disponível em <<http://www.meioambiente.org.br>>. Acesso em 09 de novembro de 2012.

PORTAL AMAZÔNIA. Homepage Institucional. Disponível em <<http://www.infoamazonia.org>>. Acesso em: 14 de outubro de 2012.